

cadernos do

terceiro mundo

al • Outubro 1983 • Esc. 100\$ • Kz 65 • Mt. 80\$ • Pg. 80\$ • CV 80\$ • Cr\$ 700 • Ano VI • n.º 57

PALESTINA
as armas e a diplomacia



ÁLCOOL

alternativa energética
para o 3.º Mundo?

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Em todos os continentes

A diversidade dos temas desta edição, relacionados com a América Latina, África e Ásia, reflecte a preocupação da nossa equipa em oferecer, sempre com maior amplitude, uma visão do Terceiro Mundo, das suas realidades, aspirações e problemas. Dos Camarões à Indonésia, do Sri Lanka à Costa Rica, da Palestina ao Chile, empenhamo-nos em estar presentes, para dar aos nossos leitores uma informação actualizada e credível de factos de interesse mundial. O tema de capa, o álcool — embora analisado principalmente a partir da



experiência brasileira —, é, igualmente, um assunto de interesse imediato da maioria dos países emergentes. A crise do petróleo que pesa sobre a economia mundial, torna ainda mais actual o meticuloso e documentado estudo que, sob a coordenação de Octávio Tostes, publicamos nesta edição.

Outro tema de especial interesse para os leitores de todas as nossas edições é a entrevista de Eduardo Galeano que abre a secção *Cultura*: "As raízes profundas da América Latina". O processo de alienação das classes dominantes e outros temas de interesse são examinados não apenas no último livro de Galeano, sobre o qual nos fala amplamente, mas também na entrevista que nos concedeu.

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
 Tricontinental Editora, Ld.*
Redacção e Sede da Administração:
 Calçada do Combro, 10-1.*
 tel. 320650 1200 Lisboa
 telex 42720 CTM TE P
 Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
 Número de registo do Serviço de Depósito
 Legal: 789/82.

Editor Geral
 Neiva Moreira

Editores Associados
 Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
 Darcy Ribeiro - Juan Somavia
 Henry Pease Garcia
 Aquino de Bragança
 Wilfred Burchett

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
 Baptista da Silva
 Carlos Pinto Santos
 Alice Nicolau
 Guiomar Belo Marques

Paginação
 Helena Salvador
 José Santa-Bárbara

Revisão
 Estevam Reis
Documentação e Arquivo
 Cristina Assis

Serviços Comerciais
 José C. Figueiredo

Publicidade
 José Ferreira
 Cristina Campos
 Maria João Macedo

Composição e Impressão
 Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição
 CDL, Central Distribuidora SARL

Representantes
Angola
 Luis Henriques; C.P. 3593, Luanda
Moçambique
 Etevaldo Hipólito e João Escadinha
 Rua Kongwa, 153, Maputo
 tel. 25140

BRASIL

Director Administrativo
 António Neiva

Director Administrativo
 Altair L. Campos

Secretário de Redacção
 José C. Godim

Arte
 Samaral (editor de arte)
 Sónia Freitas

Revisão
 Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
 Lídia Freitas
 Eunice H. Senna

Composição
 Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
 Inácio D. Santos

Divulgação
 Henrique Menezes

Representantes

Cívius Sena (Brasília)
 Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
 Caixa Postal 60086 - CEP 05033
 Beatriz Schiller (Estados Unidos)
 18 East 18th Street apt. 3E
 Nova York - NY 10003
 Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.
 Rua do Senado, 349
 Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
 Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
 CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
 Registo na Junta Comercial do Estado
 do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
 C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
 Inscrição Estadual n.º 81.341.400
 Registo no INPI n.º 013.539
 Registo no SCDP/SR/DPF
 n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
 Roberto Remo
Gerente Geral
 Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo s.c.
 calle California, 98A - Coyoacán
 México, 21 DF - telephone: 689-1740
 Correspondência: Apartado Postal, 20 572
 México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)
 Publicada por DESCO: centro de Estudios y
 Promoción del Desarrollo
 Avenida Salaverry, 1945
 Lima, 14 Peru - Teléfono 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
 Fernando Molina
Editor Consultivo
 Cedric Belfrage
 Apartado Postal, 20.572 b - México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Servic), **SHIHATA** (Tanzania), **Wafa** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111 Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla 6 Correo 20268, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chagnas Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva 907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia Bay St. Ontário, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdoba 801 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Cuito Et Jaramillo Arriaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pte 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - B Quirote, Calle Arca 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 E. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1478 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, U. 70130 - Papyrus Bookdealers, 2915 Broadway s 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Moore Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRAN-BRETAGNHA:** Latin American Book Shop, Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Spul 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Fati Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alt Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagno, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uccita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Exportadores y Vocadores de Período Humbolt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrola de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cretal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Bienes Torres, Reparto Jardines de Santa Cruz, Calle Oscar Pérez Casasas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMA:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runemarka, Camará 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santa Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librería La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez Rio Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 85th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00926. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 4, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DE ALEMANHA:** Gunter Hopfenmüller, Jüngerstr. 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-1040 Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Bolívar Caracas.



- 4 **Cartas**
-
- 6 **Panorama Tricontinental**
-
- 14 **Editorial**
-
- Matéria de capa: Álcool, Alternativa energética para o 3.º Mundo?**
-
- 18 **Álcool:** O combustível do terceiro milênio?, *Octavio Tostes*
22 **Proálcool:** Viável, mas quem garante?
30 Riscos ocultos e alternativas ignoradas
35 Da terra para o tanque
37 Micro e minidestilarias
38 O ressurgimento da agroindústria canavieira
39 A tecnologia do álcool, *Paulo Cannabrava/O. Tostes*
40 Quem ganha com o Proálcool?
44 O jogo de pressões em África, *Carlos Castilho*
46 As fonte da energia do futuro

América Latina

- 49 **Nicarágua:** Entre o bloqueio e a invasão, *Neiva Moreira*
51 **Rep. Dominicana:** entrevista com Juan Bosh, *Mark Fried*
54 **Argentina:** Os militares e o processo democrático, *Horacio Verbitsky*

África

- 60 **Camarões:** Ahidjo versus Biya, *Alice Nicolau*
63 **Quênia:** eleições para adiar a crise, *Carlos Castilho*

Médio Oriente

- 68 **Palestina:** Uma última hipótese para a paz?, *Alberto B. Mariamoni*
71 O ramo de oliveira e a espingarda, *A. B. M.*

Ásia

- 73 **Indonésia:** Ontem, bonança. Hoje, crise, *Narinder Koshla*
75 **Sri Lanka:** Uma ilha em chamas

Norte/Sul

- 77 **OPEP:** A tempestade passou, *Pablo Piacentini*

Cultura

- 80 As raízes da América Latina, entrevista com Eduardo Galeano, *Beatriz Bissio*
88 A ilha de Moçambique: Patrimônio cultural de nós todos, *Guimar Belo Marques*
92 Livros
94 Projecto Eitoria: duzentos anos de presença negra, *Henrique Menezes*
95 Notas
96 Humor: Wassermann



Juan Bosh



Arap Moi

cartas cartas cartas cartas cartas cart

O Chade tornará o quê?

Não ingerência no conflito chadiano tinha indicado o presidente francês, mas hoje em dia as marchas atrás no aeroporto de N'djamena.

Então, aonde está a reconciliação do Chade?
Aonde está a soberania do Chade?

José Lumbu, Namibe, Rep. Pop. de Angola

Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina

Gostaríamos de receber regularmente exemplares de cadernos em inglês. Queríamos igualmente que nos fornecessem mais informações sobre como fazer uma assinatura da revista, tanto da edição em inglês como da portuguesa. Respondam o mais depressa possível, para que possamos passar essa informação para os quarenta membros da Federação.

Christoph Brezinka, Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina, Schopfstrasse 31, Innsbruck, Austria.

Seca no Nordeste

Gostaria que esse sólido veículo de comunicação, verdadeiro porta-voz do Terceiro Mundo, publicasse uma ampla reportagem sobre a seca no Nordeste brasileiro, uma miséria que tende a perpetuar-se caso não sejam tomadas medidas concretas por parte do governo (...). Parabéns pela excelente reportagem do n.º 54: "O desafio do Sendero Luminoso".

Francisco Antônio Otaviano, Brasília — DF — Brasil.

Mercado de trabalho em Angola

Gostaria de saber como poderia obter informações sobre o mercado de trabalho para engenheiros civis em Angola, no sentido de ajudar à reconstrução dessa Nação.

Luis José Pinheiro Filho, Niterói — RJ — Brasil.

N. R. — Para obter essa informação aconselhamo-lo a escrever directamente ao ministro Lopo do Nascimento — Ministério do Plano — Luanda — República Popular de Angola.

Mais informação

Estamos numa região carente de informação, especialmente escrita e de nível popular. Solicitamos dessa Editora informação sobre outros materiais de interesse popular.

Alcides T. Casa Paroquial de Tauá — Diocese de Cratêus — CE — Brasil.

Clube de Amigos

Fundei, juntamente com alguns amigos, o Clube do Intercâmbio Cultural com o objectivo de efectuar trocas entre os sócios, nomeadamente de postais, selos, livros, revistas, etc. Os amigos dos cadernos que estejam interessados, deverão escrever, para mais informações.

Paulo Cordeiro dos Santos, Rua Cardeal Motta, 600 — CEP: 11 740 — Itanhaém — SP — Brasil.

Música de protesto

(...) Não posso, de facto, dirigir críticas à vossa revista. Quero apenas apontar uma falha que, a nível global, não me parece muito grave. Refiro-me, concretamente, à falta de reportagem relacionada com a música de protesto e com os seus intérpretes, uma vez que, num mundo de tantos analfabetos, eles têm um papel importantíssimo no processo de consciencialização. Em concorrência com os "rock singers" líteres das companhias transnacionais e promotores de uma interpretação individualista do mundo, encontram-se os Viglietti, Mejia Godoy, Chico Buarque, etc., ignorados e pouco conhecidos nalguns países. Neste contexto, penso ser necessária uma amplíssima divulgação das suas obras e o significado do que lhes está por detrás, através de todos os meios, nomeadamente dos cadernos, uma vez que estão plenamente comprometidos com a luta popular por um mundo novo, onde será o próprio homem o responsável pelo seu destino, através de uma consciência de si mesmo e da sua realidade, como está a acontecer em vários países, nomeadamente na Nicarágua.

Malcolm Greenwood, 3 University Crescent, Highfield, Southampton, Grã-Bretanha.

Congresso nacional dos aposentados petroleiros

(...) cadernos é para mim e para os companheiros aposentados do Petróleo o melhor livro de informações (...). Nós, da directoria dos Aposentados Petroleiros da Baixada Paulista — directoria quase toda ela atingida em 64 — já organizámos aqui a União dos Aposentados da Baixada Paulista e, também, já formámos a Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo. Em Outubro próximo (de 23 a 24),

realizar-se-á em Ipatinga, Minas Gerais, o VIII Congresso Nacional dos Aposentados do Brasil, onde iremos aprovar e organizar a Confederação dos Aposentados do Brasil (...). Estamos à vossa disposição. Vocês tocam-nos muito no coração com tantas reportagens sinceras e verdadeiras (...). Continuem a orientar. A vitória é com Maurinho, União dos Aposentados Petroleiros, Santos, SP, Brasil.

Esclarecer sobre o Chipre

(...) Não entendo como sendo a vossa publicação tão atenta a todas as questões relacionadas com o Terceiro Mundo, dignas de serem tratadas, não abordarem ainda a questão do Chipre. E que me parece que a vocês caberá, neste e noutros casos semelhantes, esclarecer, ou ajudar a esclarecer a opinião pública sobre problemas tão graves como aquele, que o imperialismo está a provocar nesta pequena ilha. Não vos parece que, chegado o momento de esclarecer, minimamente os vossos leitores, simultaneamente sensibilizá-los para a perigosa situação?

João Silva Martins, Porto, Portugal
INTERCÂMBIO

- *Jacylete Maria Abreu de Oliveira*
R. Marechal Deodoro, 249 — Benfica
Fortaleza — Ceará — Brasil
- *Aparecido Araújo Lima*
R. Canguara, 75
Vila Nova Cachoeirinha
CEP: 02672 — São Paulo — SP — Brasil
- *Claudio Alves Gonçalves da Silva*
Rua Cardoso Junior, 335
Laranjeiras — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 22251 — Brasil
- *Mário João Teixeira*
Caixa Postal n.º 10 483
Luanda — R. P. de Angola
- *Gabriel José Matias*
Patrice Lumumba,
Rua Ferreira de Amaral, casa 34 + c
Luanda — R. P. de Angola
- *Pinto Silva Mussuca "Pepe Kala"*
Ave. do Cda Silva Martins
C.P. n.º 15 S.O.R.R.A. Dundo
Chitato — Luanda Norte
R. P. de Angola
- *Malcolm Greenwood*
3 University Crescent
Highfield, Southampton
Grã-Bretanha
- *Marcelina Corroia da Silva Bastos*
C. P. 251
Wako Kungu, Ceta
R. P. de Angola

**SOBRE A UNIDADE
NO PENSAMENTO
DE AMILCAR CABRAL**
Sérgio Ribeiro



**Sobre a unidade
no pensamento
de Amílcar Cabral**

Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral

**Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral**

EL SALVADOR
**O caminho dos
guerrilheiros**

Carlos Gil



El Salvador
**O caminho
dos guerrilheiros**

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadoreño
Os principais documentos da revolução

**Prefácio de
José Cardoso Pires**

**terceiro
mundo**



coordenador
Dionísio
Pires
Mário
Ferreira
do Porto de Portugal
no Brasil

guia do terceiro mundo 1983

Três edições
Tricontinental Editora

Preços especiais para assinantes

n.º 57 / Outubro 1983

terceiro mundo 5

Angola

Ilídio Machado a morte de um militante

□ O súbito falecimento de Ilídio Machado, membro do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, no passado dia 30 de Agosto, encheu de profunda consternação não só todos os dirigentes e militantes do partido dirigente angolano, como todos aqueles que com ele privaram ou se tinham habituado a respeitar a sua figura de devotado combatente anti-colonial.

Desde muito novo que Ilídio Machado se empenhou na luta pela libertação da sua pátria, subjugada, então, por quase quinhentos anos de dominação colonial. A sua primeira actividade como professor possibilitou-lhe não só melhor conhecer o seu povo, as suas aspirações à liberdade e à justiça, como lhe permiti-

tiu "forjar consciências" para a luta que se avizinhava, e que ele sabia já ser a única via possível. A sua militância leva-o a integrar sucessivas organizações anti-coloniais e independentistas como o Partido de Luta Unida dos Angolanos (PLUA), o Partido Comunista Angolano ou o Movimento para a Independência de Angola (MIA). É — como afirmaria Lucio Lara, membro do Bureau Político do MPLA — Partido do Trabalho no elogio fúnebre a Ilídio Machado — o caminho que conduz à junção de várias organizações para constituir em 1956 o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de que Ilídio Machado viria a ser dirigente.

Em Junho de 1959 é preso em Lis-

boa pela polícia política do fascismo português — PIDE — e deportado para Cabo Verde.

Com a queda do fascismo em Portugal, a 25 de Abril de 1974, Ilídio Machado consegue, finalmente, voltar ao seu país para, desta vez, lutar na reconstrução da sua pátria liberta. É eleito para o Comité Central do partido durante o seu 1.º Congresso, tendo a nível governamental desempenhado o cargo de Secretário de Estado das Telecomunicações.

A altura da sua morte Ilídio Machado desempenhava as funções de Secretário do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho para Administração e as Finanças

Israel penetra em África

□ O enfraquecimento da "arma do petróleo" está a ter repercussões políticas no continente africano, no que toca a uma viragem, por ora lenta, nas relações com Israel. A visita que o presidente liberiano, Samuel Doe, fez no princípio de Agosto a Israel é um indicio de amplificação das relações afro-israelitas e consequente debilitamento da cooperação afro-árabe.

Diversos países africanos que não mantêm relações diplomáticas com Telavive têm vindo a intensificar uma operação, mais ou menos oculta, com os israelitas nos campos económico e militar.

Alguns desses países recorrem mesmo a Israel para treino e reforço dos seus exércitos, adquirindo, ao mesmo tempo, armas israelitas e o competente acompanhamento de "conselheiros". O Zaire foi "pioneiro" desta nova vaga, ao restabelecer relações com Telavive em Maio do ano passado. De então para cá, os zairenses têm vindo a intensificar a sua cooperação militar com os israelitas. Estes têm instalado no Zaire

"colonatos" agro-militares e treinam tropas zairenses. Segundo informações dignas de crédito, com as tropas zairenses, foram também enviados para o Chade efectivos israelitas.

Na década de 60, Israel tinha relações normais com 29 Estados africanos. Mas a dependência africana em relação ao petróleo árabe levou a que essas relações fossem diminuindo até ao ponto de ruptura. Durante a guerra de 1973, todos os Estados africanos cortaram com Israel, salvo três excepções: Malawi, Suazilândia e Lesoto.

Hoje há indicações de que vinte e dois Estados africanos mantêm cooperação com os israelitas. Razões principais desta viragem: a "desilusão" que as promessas árabes não cumpridas (ou só parcialmente cumpridas) fizeram nascer nalguns Estados africanos; a necessidade que têm de tecnologia ocidental, mais passível de lhes ser transmitida por Israel que pelo mundo árabe; o receio de certos regimes neocolonialistas de pretensa extensão da influência "soviética" na área, o que



Samuel Doe

os levou a reforçar o bloco israeli-norte-americano.

Pensa-se que depois da Libéria outros Estados africanos neocolonialistas reatarão relações diplomáticas com Israel. Tudo dependerá da necessidade que julgarem sentir de cooperação tecnológica ou militar com Telavive. Em regra, Israel troca da sua cooperação pede o restabelecimento das relações. Até agora, a maioria dos países africanos não evitado fazê-lo, não só para poupar as relações afro-árabes mas também porque a cooperação de Telavive com Pretória é um facto abundantemente conhecido e comprovado.

Com eleições à porta

O presidente Osvaldo Hurtado Larrea, iniciou o seu último ano como chefe de Estado Constitucional do Equador. Em 10 de Agosto de 1984, (data comemorativa da independência do país) deverá entregar o cargo ao candidato vencedor nas próximas eleições. Na qualidade de vice-presidente, Hurtado assumiu a presidência em 24 de Maio de 1981, depois do acidente aéreo em que perdeu a vida o então presidente Jaime Roldós.

Ao longo destes dois anos e três meses, o presidente — que é militante da Democracia Popular — União Democrata-Cristã (DP-UDC) — teve que enfrentar o problema económico "que é o principal do meu Governo", declarou recentemente. Desvalorizou duas vezes a moeda nacional, o sucre. Da primeira vez, aumentou a paridade de 25 para 33 sucres em relação ao dólar, e em 19 de Março passado estabeleceu o câmbio oficial em 44 sucres por dólar, com um sistema de minidesvalorizações diárias, que primeiro foi de quatro centavos de sucres por dia útil, e passou a cinco centavos por dia da semana, a partir de 21 de Junho passado.

As desvalorizações e outras medidas económicas adoptadas estavam contidas num plano de estabilização, acertado para fazer frente às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI devia dar o aval para os bancos internacionais credores a quem o Equador deve 6300 milhões de dólares e com os quais pretendia renegociar a dívida.

Diferentes tipos de câmbio em relação ao dólar foram estabelecidos para algumas importações. Assim, as classificadas como "sumptuosas" foram incluídas na chamada "lista 2", para a qual se aplicou um tipo de câmbio de 87,50 sucres por dólar. Para a "lista 1", que compreende os artigos considerados como "necessários", o tipo de câmbio foi estabelecido em 45,90 sucres por dólar.

Atitudes como essas valeram a Hurtado duras críticas por parte dos sectores empresariais, que chegaram a classificar o seu governo de "estatizante" em matéria paga na



Osvaldo Hurtado

Imprensa. Por outro lado, a desvalorização contribuiu para um forte aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade. Isso, somado à insatisfação generalizada pelos aumentos salariais que não atingiram o nível reivindicado pelos trabalhadores, desencadearam duas greves nacionais.

Na área internacional, o governo de Hurtado empreendeu em 11 de Fevereiro deste ano uma iniciativa que tem sido classificada de "histórica" pelos diferentes organismos internacionais. Na carta dirigida à Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) e ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA), o presidente equatoriano solicitou às duas instituições a elaboração de um documento no sentido de se encontrar uma solução conjunta para a crise económica que atravessam a América Latina e as Caraíbas.

Esse documento, denominado "Bases para uma resposta da América Latina à crise económica internacional", foi discutido nos primeiros dias de Agosto em Santo Domingo (República Dominicana) por representantes de todos os chefes de Estado da região, que concordaram em realizar uma conferência em Quito antes do fim do ano.

No campo político interno, uma das acções mais importantes empreendidas sob o governo de Hurtado foi o processo de reformas à Consti-

tução do Estado. Entre as reformas aprovadas, acha-se a diminuição do período presidencial de cinco para quatro anos, a faculdade do Executivo de ditar leis em caso de emergência económica se o Congresso, num prazo de quinze dias, não as promulgar e a redução do período de actividade legislativa dos deputados de cinco para quatro anos, no caso de legisladores nacionais, e de cinco para dois, no caso dos regionais.

O futuro económico tem sido a principal preocupação do chefe de Estado. No primeiro semestre deste ano, a balança comercial indicou um saldo favorável de 456,3 milhões de dólares, frente a um superavit de 54,7 milhões de dólares para o primeiro semestre de 1982.

Esse indicador favorável é produto da drástica redução das importações que totalizaram 723,1 milhões de dólares nesses primeiros seis meses, frente aos 1056 milhões e 300 mil dólares importados no mesmo espaço de tempo de 1982, além do aumento das exportações de petróleo, café e produtos piscícolas.

No período de Janeiro-Junho deste ano o montante total das exportações equatorianas foi de 1179 milhões de dólares, com um leve aumento em relação ao primeiro semestre de 1982, que foi de 1111 milhões de dólares.

A taxa de inflação, embora não tenha alcançado os níveis de outros países latino-americanos, chegou a 56,5% no fim de Julho, o que é um "record" na história desse país.

A renegociação da dívida externa foi concluída, mediante o crédito "stand by" de 171 milhões de dólares concedido pelo FMI e a aprovação em 97%, por parte dos bancos credores, de um novo crédito de 431 milhões de dólares.

Nesse quadro, o gabinete de Hurtado prepara-se para conduzir uma campanha eleitoral que o governo promete que vai ser limpa. Porém, o candidato do partido do governo, Júlio César Trujillo, tem poucas hipóteses. As pesquisas de opinião pública atribuem-lhe apenas entre 3 e 4% nas preferências presidenciais. (Ramón Gorriarán).

Nações Unidas

Uma década contra o racismo

□ A segunda "conferência mundial para combater o racismo e a discriminação racial", realizada em Genebra, no mês de Agosto passado, fez um apelo para estender pela próxima década (até 1993) o período dedicado à luta contra essas políticas. A declaração final e o programa de acção reflectiram o interesse dos países africanos em comprometer as nações ocidentais nessa acção, porém a conferência viu-se drasticamente dividida na discussão das medidas relacionadas com a África do Sul e Israel.

No entanto, as nações ocidentais condenaram a colaboração entre Israel e África do Sul no combate aos movimentos de libertação da África do Sul e Namíbia e "as práticas de discriminação racial contra os palestinos e outros colonos dos territórios árabes ocupados por Israel".

A declaração, adoptada mediante uma votação aberta, contou com 101 votos a favor e 12 contra (inclusive Alemanha Federal, França, Itália, Noruega, Bélgica e Dinamarca) e três abstenções (Irlanda, Austrália e Nova Zelândia).

O programa de acção também foi adoptado, pelo mesmo método, por 114 votos a favor, nenhum contra e 10 abstenções. Com esta Segunda Conferência chega ao fim a década proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1973. As nações ocidentais boicotaram a Primeira Conferência em 1978 porque o sionismo tinha sido caracterizado como uma forma de racismo e discriminação racial. A agenda da Segunda Conferência não mencionou os temas do sionismo e da Palestina e conseguiu-se que todos os países ocidentais estivessem presentes, excepto os Estados Unidos.

As nações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN-NATO) — que votaram contra a declaração ou se abstiveram do programa de acção — não se desligaram totalmente da conferência e dos seus resultados. Também foi adoptada uma resolução em sepa-



rado na qual se exige a libertação de Nelson Mandela e de todos os demais presos políticos da África do Sul e Namíbia. Dez países ocidentais abstiveram-se de votar uma frase

que expressa solidariedade aos movimentos de libertação da África do Sul e Namíbia, porém, aprovaram o resto das resoluções (Chakravarti Raghavan).

Zimbabwe

Cabaret à noite, escola durante o dia

□ O centro de educação de Kutsanga em Harare, capital do Zimbabwe, durante a noite transforma-se numa "boite". Porém, como outras salas de aula, faz parte do ambicioso projecto elaborado pelo governo para alfabetizar 90% da população nos próximos três anos.

O governo está decidido a erradicar a herança colonial, que deixou 2,5 milhões de pessoas sem possibilidade de ler ou escrever em nenhuma língua. Um comité, integrado por representantes dos ministérios de Educação, Condição Feminina e Desenvolvimento Comunitário, tem a seu cargo a condução da campanha de alfabetização.

Com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e aproveitando a experiência acumulada nesse campo por outros países

africanos, como a Tanzânia e Moçambique, os primeiros livros de leitura remetem-se fundamentalmente à cultura do país e aos objectivos socialistas do governo. Este apelo aos voluntários para levarem a cabo esta campanha: professores, empregados do governo, estudantes, todos os que saibam ler e escrever se submeteram a um curso de duas semanas e começaram de imediato a alfabetizar sob a supervisão de coordenadores.

Segundo o projecto governamental, os alunos começam a estudar a língua nacional ao fim de 24 semanas. Aprendem o inglês pela conversação e cursos de matemática durante quatro meses. Depois, que são aprovados podem seguir os programas da escola primária regular e passar ao exame final para ingressar no ensino secundário.

Oposição vence eleições

Os partidos de oposição de Trindade e Tobago festejaram os resultados das eleições efectuadas em meados de Agosto para administrações locais e que determinaram a perda de considerável espaço político por parte do Movimento Nacional Popular (PNM), no poder.

Há mais de 25 anos governando esse país de expressão inglesa do sul das Caraíbas, o PNM garantiu somente 55 dos 120 lugares em disputa.

Os partidos de oposição, unidos numa aliança eleitoral, conquistaram 66 lugares e inverteram os resultados da última eleição para administrações locais, realizada em 1980. Nessas eleições, o PNM obteve 101 lugares dos 113 que estavam em disputa, consolidando a sua posição em Novembro de 1981 mediante uma esmagadora vitória nas eleições gerais então realizadas.

Nessa ocasião, ao participar pela primeira vez num acto eleitoral sem o comando de Eric Williams, que governou pelo PNM desde a fundação do partido em 1956 até à morte desse dirigente em 1981, o sector situacionista obteve 26 dos 36 lugares em jogo. O partido governante ainda controla quatro municípios, enquanto a oposição assegurou seis dos sete conselhos municipais.

A oposição e alguns comentaristas locais consideram que os resultados das eleições reflectiram a queda da popularidade do governo nos últimos dois anos. O interesse do eleitorado nos pleitos locais, convocados para eleger representantes para os quatro municípios e sete conselhos municipais, é geralmente escasso, ainda que, segundo os analistas, os resultados favoreçam habitualmente o partido governante.

Isso deve-se a que as autoridades locais dependem em grande medida de fundos do governo central. Enquanto os municípios têm receitas através de impostos, os conselhos municipais funcionam e operam com base em doações governamentais. Os dois principais grupos oposicionistas desse país insular a Organização para a Reconstrução Nacional (ONR) e a Aliança Nacional (NA) — constituíram uma coligação eleitoral



A. N. R. Robinson

para neutralizar a acção do PNM, o que foi concretizado com êxito. Basadeo Panday, líder da Frente Unida dos Trabalhadores (ULF), um dos três partidos que constitui a Aliança Nacional, declarou à imprensa que o resultado eleitoral poderia ter implicações para o primeiro-ministro George Chambers.

Panday, que também encabeça a oposição no Parlamento, disse que é provável que Chambers seja responsabilizado pelo precário resultado eleitoral do PNM e que ele seja substituído como líder do partido situacionista.

A. N. R. Robinson, líder do Congresso de Acção Democrática (DAC), partido também integrante da Aliança, firmou: "Acho que a primeira resposta consistiria em algumas renúncias do governo e, even-



Basadeo Panday

tualmente, é o próprio governo que está em jogo."

O diário local *Guardian* assinalou, num editorial, que os resultados eleitorais constituem "um voto de protesto e insatisfação pelo péssimo estado dos elementos básicos — água, transportes, etc. — entre os moradores de numerosas áreas, inclusive os distritos urbanos e suburbanos em expansão". O crescente nível de desemprego possivelmente também teve influência, segundo esse jornal.

Karl Hudson-Phillips, líder da Organização para a Reconstrução Nacional e ex-ministro da Justiça, disse que os eleitores "indicaram claramente a sua exigência de novo sangue e novas ideias assim como o desejo de um avanço" no país. (*Alexander Peters*).



Haiti

Assassinado o pai do líder democrata-cristão

□ O pai do presidente do Partido Democrata Cristão Haitiano (PDCH), Sylvio Claude, morreu em Agosto passado em consequência de uma injeção que lhe foi aplicada no Hospital Geral de Porto Príncipe, aparentemente com uma substância letal desconhecida.

Wilner Claude e Leonel Charles, membros do PDCH e residentes em Santo Domingo, denunciaram que o pastor evangélico e o ex-oficial das forças armadas haitianas, Pierre Camilor Claude, foi ao centro assistencial para tratar-se de um leve mal e que lhe foi injectada uma substância que causou a sua morte minutos depois. Wilner, filho do pastor falecido, disse ainda que, depois da morte de seu pai, as autoridades haitianas sequestraram o cadáver e um contingente de *tonton macoutes*



Jean-Claude Duvalier

(corpo de segurança civil governamental) invadiu a casa de Claude prendendo todos os membros da família.

O assassinato do pai do jornalista e líder do PDCH, seria uma "trama" do governo do presidente vitalício Jean-Claude Duvalier para obrigar Sylvio Claude a abandonar a sua destinação e poder prendê-lo.

Segundo as denúncias dos democratas-cristãos, o regime de Duvalier está utilizando "recursos macabros contra os membros do PDCH", comificaria demonstrado com a morte premeditada do pai do presidente do partido.

Os democratas-cristãos suspeitam de que Pierre Claude foi obrigado a ir ao Hospital Geral, já que nunca viu seu costume ir a esse centro assistencial.

Produção agrícola: uma prioridade para a África

□ Dois terços das populações mais pobres do mundo vivem no continente africano, levando uma existência menos que precária. De acordo com números fornecidos pela FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura) mais de 20 milhões de africanos encontram-se à beira da inanição. Para os manter vivos, seriam necessários este ano 600 mil toneladas de alimentos extra.

Embora a seca seja um factor que determina a carência de alimentos em África, o certo é que a acção humana (neste caso, a inércia humana) é a chave para explicar esta situação.

Metade das terras não exploradas do mundo situam-se em África, que tem capacidade para produzir 100 vezes mais alimentos do que actualmente. O que se regista no continente neste momento são as consequências de vinte anos de declínio da produção agrícola. Desde 1960, a África produz menos 2 por cento anuais de alimentos, enquanto a sua população sobe a ritmo superior aos 2 por cento anuais. Com uma agravante: o ritmo de diminuição da

produção agrícola manifesta tendência para subir e a taxa de natalidade, para aumentar.

A África é a única zona do mundo onde hoje se produzem menos alimentos que há 20 anos. Em nove países do continente produzem-se hoje menos 90% dos alimentos que nos anos 60.

Um dos factores explicativos desta situação é a migração para as cidades. Há 20 anos vivia na cidade um décimo da população, hoje vive um quinto. No fim do século, a manter-se esta tendência, 50% das populações africanas estarão concentradas nas cidades. Este fenómeno produz uma tendência para o consumo de produtos alimentares de origem estrangeira e um menosprezo pelas produções locais.

A maior parte das populações urbanas consome cereais estrangeiros, o que explica que entre 1960 e 1982 as importações agrícolas africanas tenham quadruplicado. Os governos, por sua vez, têm tido tendência para desencorajar as produções agrícolas, pagando baixos preços aos produtores e subsidiando os produ-

tos agrícolas importados. Daí que os alimentos estrangeiros sejam competitivos e fiquem mais baratos que os nacionais.

Além destas dificuldades, os problemas de infra-estrutura pesam também muito na questão. Os transportes são extremamente deficientes e oneram as produções agrícolas de tal maneira que fica mais barato transportar cereal dos EUA para as cidades africanas do que trazer os alimentos do interior do próprio país. Por outro lado, a falta de pagamentos — ou o seu grande atraso — aos agricultores locais e as dificuldades de crédito impostas pelos bancos para os empréstimos à agricultura têm influência poderosa nesta situação.

Segundo a FAO, a África terá que duplicar a sua produção alimentar durante a presente década, sob pena de pôr em risco a sobrevivência das populações. Em princípio, o objectivo parece de fácil concretização, se nos lembrarmos que os peritos consideram o continente africano capaz de produzir cem vezes mais alimentos do que actualmente.

As consequências da morte de Aquino



Benigno Aquino

O assassinato do ex-senador Benigno Aquino — o principal adversário político de Ferdinando Marcos — no dia 21 de Agosto passado, em Manila, criou um considerável embaraço para a administração norte-americana e, sem dúvida, contribuirá para estremer as relações entre o regime filipino e Washington, para quem um aliado como Marcos começa a ser inconveniente.

Tanto Marcos como Reagan se empenham em conter o avanço das forças revolucionárias filipinas, agrupadas principalmente na Frente Democrática Nacional (NDF) e no Novo Exército Popular (NPA). A administração republicana forneceu uma substancial ajuda económica ao regime filipino no mês de Junho passado, de 900 milhões de dólares, em troca da utilização das estratégicas bases militares do país por mais cinco anos. Nessa oportunidade, os Estados Unidos elogiaram Marcos pela "sua adesão aos princípios democráticos", e pouco depois recebiam-no triunfalmente em Washington.

Apesar dos supostos avanços democráticos que a administração Reagan imputa ao regime de Manila, calcula-se que existem no país pelo menos mil presos políticos, entre os quais estão José Maria Sison, Horácio Morales Jr. e Edicio de la Torre, líderes de reconhecida estatura democrática, além de numerosos dirigentes sindicais, estudantis, militantes cristãos e de organizações

de massas.

O assassinato de Benigno — apesar do seu carácter espectacular e das suas consequências imprevisíveis, dado o enorme prestígio e carisma político de Benigno — não foi o primeiro. Conhecidos dirigentes da luta política democrática, como Zacarias Agatep, o dr. Remberto de la Paz e Juan Escandor, além do dirigente estudantil Edgar Jopson, entre outros, também foram assassinados. Aquilino Pimentel, presidente do Município da cidade de Cagayan de Oro (Mindanao), além de outros líderes que nos últimos tempos se uniram nas manifestações de massa em protesto contra o regime, estão presos.

A situação está a adquirir contornos tais que um assessor muito próximo do secretário de Estado, George Schultz, comentou durante a visita deste último a Manila: "A previsível instabilidade do regime de Manila pode deteriorar o acesso norte-americano a bases militares vitais". E justificou a aproximação de Washington com alguns sectores moderados da oposição, nestes termos: "O regime de Marcos está a entrar num terreno de areia movediça e nós (os Estados Unidos) não queremos encontrar-nos de novo numa situação como a que nos defrontámos no Irão depois da queda do xá".

Foi Washington quem pressionou Marcos para permitir o regresso de Benigno Aquino, líder moderado que devia se apresentar como candidato

da oposição nas eleições de 1984. Stephen Solarz, encarregado do Subcomité para Assuntos Asiáticos e do Pacífico, tinha sugerido ao presidente Marcos que permitisse a eleição de Aquino e outros dirigentes democráticos no futuro Parlamento.

Marcos nega qualquer responsabilidade no assassinato de Aquino. No entanto, pelo menos três testemunhas (entre elas, o jornalista japonês Kioshi Wakamiya) que viajavam no mesmo avião que o dirigente assassinado, afirmam que os disparos foram feitos por oficiais filipinos.

Segundo Wakamiya — cujas declarações já correram o mundo —, depois de disparado o tiro que matou Aquino, um veículo militar aproximou-se do avião e um homem jovem foi obrigado a descer dele, sendo então assassinado também. Esse homem é apresentado por Marcos como o suposto assassino de Aquino.

As maciças demonstrações de repúdio ao regime e o facto da comissão nomeada para "esclarecer" o crime ser criticada até por elementos próximos do governo como pouco idónea para a tarefa, fazem prever uma deterioração séria da situação. Esse quadro poderia levar Washington a acelerar a substituição de Marcos. As Filipinas são vitais para a estratégia dos Estados Unidos no sudeste asiático e, por isso mesmo, Reagan não gostaria de se arriscar a perder o controlo da situação, enquanto ainda é possível.

repúdio popular ao regime de Marcos



Congo

Estudo sobre a agricultura

□ A revista católica congoleza "Semana Africana" dedicou uma edição completa à análise da situação agrícola do país, afirmando que o estado actual da agricultura é o resultado de longo processo, articulado sobre tentativas de racionalização que remontam à época do colonialismo francês.

Depois de traçar um breve perfil histórico do processo agrícola do Congo, a revista escreve: "Durante o século XIX, o desenvolvimento capitalista ocidental teve que se abrir para o exterior em busca de mercados (para ampliar os seus próprios mercados, que demonstravam ser insuficientes) e de matérias-primas baratas (para abastecer a indústria ocidental). Desse modo se iniciou a agressão colonial".

Em relação a essa estratégia geral — continua "Semana Africana" —, ao sector primário (agrícola) foram atribuídas numerosas funções, uma das quais é a produção de culturas rentáveis destinadas à exportação.



Cultura de subsistências para alimentar os trabalhadores da sociedade tradicional, isolados nas cidades, nas fábricas e nos novos portos.

A fim de imprimir nova dinâmica à produção e comercialização das

culturas de subsistência, o governo congolês procedeu entre 1978 e 1979 à criação dos organismos especializados, o departamento do café e do cacau e o departamento para as culturas de subsistência.

Paquistão

Presos líderes oposicionistas

□ Quatrocentos líderes políticos e activistas paquistaneses pertencentes ao Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), foram presos em meados de Agosto por estarem relacionados com o movimento de desobediência civil, organizado para forçar o governo militar de Zia Ul Haq a restaurar a democracia no país.

O MRD recusou o plano apresentado pelo presidente Zia para restaurar a democracia no Paquistão, plano esse que prevê a entrega do poder a 23 de Março de 1985. O movimento engloba oito partidos políticos, inclusive o ex-partido do governo do Paquistão, o Partido Popular. (O chefe do Partido Popular e ex-primeiro-ministro, Zulfikar Ali Bhutto, foi executado por Zia em Abril de 1979).

Entre os detidos encontram-se os



Zia Ul Haq

mais altos dirigentes dos oito partidos a nível provincial, além dos líderes estudantis que apoiam o MRD. Em algumas áreas os activistas do MRD entraram em contacto com a polícia, com um considerável saldo de feridos nos dois lados.



Brigada antimotim nas ruas de Islamabad

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombá
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONDO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.ª de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUILA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Anibal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa de Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Ponto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.ª de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutulma
- NEGAGE
Livraria Saïdy Mingas
- SOYO
Livraria Lundogi
- UÍGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Terceiro Mundo: o garrote da dívida externa

A dívida externa é uma das consequências da miséria acumulada pelo Terceiro Mundo. Na sua origem estão as relações económicas desiguais existentes entre o Norte e o Sul que converteram este vasto conglomerado geográfico na mais explorada e desvalida zona do planeta.

Não se poderá dizer que o problema da dívida seja novo, mas ele viu-se extraordinariamente agravado, desde 1981, devido à política económica posta em execução pelo presidente norte-americano Ronald Reagan para fazer face à recessão e ao défice federal da superpotência.

Para melhor se compreender esta questão há que ter em conta os antecedentes relativos à estruturação dessa dívida externa. Nos anos sessenta, dois factores impulsionaram a concessão de crédito por parte dos governos e do sistema bancário das potências capitalistas industrializadas. Um, era o apoio à expansão das suas exportações, cuja penetração assim se procurava facilitar através de créditos aos países subdesenvolvidos que, de outro modo, não tinham meios de as adquirir. Outro dos factores assentava na abundância de dólares nas mãos dos bancos transnacionais e do seu afã competitivo por os colocar com rendimento, expediente que "na prática obrigava os países menos desenvolvidos a absorver moeda" (como refere Charles Kindleberger). Este processo desenvolveu-se independentemente das altas petrolíferas às quais, no entanto, sempre se procura apontar como responsabilidade solitária do fenómeno. Isso mesmo nos comprova o reputado economista italiano Gianni Zandano que num estudo elaborado antes do aumento do petróleo, em 1973, afirmava: "a provável explosão do serviço da dívida externa faz prever perigo real de que o mecanismo do desenvolvimento económico possa, num futuro não muito distante, estar tão sobrecarregado por juros e amortizações que fique inesperadamente paralizado entre montanhas de projectos interrompidos e de planos de desenvolvimento abandonados".

Por outro lado, os excedentes financeiros que as maiores receitas provenientes da venda do petróleo proporcionaram aos mais ricos exportadores de hidrocarbonetos, permitiriam ao sistema bancário transnacional apropriar-se de uma quantidade gigantesca de "petrodólares".

agudizando, mais ainda, a "oferta de moeda" da superpotência. Este mecanismo foi utilizado para descarregar as consequências da avultada factura petrolífera das potências capitalistas consumidoras sobre as nações subdesenvolvidas não possuidoras de jazidas de hidrocarbonetos. Graças a esses empréstimos, estas nações puderam compensar transitoriamente os seus défices comerciais e continuar a importar produtos manufacturados e bens de equipamento do Norte, importando, porém, a preços acrescidos como forma de "compensação" pelo aumento do petróleo.

Dado que se transferiam os défices da balança de pagamentos para uma dívida externa em contínua ascensão — e a cobrar juros —, tornava-se claro que mais não se fazia que accionar uma gigantesca bomba-de-relógio.

Até aos anos sessenta, a maioria dos empréstimos que o Terceiro Mundo recebia tinham origem oficial, concedidos geralmente a longo prazo e a juro baixo. A aplicação do mecanismo exposto atrás fez crescer vertiginosamente a participação dos créditos da banca privada, caracterizados por serem de prazo mais curto e corresponderem a taxas de juro variáveis, estreitamente ligados às condições comerciais do mercado. Em 1971, a relação entre o total da dívida contraída em termos comerciais (de mais curto prazo, portanto) e a negociada com prazos de amortização substancialmente maiores era de 1,7 para 1. Em finais de 1982 a proporção havia já aumentado de 3,8 para 1.

Era essa a situação quando o presidente Ronald Reagan adoptou a política anti-recessiva de cariz monetarista, que fez aumentar na vertical as taxas de juro bancárias e o valor relativo do dólar face às restantes moedas, precipitando o planeta num quadro muito semelhante ao descrito pelo economista Zandano e por alguns analistas do Terceiro Mundo. Veja-se em números o tremendo impacto do aumento das taxas de juros: a média das taxas de juros aplicadas à dívida externa do Terceiro Mundo passou de 6,3 em 1970 para 8,9 por cento em 1980, quando já se tratava de um nível bastante elevado. Em 1981, a taxa *Libor* — vulgarmente aplicada pela banca privada — ascendeu a uma média de 16,6 por cento, sendo essa média de 13,5 por cento em 1982. Tratava-

se de níveis de juro recordes que fizeram aumentar enormemente — em cerca de 50 por cento — os juros pelos países devedores. Países que actualmente são obrigadas a desembolsar 50 mil milhões de dólares por ano só para pagar juros.

Além disso, a recessão modificou negativamente as tendências do comércio internacional: caíram os preços das matérias-primas e demais exportações dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que diminuía o volume da sua procura, contraindo súbita e enormemente as suas receitas externas. Daí que o défice das suas balanças de pagamentos assumissem a dimensão da catástrofe.

O défice conjunto dos países subdesenvolvidos — um fenómeno quase crónico devido à troca desigual — foi de 58,9 mil milhões de dólares em 1980. Mas, em 1981 e 1982, ele foi, respectivamente, de 118,6 e 118,2 mil milhões de dólares, números que só por si definem a magnitude da tragédia.

Se esse grupo de países, que representam dois terços da população mundial, tivesse limitado as suas aquisições externas ao valor das suas exportações, isso teria significado a paralisação económica ou, em muitos casos, a fome generalizada. Para evitar tais extremos essas nações socorreram-se de novos empréstimos e o montante da dívida externa atingiu níveis sem precedentes. Em finais de 1981, o endividamento aproximava-se dos 520 mil milhões de dólares, e se no ano seguinte se verificou um crescimento relativamente moderado — atingindo os 548 mil milhões de dólares — foi porque, entretanto, já havia rebentado a "bomba-de-relógio" e os bancos fecharam as suas linhas de crédito com medo da bancarrota.

Evidentemente que as situações diferem de país para país, mas, globalmente, esses números significam que a relação entre o montante da dívida e as exportações anuais totais dos países do Terceiro Mundo, que equivalia a 76 por cento em 1980, subiu para 104 por cento no final do primeiro semestre de 1983 para os empréstimos a médio e a longo prazo. Se se incluírem os empréstimos a curto prazo essa cifra atinge os 150 por cento. Isso implica que, para pagar todas as suas dívidas, os países do Terceiro Mundo

deveriam entregar o equivalente às suas exportações durante um ano e meio.

A proporção do serviço da dívida (juros mais amortizações) que o terceiro Mundo pagou em 1982 foi igual a 20,7 por cento das suas exportações e, na América Latina, a região mais atingida, essa cifra atingiu os 53,2 por cento, segundo dados do Banco Mundial. Ainda que pareça incrível, isso indica que os latino-americanos tiveram que dedicar mais de metade das suas exportações para atender ao serviço da sua dívida com o exterior.

A supervalorização do dólar, moeda em que se transacciona a maior parte da dívida, mais ensombrou o já negro quadro, encarecendo desmesuradamente o esforço realizado pelas economias nacionais para enfrentar essa carga.

Em vários países do Terceiro Mundo chegou-se a uma situação limite: a incapacidade de pagar. Os meios exercidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nas suas operações de "salvamento" comportam um custo económico e social insustentável. As consequências gerais facilmente previsíveis serão as seguintes:

- declínio das importações, com grave repercussão sobre as economias nacionais. Esse peso será dificilmente suportável no plano social em países que se abasteçam no exterior de alimentos, pois estes tornam-se cada vez mais caros devido a um dólar artificialmente valorizado. O Terceiro Mundo, por outro lado, não poderá cumprir a sua função de estímulo às importações do Norte, o que provocará o prolongamento das tendências recessivas mundiais;

- os governos reduzirão os seus planos de desenvolvimento e terão sérias dificuldades em conceder créditos à exportação, cujo aumento, em alguma medida, poderia aliviar essas economias;

- as elevadas taxas de juro internas generalizarão e agravarão os efeitos recessivos;

- a contracção dos fluxos financeiros no Terceiro Mundo, que se têm já verificado, agravar-se-á mais ainda no futuro imediato. Apesar de se desconhecem os níveis que atingirá a contracção dos fluxos financeiros, os seus reflexos e a duração que terá este fenómeno praticamente desconhecido desde o pós-guerra, poder-se-á, com segurança, dizer desde já que ele augura um mísero provir.

A gravidade destes acontecimentos deveria levar à adopção de urgentes e drásticas disposições para corrigir este estado de coisas. Mas, no entanto, dos Estados Unidos da América anuncia-se precisamente o contrário. A continuidade da política de encarecimento do dinheiro.

As altas taxas de juro não estão apenas ligadas ao controlo da massa monetária norte-americana. Washington sofre de um grave défice do orçamento federal, onde a rubrica de maior peso negativo é a da defesa, no auge da maior corrida armamentista dos últimos tempos. Para cobrir o défice, o governo federal acode ao mercado bancário, onde as altas taxas de juro constituem um atractivo para os capitais especulativos de todo o mundo que aí afluem. Segundo observadores bem colocados, parece também que face a uma certa recuperação da economia, a empresa privada está a recorrer ao sistema bancário, carenciada de capitais para alimentar o seu sistema produtivo. Estar-se-ia a consolidar uma tendência coincidente entre o deficitário orçamento federal e o sistema empresarial, que estaria a converter a superpotência numa clara importadora de capitais, sugando-os de todo o planeta.

Quanto à recuperação norte-americana, as opiniões encontram-se divididas. Enquanto alguns estimam que essas tendências "recuperativas" se manifestarão ao longo dos próximos anos, propagando o seu efeito reanimador para todo o mundo, outros pensam que os sintomas são contraditórios e que a convalescença terá curta duração. Porém, as Declarações e os documentos da Casa Branca dão como certo o agravamento do défice orçamental e o aumento da escalada armamentista. Segundo as próprias estimativas do governo norte-americano, o défice orçamental, que actualmente é superior a 60 mil milhões de dólares, sofrerá um forte aumento no próximo biénio. Estas cifras indicam que o governo de Washington manterá, pelo menos até ao fim do seu mandato — o que resta deste ano e durante todo o 84 —, taxas de juro elevadas, o que significa para os países do Terceiro Mundo o pagamento de juros superiores a 10 por cento ao ano e o conseqüente agravamento dos problemas atrás descritos. Não se trata, pois, de uma medida conjuntural, mas de uma política a

ser implementada em pelo menos 4 anos (1981-1984). O controlo dos mecanismos financeiros internacionais e o emprego do dólar como moeda corrente do intercâmbio internacional fazem com que esta política propague os seus efeitos nocivos a todo o mundo, inclusive aos aliados europeus dos Estados Unidos da América. Com ela, Washington procura financiar os seus planos de supremacia militar mundial.

Ao examinar-se as perspectivas de uma negociação conjunta por parte do Terceiro Mundo em termos menos desfavoráveis que os actuais, há que levar em consideração as diferentes particularidades económico-geográficas. Na análise do eixo vertical Norte/Sul em que se exerce a dominação económica há que considerar que a maior parte dos empréstimos recebidos pela América Latina provêm dos Estados Unidos, tendo o mesmo acontecido nos países mediterrânicos meridionais e da África sub-sahariana em relação à Europa Ocidental. Na Ásia Oriental os empréstimos provêm essencialmente do Japão. A maior parte dos empréstimos europeus e japoneses incluem cláusulas que concedem melhores facilidades de pagamento, enquanto que em relação aos empréstimos concedidos pelos norte-americanos predominam os de juro flutuante do mercado. Daí que a subida das taxas de juro bancárias tenham, sobretudo, atingido as economias latino-americanas e sejam estas que estejam a sentir o maior peso da crise financeira.

Uma vez que as situações diferem entre si, não será fácil ultrapassar o âmbito regional para as negociações. Relativamente às perspectivas de obter melhorias, existe uma série complexa de elementos que entram em jogo: por um lado, a previsível resistência dos banqueiros para efectuarem concessões e, paralelamente, a renúncia do governo de Washington em fazer baixar os juros. Por outro, a evidência de que alguns países não podem suportar o sacrifício, bem como o medo da moratória, deveria induzir os credores a uma certa flexibilidade. Como existem contradições, a resposta dependerá, em boa medida, da unidade e firmeza que os grupos de países saibam adoptar.

Projectando o problema a longo prazo, caso o Terceiro Mundo não consiga modificar positivamente as disposições do seu endividamento, sairá deste processo com um

agravamento da sua dependência global e com uma maior divisão entre as diferentes áreas que o compõem que estarão submetidas a uma maior subordinação das esferas de influência tradicionais.

Se existisse, de facto, uma real vontade política por parte dos países subdesenvolvidos, este teriam à sua frente dois caminhos a seguir: um, que consistiria na recusa em pagar serviço da dívida enquanto as condições se não atenuassem, e outro, que seria o de intensificar o intercâmbio regional e inter-regional, escapando assim, na medida do possível, ao circuito da dependência. A escala regional podem-se conseguir, tal como fazem já vários países, trocas directas que iludam os mecanismos monetários e financeiros correntes. No caso latino-americano verifica-se um imperativo adicional: diversificar o seu intercâmbio comercial e as consequentes linhas de crédito para diminuir o predomínio oneroso do sistema bancário privado dos Estados Unidos, que foi responsável pela crise que pôs de rastos a América Latina.

Seria ilusório afirmar que o Terceiro Mundo se encontra perante uma boa oportunidade no sentido de reduzir a sua dependência, pois afirmá-lo, seria o mesmo que dizer que quanto pior melhor. Embora se possa concluir que o Terceiro Mundo se confronta com a evidente obrigação de coordenar esforços entre todos os países, que o integram no sentido de impedir que se torne mais profunda e estéril a dependência das nações capitalistas avançadas.

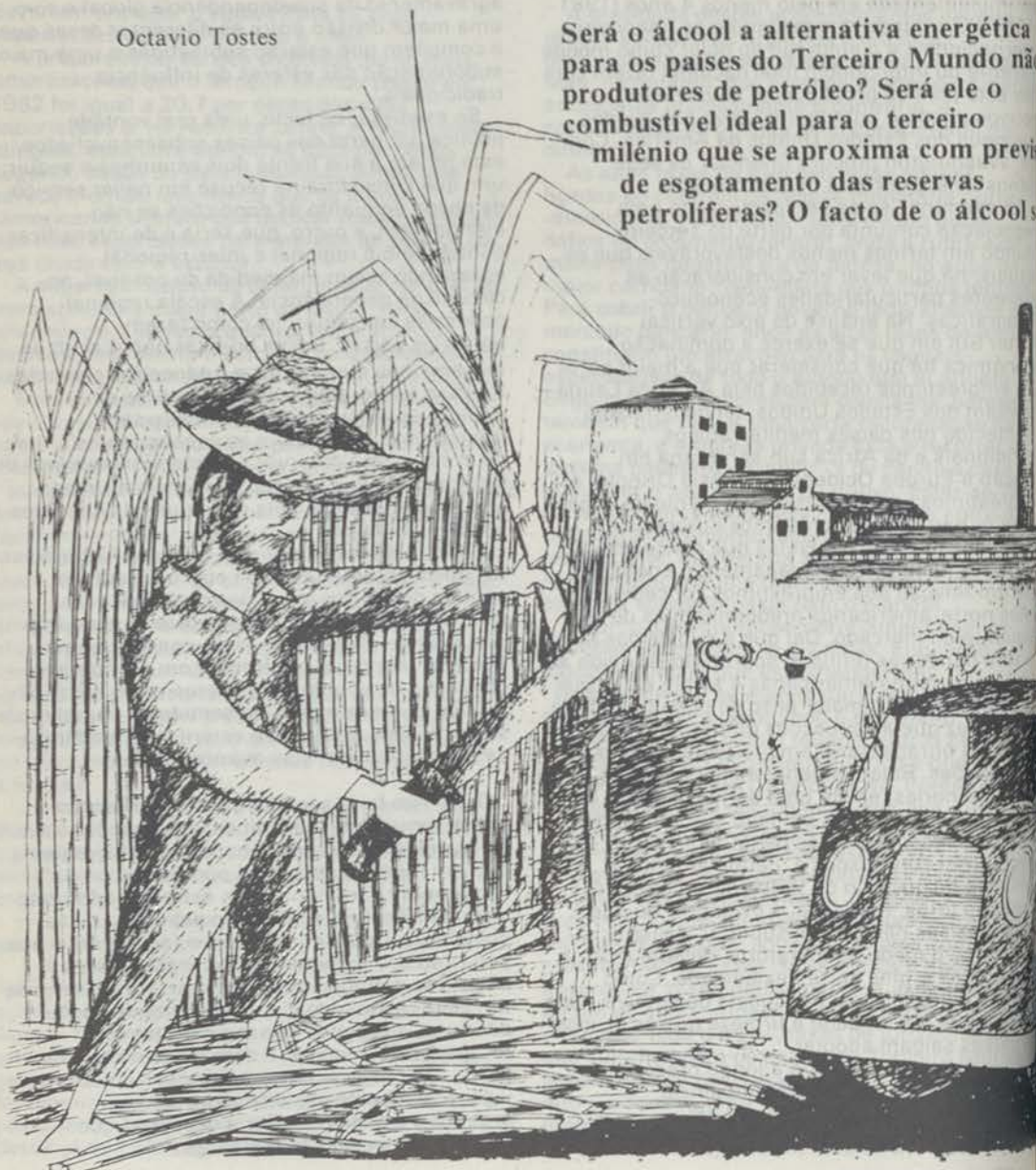
Tudo isto faria sentido, caso se produzisse um desenvolvimento político lógico da situação: se os embates da crise derrubassem os regimes que em lugar de actuarem oportuna e firmemente para não serem estrangulados pelo sistema bancário, realizaram políticas económicas que estimularam e facilitaram a sua penetração e aumentaram as repercussões negativas quando a crise estalou. Tratar-se-ia de um salto qualitativo que poria o fim devido às ditaduras e regimes não representativos, incapazes de negociar e sem o apoio dos seus povos. As crises estão já a fazer estremecer com vigor algumas destas ditaduras, como a argentina e a chilena. Seria desejável que arrastasse consigo as restantes.



Álcool: o combustível do terceiro milénio?

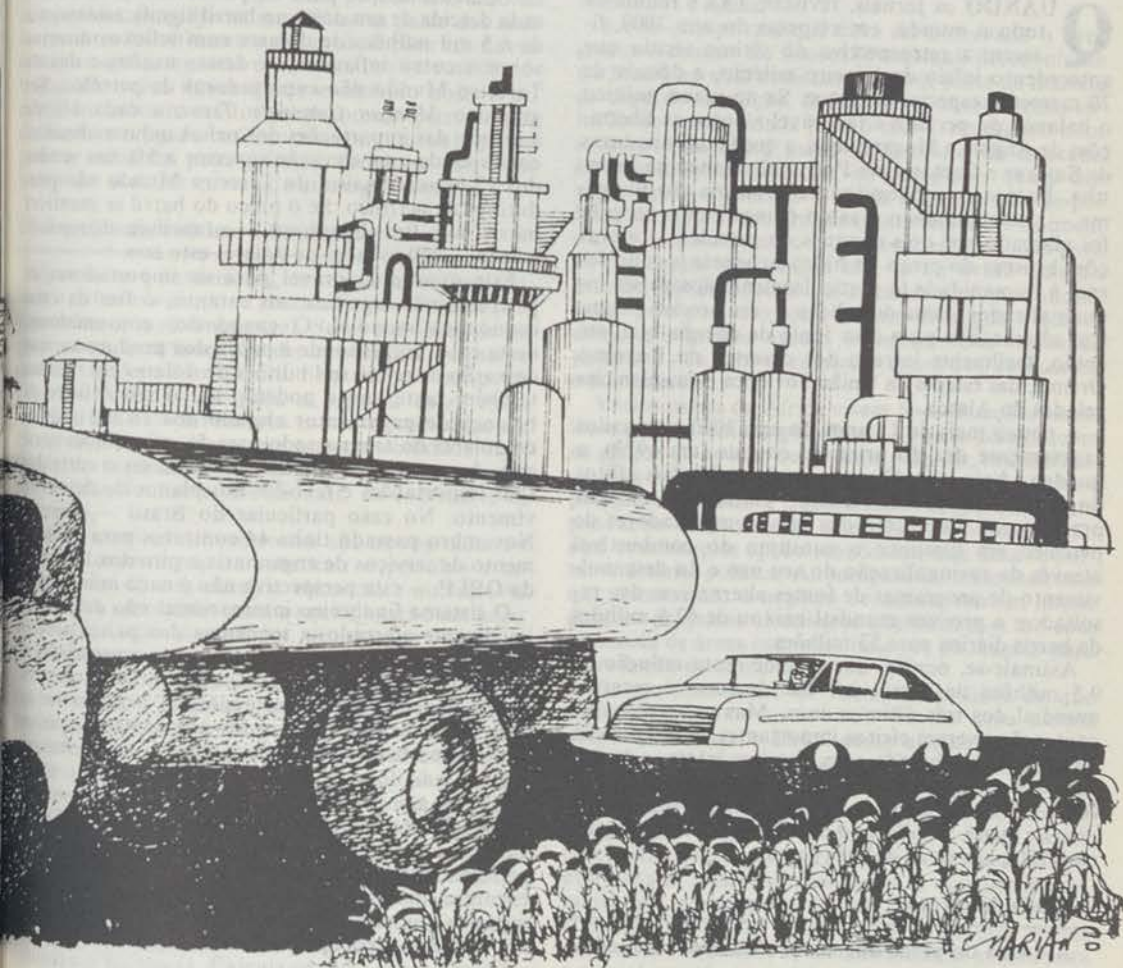
Octavio Tostes

Será o álcool a alternativa energética para os países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo? Será ele o combustível ideal para o terceiro milénio que se aproxima com previsão de esgotamento das reservas petrolíferas? O facto de o álcool s



obter através de fontes renováveis como a cana-do-açúcar, entre outras, sugere respostas afirmativas. No entanto, a produção de energia a partir da biomassa tem implicações ecológicas, técnicas, econômicas e políticas resumidas na seguinte questão: suprirá a terra as necessidades da máquina para mover um mundo industrializado com o calor retirado das plantas? Na sequência dos programas de energias alternativas que se espalharam pelo planeta após a crise do petróleo nos anos 70, surgiu no Brasil o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Em quase dez anos de execução, o Programa produziu mais

de 20 mil milhões de litros de álcool e tem-se mostrado viável. O brasileiro comum, porém, ao lembrar-se da acidentada evolução do Proálcool, duvida todavia. E, de desconfiado, passaria a estarrecido se soubesse dos riscos oferecidos pelo Programa; a fascinado com as alternativas de produção que têm sido ignoradas e a indignado com as injustiças sociais por ele acirradas. Aqui, apresentamos um amplo painel sobre o álcool no Brasil e no Terceiro Mundo com as mais polêmicas discussões a respeito desta fonte vegetal de energia e sem a menor pretensão de esgotar o assunto. Ao contrário, instigamos o debate.





Fábrica de açúcar São Martinho, São Paulo, Brasil:
150 milhões de litros de álcool por ano.
Um modelo adequado?

QUANDO os jornais, revistas, TVs e rádios de todo o mundo, em vésperas do ano 2000, fizerem a retrospectiva do último século que antecedeu o início do terceiro milênio, a década de 70 merecerá especial destaque. Se no plano político o balanço do período é favorável — com as libertações de Angola e Moçambique, a queda das ditaduras de Salazar e Caetano em Portugal, Franco na Espanha, Somoza na Nicarágua e a vitória do Vietnã —, no económico o saldo é negativo: o decênio foi marcado por dois choques do petróleo — elevações bruscas do preço do hidrocarboneto — que deram à humanidade (e particularmente aos países industrializados), uma dura lição — era preciso encontrar alternativas para essa fonte de energia que, até então, facilmente jorrava dos desertos do Próximo Oriente, das estepes da União Soviética e das planícies geladas do Alasca.

A pouco mais de 15 anos do ano 2000 e passados exactamente dez do primeiro choque (em 1973), o quadro é hoje bem diferente do daqueles dias aflitos do começo da década anterior, embora não menos preocupante. O esforço dos países importadores de petróleo em diminuir o consumo do combustível através da racionalização do seu uso e do desenvolvimento de programas de fontes alternativas deu resultados: a procura mundial baixou de 62,5 milhões de barris diários para 53 milhões.

Assinale-se, porém, que metade desta redução de 9,5 milhões de barris por dia deveu-se à recessão mundial dos três últimos anos. Mas as medidas de contenção tiveram efeitos importantes. A diminuição da procura conjugada com as crises internas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) fez cair o preço do petróleo que, tombou do pico de quase 50 dólares o barril a que havia chegado em 1980 para os 25 dólares actuais.

A queda dos preços

A queda do preço alterou profundamente o cená-

rio. Calcula-se que para os países industrializados, cada descida de um dólar no barril significa economia de 6,5 mil milhões de dólares com reflexos directos sobre a curva inflacionária destas nações e das do Terceiro Mundo não-exportadoras de petróleo. Segundo o *Morgan Guaranty Trust*, a cada 1% de aumento das importações dos países industrializados, corresponde uma elevação superior a 5% nas vendas dos 12 maiores países do Terceiro Mundo não-produtores de petróleo. Se o preço do barril se mantiver baixo, só o Brasil ganhará — ou melhor, deixará de gastar — 900 milhões de dólares este ano.

Este quadro favorável para os importadores de petróleo, não significa, no entanto, o fim da crise económica mundial. O ganho dos consumidores, neste caso, corresponde à perda dos produtores, que deixarão de ter 50 mil milhões de dólares em receitas também neste ano e poderão ver o seu défice de balança de pagamentos elevado dos 18 mil milhões de dólares do ano passado para 56 mil milhões neste ano. A consequência imediata deverá ser o corte das suas importações e revisões nos planos de desenvolvimento. No caso particular do Brasil — que até Novembro passado tinha 44 contratos para fornecimento de serviços de engenharia a oito dos 13 países da OPEP — esta perspectiva não é nada animadora.

O sistema financeiro internacional não deverá ser igualmente afectado: a tendência dos países produtores com saldo nos bancos norte-americanos e europeus, como a Arábia Saudita e as nações do Golfo Árabe, é retirarem depósitos para cobrir as suas despesas. Será o fim dos petrodólares, que os bancos recebiam dos exportadores e emprestavam pelo mundo fora. Ficar sem os petrodólares, neste momento em que já é difícil receber os empréstimos anteriormente, representa um golpe considerável para a liquidez do sistema. Assim, a queda dos preços do petróleo, algo imprisível no tempo dos choques, encontra um mundo desprevenido para ela e demonstra que este combustível, aflitivo quando caro, não é menos preocupante quando barateia.

Projeções desencontradas

A situação actual — de preços baixos — não elimina o risco principal que o petróleo coloca ao mundo e que a crise dos preços nos anos 70 teve o mérito de prenunciar: a possibilidade de, um dia, todos os poços se esgotarem. As projecções neste sentido são desencontradas. Entre as pessimistas, está a da CIA que calcula que a procura será tal que, já em 1985, a União Soviética — hoje auto-suficiente —, se converterá em importadora. Já a Agência Internacional de Energia (AIE) — órgão criado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), composta pelos 24 países mais industrializados do mundo — acredita que o déficite ocorra no fim deste século, com o que concordam a Exxon e o Instituto Tecnológico de Massachusetts, nos Estados Unidos.

Há, porém, os optimistas que contam com o fornecimento de petróleo por mais de 60 e até 90 anos, como a *Rand Corporation*. Outros cientistas, ainda, entendem ser possível chegar-se até ao primeiro quarto do próximo século sem problemas, caso as companhias petrolíferas sacrificassem parte dos seus lucros com investimentos em prospecções em novas áreas nas quais, segundo eles, existe um volume de petróleo três vezes maior que o conhecido hoje. E se, como reivindicam muitos produtores, o petróleo pudesse ser empregado basicamente como matéria-prima para a indústria petroquímica, teria um uso mais nobre que o de ser queimado como combustível.

Convencionais, exóticos e futuristas

Optimistas e pessimistas, concordam, no entanto, com a conveniência de se procurarem substitutos para o petróleo como combustível. Se as previsões de esgotamento desta fonte são desencontradas, o quadro das alternativas é incipiente. Segundo um artigo de Gonzalo Ruiz Tovar para a agência *Inter Press Service (IPS)*, os substitutos toram classificados em três grupos de acordo com a sua acessibilidade, facilidade de exploração e nível tecnológico para consumo. São eles: os convencionais, os exóticos e os futuristas.

As alternativas convencionais são as cogitadas no primeiro momento para substituir o petróleo e incluem o carvão e as energias eléctricas e nuclear. As adaptações necessárias para a sua utilização em lugar do petróleo, não são, porém, tão simples como parecem e acredita-se serem necessários mais quatro a 12 anos de pesquisas para que se tornem viáveis economicamente. Estas fontes apresentam ainda problemas de natureza diversa: a exploração do carvão é de alta insalubridade para os trabalhadores; o seu consumo afecta o equilíbrio térmico da Terra; é poluente e, sobretudo, o seu processamento para transformação em gás ou líquido não é lucrativo. A energia nuclear, caríssima, e provoca na Europa protestos de ecologistas preocupados com uma grave questão: onde depositar o terrível lixo atómico?

Os substitutos exóticos seriam a energia solar, a térmica dos vulcões, a das ondas do mar, a dos ventos (eólica) e a biomassa. Calcula-se que seriam necessá-

rios 20 anos de pesquisas para a sua viabilização. As chamadas alternativas futuristas, finalmente, encontra-se ainda nos laboratórios. Seriam tecnologias como, entre outras, a da fusão do hidrogénio da água do mar com o dióxido de carbono da atmosfera — uma fórmula que deverá levar entre 30 a 50 anos para se tornar um composto químico atraente em termos comerciais.

Visão do Terceiro Mundo

Analizadas sob a perspectiva do Terceiro Mundo, a crise do petróleo e a procura de alternativas energéticas ganham dimensões especiais. A procura de substitutos para o petróleo transporta consigo para os países do Sul, a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias próprias e da conquista de independência energética e tecnológica; mas coloca, como pedras no caminho, importantes questões: quais as fontes a serem pesquisadas? Como? Com que recursos? Quais as alternativas já experimentadas, os seus resultados e riscos?

E sob este prisma que deve ser observado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) desenvolvido no Brasil, ao qual dedicamos grande parte da matéria de capa desta edição. O Programa nasceu como solução de continuidade para o sector açucareiro num momento de baixo preço do produto no mercado internacional e só agora, ao completar quase dez anos, ganha contornos — ainda imprecisos — de política energética, sob grande controvérsia. Se há quem o considere um sucesso inquestionável e solução para os problemas energéticos não só do Brasil mas do mundo, há também os que criticam os rumos adquiridos pelo projecto, que fizeram com que o álcool esteja a substituir apenas a gasolina dos carros de passeio e não, por exemplo, o diesel dos autocarros e dos camiões.

Vários países da África vivem hoje situações semelhantes à enfrentada pelo Brasil há uma década: com os preços do açúcar novamente a descer, encontram-se com menos divisas provenientes das exportações e pensam converter e reaproveitar os parques para produção de álcool. Se a medida for tomada, não será uma simples opção económica, mas uma importante decisão política. As companhias transnacionais que dominavam o negócio do açúcar tentam impor grandes projectos alcooleiros que ameaçam até com a tomada de áreas ocupadas hoje por plantações para a produção de alimentos.

Vieram justamente de África os pedidos de que *cadernos do terceiro mundo* fizesse uma ampla abordagem sobre o álcool como alternativa energética. A partir da pioneira experiência desenvolvida no Brasil, preparámos um vasto painel com incidências a nível técnico, económico, histórico, social e político do Proálcool e do próprio álcool como combustível. Com a esperança de estarmos a contribuir para as reflexões necessárias às decisões importantes que, em vésperas do ano 2000, façam os anos 80 serem recordados como o período em que, apesar da recessão mundial, se encontraram as saídas para a crucial questão energética. □



Viável, mas quem garante?

Em quase oito anos de execução, o Proálcool produziu mais de 26 mil milhões de litros de álcool. Mas o povo ainda duvida



Abel Press/Ima Ceigo

EM cada dez carros que circulam pelas grandes e pequenas cidades do Brasil, três são inteiramente movidos a álcool hidratado. Os outros sete andam com uma mistura de álcool anidro (de baixo teor de água) e gasolina. Entre Janeiro e Maio deste ano, a mistura foi de 21,4% uma parte de álcool para quatro de gasolina. Os 700 mil carros movidos a álcool representam um terço da frota de veículos de motores do ciclo Otto — carros de passeio na sua maioria — e quase um décimo do total de veículos em circulação no país, que inclui camiões, autocarros e tractores. Os carros a álcool são um dos resultados mais expressivos do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, criado em Novembro de 1975.

O Programa, no entanto, tem números mais grandiloquentes que os relativos à frota, para indicar os seus sucessos. Em contrapartida, apresenta efeitos nocivos menos divulgados e debatidos que as realizações. Em sete anos de execução, o Proálcool produziu até Novembro passado 20 mil milhões de litros de álcool que, substituindo vários produtos, equivaleram em termos energéticos a 107 milhões de barris de petróleo e propiciaram uma economia calculada em 4,5 mil milhões de dólares. Com investimentos que se aproximaram dos 420 mil milhões de cruzeiros em financiamentos oficiais — e ainda não representam o total das inversões —, criaram-se 234,7 mil empregos, 39 mil no sector industrial e 195,7 mil

no agrícola, com 101 mil milhões de cruzeiros em salários e uma facturação calculada em 384 mil milhões de cruzeiros.

O carro a álcool, produzido a partir de 1980, pagou. De uma participação de 9,9% do total de vendas da indústria automobilística no mercado interno, em Março de 1982, saltou para 75,9% no mesmo mês do ano seguinte. Em Maio passado, atingiu 81,1% das 69.066 unidades comercializadas, 56.044 eram álcool. Nos primeiros 20 dias de Junho, porém, as vendas das quatro principais montadoras — Fiat, General Motors e Volkswagen — aos revendedores caíram 40% em relação às de Maio. Mas queda ocorreu a partir de uma produção 20% maior que a de Junho de 1983.

Menos gasolina

Reflexo da afirmação dos carros a álcool, o consumo da gasolina baixou de 190,1 mil barris diários no período de Janeiro a Maio de 1982, para 165,5 mil barris diários nos mesmos meses deste ano, uma redução de 12,8%. O álcool, com um consumo que ronda os 100 mil barris por dia igualmente entre Janeiro e Maio deste ano — considerando-se o hidratado e o anidro —, teve a sua procura aumentada em 67,4% em relação ao ano anterior. Em Novembro de 1982, o hidratado era distribuído através de 9,1

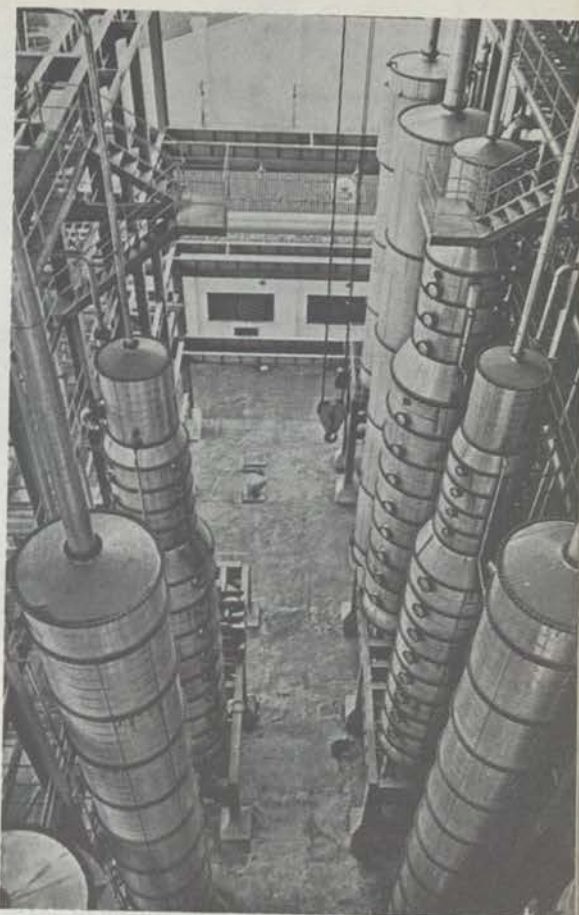
postos, metade do total de postos de revenda de combustível do país.

Embora o uso do álcool hidratado em carros, corresponda a quase metade do consumo deste combustível — sem contar o anidro misturado à gasolina —, o álcool tem sido utilizado para outros fins, principalmente na substituição do eteno (derivado de petróleo) na indústria química (ver quadro 1). Dos 16 projectos álcoolquímicos aprovados pela Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) até ao fim do ano passado, dez já funcionavam e consumiam 324 milhões de litros anuais para a produção de plásticos, tintas e vernizes. O consumo doméstico, farmacêutico e para fabrico de bebidas foi calculado em 300 milhões de litros na safra 1982/83.

O outro lado

Mas o Proálcool tem o seu reverso. A produção dos 20 mil milhões de litros entre 1975 e 1982 foi obtida de canaviais que ocupavam, em 1981, 2,8 milhões de hectares — 1,1 milhão no estado de São Paulo — e expulsaram culturas para alimentação e exportação, afastando-as dos centros consumidores e portos quando não eliminando-as (ver matéria nesta edição). Os empregos criados, principalmente no sector agrícola, são sazonais — o que significa subemprego ou desemprego para milhares de trabalhadores num período de três a cinco meses por ano.

A formação de canaviais ao redor das fábricas e destilarias — para reduzir o custo de produção através da posse da terra, — gerou a concentração fundiária e a ruína dos pequenos produtores de cana-de-açúcar. Para os fabricantes, é importante a posse da terra, um dos factores mais caros na composição do preço do petróleo. Finalmente, um efeito que apesar de estar a ser considerado um mal menor, é alarmante: 20 mil milhões de litros de álcool representam 260 mil milhões de litros de vinhoto, resíduo altamente poluente obtido na razão de 13 litros para cada litro de álcool. Embora o vinhoto esteja a ser



Dornas para destilação do vinho e obtenção do álcool

utilizado como fertilizante sem os necessários tratamento e cautelas, uma parte considerável é ainda despejada nos rios e solo, com graves danos para a fauna e flora. Há possibilidade de se reciclar o vinhoto ou reduzir a sua proporção em relação ao álcool, mas isso está ainda em fase de experiência.

QUADRO 1

Estrutura de Consumo do Álcool (Em milhões de litros)

Usos	1981 ¹	1985 ²
Comércio	140	200
Mistura Carburante	1 300	2 700
Indústria de Transformação	200	280
Exportação	250	320
Hidratado Carburante	1 650	5 000
Indústria Química	350	700
Total	3 890	9 200

Fonte: Portaria CNP/Dirub 164 de 29/04/81; Associação Brasileira de Indústrias Químicas (Abiquim); Diário Oficial da União, 28/08/80; (4); (5); (7); (10); (11); (15); (16).

(1) Estimativa

(2) Projeção

Extrato da revista "Rumos do Desenvolvimento", n.º 40.

O programa avança

Os efeitos nocivos do Proálcool parecem não preocupar os seus executores e o Programa avança. A produção da safra 1982/83 está calculada em 7,5 mil milhões de litros para um consumo de 5,5 mil milhões. O orçamento do Proálcool para este ano é de 229 mil milhões de cruzeiros e o governo autorizou em Junho a expansão do Programa em 3,6 mil milhões de litros até 1985 nos seguintes termos: mais 600 milhões de litros ainda em 1983; 1,5 mil milhões em 1984 e outro tanto em 1985. Para esta expansão, serão necessários investimentos adicionais de 2,9 mil milhões de dólares entre 1983 e 1988 nas áreas agrícola e industrial e as autoridades estão a contar com recursos externos — outro empréstimo de 250 mi-

lhões de dólares do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) —, do Tesouro e empresários.

Apesar de a meta básica de produzir 10,7 mil milhões de litros não ser alcançada em 1985, como previsto, e ficar prorrogada para a safra de 1988-89, o objectivo do Proálcool de substituir um-terço da gasolina consumida no país — com a produção estabilizada em 16,6 mil milhões de litros anuncia-se palpável. Uma análise puramente económica revela a viabilidade do Programa, que já conseguiu sensíveis reduções de custo como observa o assessor da Diretoria da COPERSUCAR e professor da Universidade de São Paulo, Júlio Maria Martins Borges, no artigo "Proálcool, as perspectivas do programa na década de 80", publicado na revista "Rumos do Desenvolvimento", da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

Após estudar as estruturas actual e potencial de produção e consumo do álcool, com base nos preços fixados pelo governo para o produto e os custos de produção levantados pela COPERSUCAR, Martins Borges afirma que os álcoois anidro e hidratado — tanto o carburante para carros como o utilizado na indústria química — tiveram os seus custos aumentados em taxas inferiores às do petróleo e derivados entre 1976 e 1981.

O custo económico do litro de álcool anidro cresceu 31% em dólares contra o aumento de 153% do preço do litro da gasolina. A relação do custo do anidro sobre o da gasolina baixou de 2,26 em 1976 para 1,16 em 1981, indicando o aumento da competitividade do álcool como produto de exportação. No estudo do comportamento do hidratado — mesmo tendo-se em conta o rendimento do motor a álcool inferior em 20% ao da gasolina —, verificou-se a mesma situação observada no anidro: aumento de 31% do álcool contra um aumento de 153% da gasolina. O custo do litro do hidratado baixou de 158% acima do da gasolina em 1976 para 33% em 1981. A comparação entre álcool hidratado e eteno — na base de um metro cúbico de álcool para 350 quilos de eteno — demonstrou que o álcool teve um crescimento de custo de 31% e o eteno, de 103%. O álcool, 48% mais caro que o eteno em 1976, custava apenas 19,5% mais que o derivado de petróleo em 1981.

Martins Borges ressalta, em seguida, que esta situação dos custos de produção superarem os preços internacionais é observada nos períodos iniciais de processos de substituição de importações mas tende a desaparecer constituindo-se, assim, no encargo que permite diminuir a dependência ao mercado externo e incentivar a produção interna de bens e serviços.

O assessor da COPERSUCAR conclui que mantidas as actuais condições do mercado internacional do petróleo — de estabilização dos preços —, o álcool pode ser substituído economicamente viável para a gasolina e o eteno, desde que se melhore a eficiência de consumo dos veículos e se reduzam em 20% os custos de produção do combustível de cana.

É garantido?

Ainda que o Proálcool se mostre viável nas contas

e planos dos técnicos, é compreensível que o cidadão comum — proprietário de um carro a álcool ou tentado a comprar um, para economizar a diferença de 59% entre o preço deste e o da gasolina — tenha as suas dúvidas quanto à execução e o futuro do Programa. É natural que ao abastecer o seu carro, procurando acompanhar com os olhos o movimento alucinante do marcador de preços da bomba, se pergunte se haverá sempre álcool suficiente para o seu veículo num país de economia sujeita a pacotes de disposições do FMI.

"Mesmo com o petróleo mais barato, o álcool combustível deverá manter a diferença de 60% em relação ao preço da gasolina", afirmou o vice-presidente Aureliano Chaves, presidente da Comissão Nacional de Energia (CNE), em Maio do ano passado, quando a queda dos preços do crude no mercado internacional, já se havia iniciado. Quase um ano depois, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, assegurava o fornecimento de álcool "quem comprar um carro a álcool terá o combustível que precisar".

Técnicos da área de execução do Proálcool acreditam ainda que o Programa não recuará, apesar de ressaltarem que no Brasil nunca se podem ter certezas em matéria de política económica. Observam, porém, que há já grande quantidade de projectos enquadrados (383 até Novembro de 1982) com capacidade para produzir 90% do objectivo de 10,5 milhões de litros em 1985 e, sobretudo, fortes interesses económicos dos produtores e da indústria automobilística no sentido de que o Proálcool não ande para trás. (Ver quadro II).

No entanto, uma observação dos quase oito anos de história do Programa mostra que a preocupação do simples consumidor quanto ao futuro do combustível para o seu carro, se, por um lado, carece de maiores fundamentos técnicos, não deixa, por outro, de ter razão. Afinal, a trajetória do Proálcool é a de algo que, vindo aos trancos e barrancos, tem resistido apesar dos efeitos nocivos pouco tidos em conta.

O começo

As autoridades apontam como factores principais para a criação do Programa a alta dos preços do petróleo — o chamado primeiro choque — em 1973 e a queda da cotação do açúcar no mercado internacional. Por detrás da descida dos preços do açúcar há, porém, um dado importante e pouco divulgado: no fim da década de 60 e início da seguinte, o parque açucareiro foi reformado com altos investimentos subsidiados e a queda surpreendeu as fábricas que se preparavam para aproveitar os bons preços vigentes até pouco antes.

A saída, a partir de 1975, foi produzir nestes complexos, álcool anidro para adicionar à gasolina que começava a encarecer. Esta primeira fase foi de domínio das destilarias anexas às transformadoras de açúcar e o desenvolvimento do Programa, condicionado pela relativa estabilidade dos preços do petróleo. Na segunda fase, de transição da produção em destilarias anexas para o fabrico de álcool em destilarias autónomas, entre 1976 e 1978, o Proálcool



Antiga fábrica para produção de açúcar e álcool: à volta do pátio as casas das máquinas e a torre

diminuiu o ritmo de crescimento. A capacidade instalada dos projectos reduziu de 1,5 mil milhões de litros em 1976 para 640 milhões em 1979, o que se reflectiu na queda do aumento da produção entre os anos de 1978 e 1980 (ver quadro III).

Entre as dificuldades enfrentadas pelo programa neste período, destacam-se a necessidade de penetração em regiões sem tradição no cultivo da cana, o ingresso de novos empresários sem experiência no sector e até a falta de mão-de-obra especializada para as actividades industriais. As culturas de alimentos e exportação, antes de serem expulsas, barraram durante certo tempo a expansão dos canaviais e a ocupação de zonas pioneiras dependeu ainda da criação de estruturas de transporte e serviços básicos.

O segundo choque do petróleo, em 1979, criou condições favoráveis à expansão do Proálcool, na sua

terceira fase. A eclosão da guerra entre o Irão e o Iraque foi outro impulso: estes países eram responsáveis, respectivamente, pelo fornecimento de 200 mil e 400 mil barris diários de petróleo ao Brasil e o conflito comprometia cerca de 70% do abastecimento. A indústria automobilística, que até então não havia demonstrado maior interesse pelo Programa, passou a apoiá-lo ao ver nele um mecanismo de sustento das vendas dos seus produtos.

O salto da inflação, que pulou de 50 para quase 100% entre 1979 e 1980, beneficiou igualmente o programa pois o crédito para instalação de transformadoras manteve-se constante em termos nominais até aos primeiros meses de 1981 para os projectos aprovados no fim do ano anterior. Indicador preciso

QUADRO II

Projectos Enquadrados no Proálcool

Ano	Número	Capacidade (Milhões de litros)
1975	2	54,0
1976	70	1 528,2
1977	61	1 231,4
1978	64	1 007,0
1979	36	642,8
1980	94	2 326,7
1981	58	1 201,0
1982	14	2 070,0

QUADRO III

Evolução da Produção de Álcool

Safra	Produção (Mil milhões de litros)	Crescimento (%)
75 76	0,6	
76 77	0,7	17
77 78	1,5	114
78 79	2,5	67
79 80	3,4	36
80 81	3,7	9
81 82	4,2	13
82 83	5,5	31

Fonte: IAA

da arrancada do Proálcool é o recorde de 31 projectos apresentados à CENAL, em Outubro de 1980. Até então, a Comissão recebia em média dez projectos por mês.

O Programa entrou finalmente na fase das destilarias autónomas, montadas exclusivamente para a produção de álcool. No fim de 1980, dos 336 projectos aprovados, 224 situavam-se na região Centro-Sul (114 destilarias anexas e 110 autónomas) e 112 na Norte-Nordeste (58 anexas e 54 autónomas). Em 1982, as 214 destilarias autónomas existentes respondiam por apenas 22% da produção do Proálcool mas a sua capacidade de produção correspondia a 59% da capacidade do Programa. A maior parte das destilarias, anexas ou autónomas, tem capacidade de produção entre 120 mil e 180 mil litros por dia (ver quadro IV).

Os defensores do Programa afirmam que este promoveu a descentralização da produção de álcool no país, instalando destilarias em regiões onde não se plantava cana. No ano passado, havia um projecto no estado do Amazonas; outro no território de Rondônia; três no Ceará; seis no Rio Grande do Norte; 15 na Bahia; três no Rio Grande do Sul; nove no Mato Grosso e 11 no Mato Grosso do Sul. O economista Júlio Maria Martins Borges observa que enquanto na safra de 1976/77 São Paulo respondeu por 70% da produção nacional, na de 1981/82 a participação do maior produtor do país foi de 65%. Uma descentralização — outra meta do Proálcool — à taxa de 5% em cinco anos.

Recessão

Quando a produção de álcool começou a reager em 1981 — a taxa de crescimento de 9% na safra de 1980/81 foi a mais baixa do Programa —, a recessão que atingiu a economia brasileira lançou novas dúvidas sobre o Proálcool, no tocante ao consumo. As vendas de carros — de aproximadamente 100 mil unidades no fim de 1980 — caíram para 45 mil no início do ano seguinte e arrastaram também a comercialização dos veículos a álcool: em Fevereiro do ano passado, foram vendidos apenas quatro mil destes carros. A indústria automobilística não pôde cumprir o protocolo assinado em Setembro de 1979 com o governo para o fabrico de 250 mil automóveis a álcool em 1980; 300 mil em 1981 e 350 mil a partir de 1982. (Ver quadro V e VI).

O governo incentivou a venda de automóveis a álcool com isenções fiscais que no caso dos veículos destinados ao serviço de táxis, por exemplo, significaram uma redução de quase 50% do preço com financiamento da Caixa Económica Federal. O mercado reagiu em 1982 e chegou-se a 1983 com elevado índice de participação dos carros a álcool nas vendas da indústria automobilística. Produção e consumo pareciam, enfim, equacionados. Mas só aparentemente, logo surgiram problemas de excedente de produção e o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, assustou-se com o andamento do Programa.

Em Maio deste ano, nas vésperas da safra 1982/83, os produtores defrontaram-se com o desafio de en-

QUADRO IV

Estrutura da Produção de Álcool no Brasil

(10⁸ litros)

Regiões	Por Tipo de Álcool			Regiões	Por Tipo de Destilaria		
	SP	NNE	Brasil		SP	NNE	Brasil
Safras				Regiões			
Safra 76/77				Safra 76/77			
Hidratado	217	69	364	Anexa	456	97	619
Anidro	247	43	300	Autónoma	8	15	45
Total	464	112	664	Total	464	112	664
Safra 81/82 ¹				Safra 81/82			
Hidratado	2 071	574	3 077	Anexa	2 446	565	3 404
Anidro	803	331	1 325	Autónoma	428	340	998
Total	2 874	905	4 402	Total	2 874	905	4 402
Safra 85/86 ²				Safra 85/86			
Hidratado	2 730	1 975	6 535	Anexa	2 530	990	4 180
Anidro	1 110	850	2 665	Autónoma	1 310	1 790	5 020
Total	3 840	2 780	9 200	Total	3 840	2 780	9 200

Fontes: Resoluções da LAA n.º 05/81 de 12/06/81 e 08/81 de 28/08/81, Ato 26/81 de 24/07/81, do LAA 161/121.

(1) Estimativa.

(2) Projeção Realizada com base nos projectos enquadrados pelo Proálcool, mas a capacidade de produção das destilarias anexas do Programa.

Extrair da revista "Ramos do Desenvolvimento", n.º 40.

contrar um destino para quinhentos milhões de litros de álcool. A produção foi estimada em 7,5 mil milhões e o governo autorizara o fabrico de apenas 7,05 a 7,06 mil milhões. As soluções mais fáceis, à primeira vista, seriam a Petrobrás comprar o excedente; aumentar a mistura de álcool anidro à gasolina e os produtores guardarem a sobra. Mas a Petrobrás, segundo o presidente da CENAL, Marcos José Marques, não tinha recursos para a aquisição nem havia, da parte do governo, decisão para aumentar a proporção da mistura. Havia, em estudos, a ideia de usar 200 milhões de litros para a exportação de produtos álcoolquímicos e montar um esquema de compra de excedentes, apesar da escassez de recursos do país.

Os produtores, esquivaram-se, argumentando ter o álcool um preço administrativo fixado pelo governo, que não inclui gastos com as sobras e sugeriram, além do aumento de anidro na mistura, duas medidas: a queima de 250 milhões de litros em caldeiras industriais e estímulo fiscal ao uso de veículos leves e médios de carga, ainda movidos a diesel. Diante do impasse, ficava para a opinião pública, preocupada com o futuro do combustível, a angustiante pergunta: alguém controla ainda o Proálcool?

Exactamente um mês antes da configuração deste impasse, o ministro Camilo Penna acenou, no início de Abril, com a possibilidade de baixar controlos sobre a produção de carros a álcool se continuasse a crescer o ritmo de vendas. A Petrobrás, argumentava o ministro, estava já com uma ociosidade de 30% devido à queda da refinação de petróleo e, sobretudo,



O corte da cana; trabalham homens, mulheres e crianças

havia o risco de faltar álcool para tantos veículos em circulação.

Ante as reacções dos fabricantes de automóveis — lembrando que as vendas de carros a álcool diminuíram com a extinção dos incentivos prevista para Junho e o mercado se estabilizaria — e dos produtores — garantindo o fornecimento —, o ministro recuou. "A grande procura — comentou — é uma demonstração do sucesso e poderemos produzir este ano 500 mil carros. Mas, se daqui a seis meses a produção estiver no mesmo ritmo, conversarei com a indústria para combinar uma redução, daí a outros seis meses".

O álcool como fonte de energia para mover veículos, tem um custo de produção duas vezes maior que o do petróleo; igual ao da energia eléctrica e duas vezes menor que o da energia nuclear. Este é o resultado de cálculo apenas ilustrativo, pois não considera custos de distribuição nem a finalidade do uso da energia. O cálculo foi feito tomando-se o barril de petróleo a 30 dólares e convertendo-se o poder calorífico de outras fontes de energia para a unidade barril equivalente de petróleo (bep). Assim, um bep de álcool custa 60 dólares, um bep de energia eléctrica o mesmo preço e, finalmente, um bep de energia nuclear, 120 dólares.

Se não recebesse subsídios, o litro do álcool hidratado custaria cerca de 300 cruzeiros, preço do álcool de uso doméstico, em vez dos 178 cruzeiros cobrados na bomba até Junho, quando a gasolina estava a 303 cruzeiros. Ainda que custasse 300 cruzeiros, o litro do álcool seria na verdade mais caro que o da gasolina, em cujo preço entram, além dos custos de matéria-prima, a refinação e distribuição, um pacote de impostos — quase 50% do valor — mais subsídios

QUADRO V

Evolução da produção de Veículos a Álcool

Ano	Unidades
1979	4 624
1980	254 016
1981	131 590
1982*	200 000

* Estimativa
Fonte: MDC

QUADRO VI

Conversão de Veículos Para Uso de Álcool

Ano	Conversões
1979	5 021
1980	33 565
1981	16 935

Fonte: SII, MDC

COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:

Av. Zedequias Manganhela, 520-6* - FLAT 603 C.P. 1402 - MAPUTO
Tel. 29461 - Telex 6-470 COMEN MO

que o governo concede aos programas nuclear, de carvão e ao próprio Proálcool e ainda a diferença cambial entre o cruzeiro e o dólar — pois é em dólares que o país compra o petróleo.

O primeiro grande pacote económico deste ano que retirou os subsídios do petróleo e trigo entre outros produtos, aumentou as taxas do crédito agrícola para a produção de cana. Os subsídios do Proálcool tem-se reduzido e a tendência é para os atingir em 1985. O economista Martins Borges entende que se a extinção dos subsídios pode dificultar o crescimento da produção da cana e álcool, a médio e longo prazo, ela deve-se constituir em medida que induzirá as empresas a obterem ganhos de produtividade, sob pena de serem excluídas do sector.

O Proálcool iniciou com juros fixos de 17% ao ano (para projectos instalados no Centro-Sul) e 12% (para os do Nordeste) e em Junho passado, os financiamentos de custo eram calculados com base na variação anual das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) mais 12%; os de investimentos 70% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais 5% e, para a indústria, 80% do INPC mais 5%.

Lucros reinvestidos

Os recursos do Proálcool para a concessão dos subsídios provêm de parte dos recursos gerados pela comercialização do álcool carburante; da parcela dos recursos de programas de mobilização energética, correspondente a 12,5% do custo do petróleo bruto importado; de provisões do Tesouro feitas pelo Conselho Monetário Nacional e retornos de outras fontes internas e externas. No início de 1982, o Banco Mundial destinou 250 milhões de dólares para a instalação de 12 destilarias.

Devido às disparidades regionais na produção de cana e álcool — enquanto São Paulo obtém 110 toneladas de cana por hectare, o Nordeste colhe em média 55 toneladas e o Rio de Janeiro, 45 — os subsídios de igualização dos preços são concedidos diferenciadamente, a estas regiões. O litro do álcool amarelo vendido no Rio de Janeiro tinha, no começo do ano, um subsídio de 18,40 cruzeiros e o do hidratado, 17,37 cruzeiros contra 6,32 cruzeiros e 5,98 cruzeiros, respectivamente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e 41,91 cruzeiros e 38,64 cruzeiros na região Nordeste.

Martins Borges assinala que a política de preços praticada no Proálcool tem sido essencialmente de preços de produtos agrícolas: a rentabilidade económica é satisfatória mas a actividade, financeiramente, deixa a desejar para o empresário. Segundo o economista, tem-se verificado que o lucro líquido não é disponível para a aplicação noutros negócios, mas deve ser reinvestido automaticamente na própria actividade. O Proálcool está mais a propiciar a formação de patrimónios do que a dar lucro.

Sucesso curioso

O Programa Nacional do Álcool é um caso curioso de sucesso da crítica: os observadores reconhecem a sua viabilidade e concordam com a filosofia de se

produzir combustível a partir da biomassa, mas discordam da forma de execução, dividindo-se entre os que defendem metas arrojadas e os que postulam a produção regionalizada através de destilarias menores para consumo local.

Um dos partidários de maiores dimensões para o Proálcool é o engenheiro e empresário Jaime Rotstein, autor de três livros sobre o álcool como fonte energética: "Álcool: uma agenda para o presente", "Petróleo, a crise dos anos 80" e "Soberania e Política Energética". "O álcool é o combustível certo no veículo errado", afirma Rotstein ao criticar a orientação do programa de produzir um substituto para a gasolina, utilizada nos carros de passeio, em vez de procurar alternativas para o diesel, usado em caminhões, autocarros e tractores.

"Precisamos de um motor brasileiro para o combustível brasileiro", acrescenta o empresário, que acredita na possibilidade de, em pouco tempo e com investimentos, se obter um motor movido a álcool ou mistura de álcool e diesel com rendimento económico em veículos pesados. Em São Paulo, as fábricas testam o uso de óleos vegetais e álcool aditivado — combinado com diesel — em caminhões e tractores, mas os resultados são ainda insatisfatórios em termos económicos e viáveis apenas para as fábricas, que dispõem do álcool.

A meta do Proálcool, na concepção de Rotstein, deveria ser de 30 mil milhões de litros em 1978 — três vezes mais que a estabelecida pelo governo para 1985 e já prorrogada para 1988/89 —, produzidos em grandes complexos ligados aos centros consumidores através de ductos.

A execução do Programa tem sido parcialmente hermética, na definição de Rotstein que considera existir espaço para cidadãos como ele se manifestarem até na Câmara dos Deputados, em Brasília, sendo, no entanto, as decisões tomadas num âmbito fechado, de forma um tanto indiferente às considerações sobre o assunto feitas pela sociedade. E, ressaltando a importância de o país enfrentar unido o problema da crise energética, adverte: "Não há mais tempo para não discutir antes de errar".

Viável, mas...

O engenheiro Frederico Magalhães Gomes, membro do Conselho Director do Clube de Engenharia, entidade nacional, diverge de Rotstein. No artigo "La crisis energética, una perspectiva brasileña", que escreveu com o economista António Barros de Castro e foi publicado em Novembro de 1981 pela revista mexicana *Comércio Exterior*, Frederico afirmou que o Proálcool alcançará êxito considerável ao aproximar-se da meta. Sobretudo, acrescentou, diante do fracasso dos outros programas Modelo Brasileiro Energético (MEB), de 1979, com políticas para o carvão mineral e vegetal, além do álcool e outras fontes.

Dois anos depois, o engenheiro mantém a opinião: "O Proálcool mostrou-se viável mas é ainda muito questionável. Favoreceu a concentração fundiária, financiou fábricas monstruosas, enormes, e concentrou recursos no país mais rico dentro do país, que é o estado de São Paulo". Frederico atribui o sucesso



Reservatório de água para a mistura com caldo de cana

do Programa ao facto de ter sido o único, entre os do MEB, a começar a partir de uma estrutura de produção já montada, no caso, o parque açucareiro. Os fabricantes e depois a indústria automobilística funcionaram, segundo ele, como *lobbies* — grupos de pressão — no Proálcool.

Última dúvida

Talvez alheio a estas questões políticas em torno do Programa que produz o combustível para o seu automóvel, o tal cidadão comum dono do carro a álcool é, de repente, informado de que a para ele vantajosa a diferença de 59% em relação ao preço da gasolina será mantida até Abril de 1984, segundo compromisso assumido pela Comissão Nacional de Energia. De novo com os olhos postos nos marcadores da bomba, a sucessão dos números faz-lhe lembrar que todos os preços vêm aumentando assustadoramente e, olhando o futuro, ele é tomado de assalto pela dúvida: quem garante que esta vantagem não irá acabar? □



Riscos ocultos e alternativas ignoradas

Poduzir álcool de cana-de-açúcar significa plantar cana permanentemente, o que tem graves implicações que não estão a ser levadas em devida conta



E se, de repente, todos os canaviais do Brasil fossem dizimados por uma praga terrível? Ou o país, daqui a 100 anos, tomado pelas verdes lâminas da cana, sem se poder plantar um único pé mais, visse em pânico a produtividade cair vertiginosamente? Lavouras tornando-se desertos nos espasmos da terra esgotada. Carros sem álcool empilhados nas cidades, camiões à beira das auto-estradas vazias, lojas, repartições, fábricas, gente, tudo parado.

A situação seria apocalíptica. Assim como o apocalipse foi previsto (ou pelo menos imaginado), a possibilidade de um colapso energético também não deve ser afastada. Ainda mais se, com a futura extinção do petróleo (um recurso não renovável) e uma possível inviabilidade da energia nuclear, partirmos para a extracção da energia da biomassa. A opção de mover um mundo industrializado com o calor gerado pelas plantas coloca a questão crucial: a terra suprirá as necessidades da máquina?

O Proálcool tem evoluído no sentido de deixar de ser uma solução de continuidade para fabricantes com capacidade ociosa e se tornar um programa energético paralelo ao petróleo incerto e a outras fontes que, por enquanto, não deram quase nada. O Programa está longe de ser o suporte de energia do país — ainda não move autocarros, para não falar de tractores e camiões — mas nem por isso deixa de

oferecer sérios riscos: expulsão de culturas de alimentos, desequilíbrio ecológico, mineralização do solo e poluição.

Embora estes perigos do Proálcool sejam mínimos comparados ao perigo apocalíptico do colapso da energia, eles têm a mesma natureza deste: crescem na medida em que cresce o Programa. É esse o problema. Para agravá-lo, o Proálcool tem crescido sem ter em conta estes riscos nem as alternativas que poderiam diminuí-los e até eliminá-los: consorciação de culturas, produção de álcool de outras fontes em destilarias menores (ver matéria nesta edição) e adopção de outros álcoois, como o metanol de madeira, para substituir o óleo diesel em veículos pesados.

Mais álcool, menos comida

Em menos de sete anos, a expansão da cultura canavieira incentivada pelo Proálcool em Ribeirão Preto, São Paulo — uma das regiões de maior produção de álcool no país —, ocupou 63,94% das áreas antes destinadas a pastagens; 3,83% das culturas para exportação (soja principalmente) e 32,23% das lavouras para alimentação (arroz, feijão e milho, entre outras). Embora no caso específico de Ribeirão Preto, a área de feijão tenha aumentado em 675 hectares entre 1970

e 1979 (ver quadro), o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, Daniel Fonseca Pinto, está convencido de que a crise do feijão ocorrida no fim da década de 70 se deveu à substituição de culturas: no Rio, formaram-se extensas bichas às portas dos supermercados e a disputa pelo alimento gerou tumultos com violenta intervenção da polícia militar.

O crescimento dos canaviais não afecta apenas as panelas. "Todas as vezes que se substituem lavouras pequenas por culturas extensivas", adverte Fonseca Pinto, "provoca-se o rompimento do equilíbrio ecológico: entre outros efeitos, altera-se o sistema de polinização com o afastamento da fauna e propicia-se a manifestação de pragas e doenças". Quando se trata de monoculturas, há mais um risco: uma praga pode exterminar toda a plantação, o que não ocorreria se houvesse espécies diferentes da mesma planta e capazes de resistir às doenças.

"O rendimento do corte da cana", acrescenta o engenheiro agrônomo, "é maior se antecedido da queimada do canavial para retirada das folhas. Um homem corta por dia quatro toneladas de cana com folha e seis da cana sem ela. Só que a queimada continua destrói a microfauna e microflora e a morte destes elementos orgânicos provoca a mineralização do solo. Não é por outra razão que Campos, tradicional zona canavieira do Rio de Janeiro, com 250 mil hectares plantados, enfrenta actualmente uma redução da produtividade de 50 toneladas por hectare para 37 toneladas por hectare".

O uso de máquinas pesadas no cultivo da cana, resulta, segundo Fonseca Pinto, na compactação do solo com alterações na sua estrutura física e redução da permeabilidade e porosidade, entre outras características. E a longo prazo, na diminuição da própria fertilidade.

Consociação de culturas

A terra oferece alternativas que reparariam os danos da monocultura mas estas são desprezadas por razões económicas. A lavoura canavieira pode ser consorciada com as de feijão, arroz, milho, abóbora, jiló e melancia — com aumento da oferta de emprego, melhoria de abastecimento às cidades e benefícios para o solo — mas prefere-se a cana sozinha, de cultivo mecanizado, cortes rápidos e resultados



O risco dos canaviais: ganhar às outras lavouras todas as terras



imediatos. A própria palha queimada para maior eficiência no corte seria fonte de matéria orgânica se deixada no chão. No entanto, acha-se melhor ganhar duas toneladas por dia em cada homem porque a cana, uma vez cortada, tem que ser logo moída para evitar a transformação da sacarose em glicose.

A cultura extensiva depende de fertilizantes e defensivos dos quais o Brasil tem total dependência e

QUADRO 1

Actividades substituídas pela lavoura canavieira — até 1980

Actividade substituída	Regiões de São Paulo		
	Campinas (%)	Bauru/Marília (%)	Ribeirão Preto (%)
Pastagens	60,57	71,30	63,94
Exportação	21,22	8,76	3,83
Mercado interno (alimentação)	18,21	19,94	32,23

Fonte: Dados do trabalho "O Programa Nacional do Alcool e os impactos na agricultura paulista", de A. A. Feiga Filho, citado por Otto Vergara Filho em "A evolução do combustível e as implicações das opções de substituição dos derivados de petróleo", Revista Economia Rural de Campinas a Dezembro de 1981.

QUADRO II

Evolução das lavouras em Ribeirão Preto (SP) — em ha

Culturas	1976	1979	Resultados
Algodão	11 334	12 014	+ 680
Amendoim	9 711	8 879	- 832
Arroz	12 764	4 154	- 8 610
Café	7 764	13 487	+ 5 723
Cana-de-açúcar	117 370	136 595	+ 19 225
Feijão	307	982	+ 675
Laranja	4 546	7 874	+ 3 328
Milho	34 947	23 396	- 11 551
Soja	29 470	25 175	- 4 295
Total	228 213	232 556	+ 4 343

Fonte: FIBGE.

Extrato do trabalho "O crescimento da lavoura canavieira no Brasil na década de 70", de Salomão L. Quadros da Silva, Revista Brasileira de Economia, Janeiro a Março de 1983.

os fabricantes são transnacionais, o que cria considerável saída de divisas do país.

O problema vinhoto

Apesar de os executores do Proálcool exigirem, como condição para aprovação dos projectos, a adopção de medidas de protecção ao meio ambiente quanto aos efeitos do vinhoto, este residuo da produção do álcool (ver matéria nesta edição) — obtido na proporção de 13 litros para cada um de álcool — continua a ser o maior problema do Proálcool. "Há poços de decantação, e é utilizado como fertilizante", informa Fonseca Pinto, "mas a maior parte do vinhoto está a ser deitado aos rios. Como é um produto de alto índice de procura biológica de oxigénio, mata peixes por asfixia".

O vinhoto é rico em potássio mas segundo o engenheiro agrónomo, isso não é suficiente para que seja o adubo ideal para a lavoura canavieira. Fonseca Pinto observa ainda que nas condições actuais, o processamento do vinhoto para transformação em fertilizante é muito caro, o que o torna inviável, levando ao uso *in natura* para adubação, com resultados insatisfatórios.

Há, no entanto, perspectivas de solução para o problema. A Companhia Docas de Santos tem um projecto para testar em Casemiro de Abreu, no Rio de Janeiro, uma destilaria piloto para três mil litros diários de álcool através dum processo capaz de fazer sobrar apenas dois litros de vinhoto para cada um de álcool. O Ibrasa (Investimentos Brasileiros S. A.), vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) experimenta um biodigestor em Penedo, Alagoas, para tratamento do vinhoto e obtenção de gás que pode ser utilizado em caldeiras ou motores de combustão interna para produção de electricidade, ou para alimentação de bombas de irrigação, abastecimento de gás e fabrico de insumos para a indústria petroquímica.

Mandioca e sorgo

A mandioca é outra alternativa desprezada pelo Proálcool. No Brasil, esta raiz é produzida à taxa média de 13 toneladas por hectare que, nas actuais condições tecnológicas, permitem a produção de 140 a 180 litros de álcool por tonelada — mais que os 70 a 80 litros obtidos por tonelada de cana. A mandioca tem ainda outras vantagens: é uma cultura mais resistente e menos exigente que a da cana; aumenta o funcionamento da destilaria de 200 para 300 dias por ano e a facturação em 42% com a maior produção; requer apenas 20% a mais de investimentos na destilaria para acrescentar a secção de sacarificação.

A produção de álcool de mandioca, no entanto, ainda não resultou. Uma grande destilaria montada pela Petrobrás fracassou; entre outras razões, por falta de matéria-prima, recolhida a mais de 400 quilómetros de distância por camiões movidos a óleo diesel. A falta de tecnologia mais desenvolvida para a actividade é outra explicação para o facto de ainda não ser grande a produção de álcool de mandioca. E há ainda o mercado de fécula para alimentação; uma saída garantida e mais interessante para o produtor. O BNDES, porém, contratou três projectos para instalação de destilarias de 150 mil litros de álcool de mandioca por dia em Mato Grosso e Santa Catarina e os técnicos vêm com optimismo a sua execução.

O sorgo sacarino é pouco disseminado no Brasil e mais utilizado como forragem para o gado. Tem sobre a cana a vantagem de ser uma espécie rústica que vegeta bem em solos de baixa e média fertilidade e tolerante à baixa precipitação pluviométrica. A cana-de-açúcar, ao contrário, exige no mínimo 1300 milímetros anuais de chuva com adequada distribuição da água. Esta exigência significa pelo menos seis meses de chuvas de modo primeiro decrescente e depois ascendente. O ideal é que, neste período, não haja meses com precipitação inferior a 25 milímetros. E as terras sejam sempre planas.

O álcool metílico ou metanol, obtido da madeira (ver matéria nesta edição) pode servir de combustível para o motor a óleo diesel que o álcool ainda não substituiu. A conclusão do professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Otto Vergara Filho, autor de um projecto para produção de metanol por electrotermia em São Paulo. Segundo ele, o custo de produção do álcool metílico na proporção de 1,3 quilos de madeira para cerca de dois litros de álcool era de 58 cruzeiros em Janeiro passado. A gasolina estava a 160 cruzeiros o litro e o diesel a 108 o litro.

O professor afirma que o metanol pode ser utilizado também nos motores dos carros de passeio movidos a gasolina ou a álcool hidratado e para os veículos pesados; a única adaptação necessária é obter o *ponto quente* para a combustão — o que se consegue facilmente através das velas dos motores. Ele garante mesmo, que é mais fácil substituir o diesel pelo metanol do que foi adaptar e aperfeiçoar os motores a gasolina para o álcool.

Déficé de áreas

A importância de se examinarem as alternativas para a produção de álcool — a fim de evitar os riscos acarretados pelo Programa — é bem ilustrada por uma citação que o professor Otto Vergara faz do também professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, no seu trabalho "Escassez de combustível e as implicações das opções de substituição dos derivados de petróleo".

"Apesar da extensão continental do Brasil", afirma Vergara, "o factor passará a ser por demais escasso para atender à procura que se fará sentir sobre ele, na medida em que, além do estímulo às culturas energéticas, a política económica do governo persista no realce à agricultura de exportação para contrabalançar o déficé orçamental". Com números levantados por Homem de Melo, adverte Vergara: "Sem considerar o reflorestamento para a produção de carvão vegetal, o déficé da área destinada à produção do álcool exportável e alimentos alcançaria uma cifra de mais de nove milhões de hectares em relação ao crescimento previsto de acordo com a taxa de 3,7% ao ano observada entre 1968 e 77".

A imagem apocalíptica de um Brasil abarrotado de canaviais sem terra para mais um só pé — como aconteceu no Estado de Pernambuco⁽¹⁾ —, se pode parecer distante no tempo, mostra já indícios no espaço e projecta-se nos cálculos actuais. (O. Tostes) □

(1) Cabe aqui lembrar que antes da implantação dos chamados "ciclos económicos da cana e do gado" pela coroa portuguesa, no Brasil colonial, o Nordeste brasileiro apresentava uma exuberante flora (floresta tropical). Com a devastação forçada para a instalação dos engenhos e canaviais e para o plantio de pastos para o gado, esta região entrou em colapso ecológico, o que talvez explique em grande medida o desequilíbrio do seu meio ambiente, sendo a seca o grande flagelo.

ASSEGURE O SEU FUTURO



Antes era servente...

AGORA
SOU TECNICO.

Tirei uma
especialidade
e nunca me
falta trabalho.

Como o consegui?

ESTUDANDO POR CORRESPONDÊNCIA
NOS MEUS TEMPOS LIVRES.

Obtive o meu diploma
E POR ISSO GANHO MAIS.

**Para dizer o mesmo,
estude um curso do cetop**

DESENHO E ARTES

- Desenhador Industrial
- Desenhador de Construção Civil
- Decoração
- Desenho Artístico

AUTOMÓVEIS E MOTORES

- Mecânico de Automóveis
- Mecânico de Motores Diesel
- Electricidade do Automóvel
- Localização de Avarias no Automóvel

MECÂNICA GERAL

- Mestre Torneiro
- Soldador
- Técnico Mecânico

ELECTRICIDADE

- Electricista

CULTURA GERAL

- Português
- Inglês «Cetophone»
- Básico de Psicologia

COMERCIO E SERVIÇOS

- Secretariado Geral
- Secretariado de Administração

CONSTRUÇÃO E MÓVEIS

- Encarregado de Construção Civil

Milhares de alunos em Portugal e no estrangeiro.

CETOP

HÁ 18 ANOS
AO SERVIÇO DOS PORTUGUESES

CETOP

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL À DISTÂNCIA
AFARTADO 7 • MIRA SINTRA • 2725. MEM. MARTINS CODEX • PORTUGAL
a única escola portuguesa filiada no Conselho Europeu de Ensino por Correspondência

Querem enviar-me, **grátis**, e sem compromisso, o folheto do curso de

NOME _____

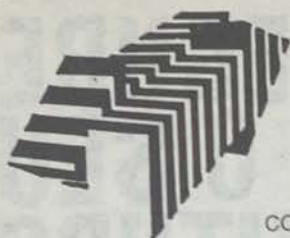
ENDEREÇO _____

COD. POSTAL _____

13 - TM

**RECORTE
PREENCHA
E ENVIE
HOJE MESMO!**

Serviço de informações pelo telefone
Marque: 926.0657 (táxi com Rosária)



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

Amizade e Cooperação



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Tedi. 851290/850098/850148 ● Telex 43 448 P



Da terra para o tanque

A produção de álcool a partir de biomassas — como um combustível que sai da terra para o tanque dos veículos — é feita através de um processo de três fases: extração do caldo, fermentação e destilação. No Brasil, a fonte mais usada é a cana-de-açúcar mas pode-se obter álcool também da mandioca, coco babaçu, sorgo sacarina e madeira.

O álcool é um composto orgânico caracterizado pela substituição de um ou mais átomos de hidrogênio (H) dos hidrocarbonetos (compostos de carbono e hidrogênio) por radicais hidroxilos (OH). Os álcoois anidro e hidratado utilizados no Brasil para fins carburantes são dois tipos básicos do álcool etílico ou etanol, que têm entre outras formas, o refinado. O anidro tem baixo teor de água e é obtido pela desidratação do álcool hidratado. O refinado caracteriza-se pela menor quantidade de resíduos fixos, aldeídos, ésteres e álcoois superiores na sua composição.

Em princípio, todos os álcoois poderiam ser usados como fonte de energia mas por motivos económicos, são empregados apenas o etanol e o metanol — ou álcool metílico —, obtidos da madeira e carvões mineral e vegetal. O etanol também pode ser extraído do carvão e até do petróleo. No entanto, é normalmente produzido a partir da fermentação da glicose

obtida ou da sacarose da cana, ou do amido da mandioca e babaçu ou ainda da celulose da madeira.

Residual ou directo

O fabrico do álcool de cana pode ser feito em destilarias anexas — instaladas junto a fábricas para produção de açúcar — ou autónomas. Nas destilarias anexas, o álcool é obtido através da fermentação do mel final ou melaço, rico em açúcares não-cristalizáveis. É o álcool residual. Mas nas destilarias autónomas, o álcool é produzido directamente da fermentação do caldo de cana. É o álcool directo, que pode ser obtido também nas destilarias anexas. Em ambos os processos, obtém-se como subproduto a vinhaça ou vinhoto.

O rendimento da extração do caldo de cana no Brasil era em média de 90%, em 1981 e deveria ser ampliado para 92% a fim de se alcançar maior produtividade. O da fermentação, na altura rondando os 85%, precisava ser aumentado para 88% e a destilação devia passar de 93 para 96%.

Extração

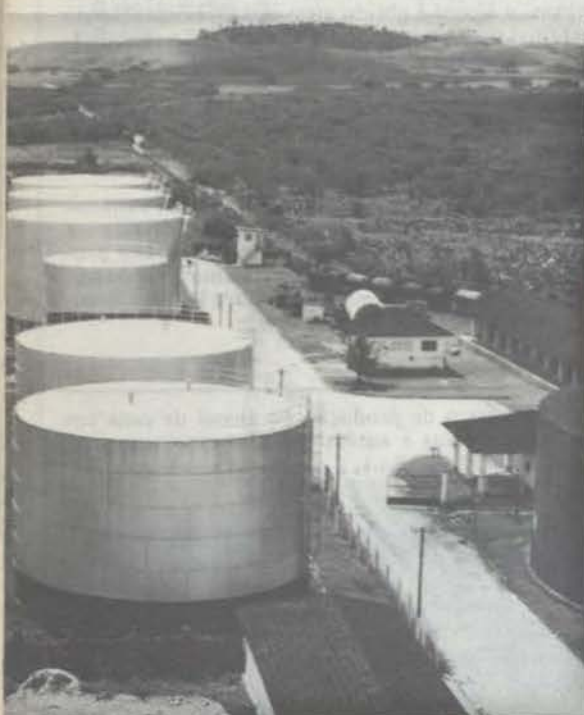
Os processos de produção do álcool de cana em destilarias anexas e autónomas são semelhantes. A

Canavial no início do crescimento. Depois de maduras, as canas permitem entre três a cinco safras económicas





Carruagem para transporte do álcool das dornas até aos...



...reservatórios da destilaria ou distribuidores

extração, igual nos dois tipos, consiste nas seguintes fases: a cana picada passa pelos rolos de moenda, extraíndo-se o caldo; o bagaço vai para a caldeira gerar energia para todo o processo de destilação; o caldo é filtrado, pesado e levado para o pré-decantador, onde se retira parte das impurezas em forma de lodo. Em seguida, o caldo é aquecido a cerca de 100 graus centígrados para se obter boa purificação final no classificador, onde as impurezas leves são extraídas também em forma de lodo.

Fermentação

Após o arrefecimento a uma temperatura entre 28 e 32 graus centígrados, o caldo é levado para a fer-

mentação; misturado à água, produz o *mosto*, homogeneizado no misturador; o agente de fermentação — leite de levedura — é levado aos pré-fermentadores, adicionando-se mosto até completar a sua capacidade; ocorre a pré-fermentação com pH corrigido até 5 e o produto obtido será o agente fermentador nas dornas (grandes vasilhas, sem tampa) principais; as dornas são preenchidas com o agente fermentador, mosto obtendo-se, após nova fermentação, o *vin levedurado*; este vinho é bombeado para o decantador e levado posteriormente à centrífuga para separação do leite de levedura, que é utilizado de novo no processo: o vinho segue para as dornas volantes, pronto para a destilação.

Destilação

A operação é feita em três colunas que enriquecem a graduação alcoólica e uma que purifica e recupera o benzol, utilizado na desidratação do álcool para se obter o anidro. O vinho é pré-aquecido e depois aquecido no trocador, junto sucessivamente às colunas de depuração, rectificação e desidratação, onde, através de destilações e recirculações pelos condensadores, é purificado e enriquecido até chegar ao produto desejado, que vai para a armazenagem. O benzol é também purificado e recuperado para ser aproveitado novamente. Modificando-se o número de colunas e condensadores, obtém-se outros tipos de álcool: rectificado, industrial, fino, extra-fino e neutro. O hidratado é produzido em fase anterior à obtenção do anidro.

Mandioca

O álcool de mandioca pode igualmente ser produzido de duas formas; directa e via fécula ou raspa. A produção directa propicia melhor rendimento de litros por tonelada de matéria-prima com menor custo de produção mas exige mandioca em condições óptimas, pois uma deficiência na qualidade prejudica a fermentação. O fabrico via fécula (amido) alonga o processo de produção e requer menor qualificação técnica dos produtos da mandioca.

As fases de fabrico do álcool de mandioca são as seguintes: recebimento, lavagem e esmigalhamento; cozedura com aplicação de enzimas; obtenção de pasta liquefeita; mais enzima; mosto hidrolizado; extração de sólidos (ração) e pré-fermentação com levedura desenvolvida em laboratório; fermentação; vinho; separação de sólidos e leveduras aproveitáveis; destilação e rectificação com os subprodutos óleo fúsel, álcool de segunda e vinhoto; obtenção de álcool hidratado; desidratação; e álcool anidro.

Metanol

A obtenção do álcool metílico (metano) a partir da madeira é feita pela combustão através da energia eléctrica (electrotermia). Além da madeira *in natura* podem ser queimados também o carvão ou "tiço" e cavacos. Com um gaseificador de electrodos, obtém-se o gás COCO, que, filtrado, dá o gás de síntese. Este, liquefeito, é o metanol.



As micros e minisdestilarias reduzidas à insignificância

As autoridades responsáveis pela execução do Proálcool lembram sempre as vantagens das micro e minisdestilarias quase sempre que falam do Programa: pequena produção entre mil e 40 mil litros diários de álcool para consumo regional; grande redução dos custos de transporte do produto; incentivo aos pequenos produtores; possibilidade de utilização de outras fontes (mandioca e sorgo, em especial) e melhor distribuição dos recursos do Proálcool. As vantagens, no entanto, ficam apenas nas lembranças e as menções dos governantes não se traduzem em medidas concretas como a aprovação de projectos de pequenas destilarias e libertação de verbas para a sua instalação.

Dos 309 projectos enquadrados na Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) até Outubro de 1980, 297 destinavam-se a produzir álcool a partir de cana e apenas um era de minisdestilaria. Os outros 12 voltavam ao processamento de outras fontes: um grande, para álcool de babaçu e os outros 11 para mandioca. Destes, dois eram de unidades de grande porte. Na mesma época, dez projectos de minisdestilarias de álcool de cana para o Piauí — um dos estados mais pobres do país — aguardavam enquadramento da CENAL.

O presidente da Comissão, Marcos José Marques, explicou então que o órgão nada tinha contra as micros e minis e apenas não podia enquadrar projectos que não se demonstrassem "cabalmente viáveis dos pontos de vista técnico e económico, pois não se libertariam recursos públicos para empreendimentos fadados ao insucesso" e antieconómicos.

Moto-contínuo

A opinião de Marcos José Marques foi, porém, contestada por um órgão do próprio governo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária (EMBRAPA), do ministério da Agricultura. Com base na experiência de cinco microdestilarias, a empresa afirmava serem as pequenas destilarias não apenas viáveis económica e tecnicamente como também lucrativas. E mais: permitiriam a construção de uma espécie de moto-contínuo¹ — sonhado pelo homem desde a Idade Média —, ao transformarem a propriedade rural (ou um conjunto delas reunidas em cooperativas) em unidades geradoras da energia para seu consumo e o de outras comunidades.

Este "moto-contínuo", segundo o projecto da EMBRAPA, dependeria da construção de instalações de processamento e plantações de cana e sorgo. A



microdestilaria produziria o álcool cujos subprodutos, vinhoto e bagaço, seriam assim aproveitados: parte do bagaço alimentaria o gado, ao natural ou como componente de ração, e o resto mais o vinhoto seriam tratados num biodigestor, tanque de fermentação dos resíduos com esterco animal.

Da fermentação, resultariam gás metano e lodo. O lodo tem 2,5% de nitrogénio e 1,5% de fósforo (P₂O₅ e 1% de potássio (K₂O) — o famoso NPK dos fertilizantes que as fazendas não mais comprariam. O metano poderia ser usado para secagem e para mover máquinas de beneficiamento, além de movimentar o motor para produção de energia eléctrica e aquecimento das caldeiras. Haveria ainda, de acordo com a empresa, várias alternativas para a transformação da energia em trabalho a custos bem reduzidos, comparados aos de instalação das grandes destilarias. Em Outubro de 1980, uma fábrica para o moto-contínuo sairia a cerca de 4,5 milhões de cruzeiros. □

¹ Moto-contínuo — a máquina ideal, de qualquer natureza, capaz de funcionar indefinidamente sem gastar energia ou transformando em trabalho toda a energia recebida.



O ressurgimento da agroindústria canavieira

O Proálcool recolocou a agroindústria canavieira no primeiro plano da economia do Brasil. Uma das primeiras actividades económicas a instalar-se no país, a agroindústria da cana-de-açúcar predominou no primeiro século e meio da história brasileira e foi depois superada em importância por outros ciclos económicos. No entanto, embora ofuscada, a actividade nascida com os engenhos de cana do Brasil-colónia cresceu sem parar, modernizou-se e hoje reflecte como poucas a concentração económica verificada no país: os engenhos e fábricas de aguardente cedem lugar a fábricas de açúcar e destilarias de álcool cada vez maiores no porte e menores em número.

A agroindústria canavieira começou à volta de 1530 com as expedições colonizadoras que atendiam a diversas necessidades de Portugal: exploravam a terra recém-descoberta; defendiam-na dos saques dos corsários interessados em madeira e ao produzirem açúcar para a metrópole, fortaleciam os portugueses na luta contra o monopólio dos italianos na comercialização do produto trazido da Índia. Sob estas condições favoráveis, os engenhos prosperaram nas regiões de São Paulo e do Nordeste, em especial Pernambuco, favorecido pela proximidade com Portugal em relação aos demais povoados do país. O ciclo encerrou-se por volta de 1650, quando os ho-

landeses, expulsos do Nordeste, levaram a cana para o norte da América do Sul e Antilhas e fizeram concorrência aos portugueses no fornecimento de açúcar à Europa.

Ouro e café

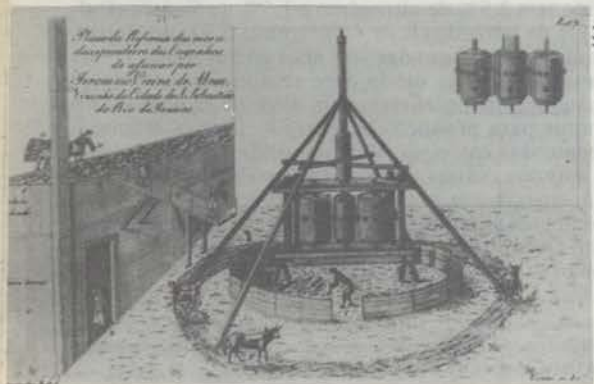
Iniciou-se então o ciclo da mineração, entre 1650 e 1800, de maneira geral. Expedições embrenharam-se no país à procura de ouro e pedras preciosas e perderam ou mataram índios além de plantarem cidades. Minas Gerais deu muitas riquezas à Coroa. Nesse ciclo como no seguinte — o do café, desde 1800 até hoje, uma vez que o produto é um dos itens principais da pauta de exportação —, a agroindústria açucareira desenvolveu-se apoiada primeiro nas necessidades de açúcar por parte de Portugal e depois pela exportação do produto pelo Brasil.

Modernização e concentração

Em 1930, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para regular o mercado com políticas de preços e fixação de quotas. Em 1950, São Paulo assumiu definitivamente a liderança na produção de açúcar, até então detida pelo Nordeste. Nos anos 60, o açúcar brasileiro não era competitivo no mercado internacional no nível dos custos de produção. Os fabricantes pressionaram e com recursos acumulados pelo IAA com a exportação a bons preços em meados da década — o mercado açucareiro era essencialmente cíclico —, foram desenvolvidos no início dos anos 70, planos de modernização do parque industrial.

O processo resultou na concentração das unidades produtoras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as 64.175 fábricas de açúcar e álcool registadas no IAA em 1958 reduziram-se para 61.206 em 1961 — e só 545 eram transformadoras. Em 1980, quase 20 anos depois, a produção brasileira baseava-se em 202 fábricas e os estabelecimentos menores já nem figuravam nas estatísticas. Os investimentos do Proálcool, nos anos 70, aqueceram o sector que entra na década de 80 sob o impacto da recessão, como toda a economia brasileira, mas com a força de quem viveu quatro séculos e meio de história e poder.

Plano de reforma para engenho primitivo no Rio de Janeiro





A tecnologia do álcool

EM termos de desenvolvimento tecnológico na produção e consumo de álcool, o Brasil está adiantado no sector da cultura canavieira, atrasado nos processos de fabrico e apenas no começo nas áreas de motores e outros usos. Os avanços nas técnicas agrícolas resultaram de pesquisas sobre controlo de pragas, novas espécies e planeamento e manejo da lavoura que permitiram aumentar a produtividade em 25%.

O fabrico do álcool, no entanto, é feito com métodos anteriores à I Guerra Mundial e as técnicas experimentadas hoje foram mesmo patenteadas na década de 20 (ver matéria "Da terra para o tanque"). O professor Márcio de Almeida, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), revela que a entidade está a reabilitar técnicas desenvolvidas há 30 anos pelo professor Walter Bressani. Segundo Márcio de Almeida, os métodos de produção de álcool tiveram o seu aperfeiçoamento inibido pelo formidável boom ocorrido na indústria petroquímica nos últimos anos.

Camiões

O técnico do IPT observa que houve avanço tecnológico na área de motores em relação ao processo de queima do combustível, aquecimento e revestimento, mas que o conceito de motor foi mantido. Se nos motores do ciclo Otto movidos a álcool hidratado para carros de passeio se conseguiram melhorias suficientes para os tornar aceites no mercado, nos motores de ciclo Diesel para camiões, autocarros e tractores, o desenvolvimento é ainda incipiente.

Em São Paulo, a Mercedes Benz e a Scania Vabis testam camiões e autocarros movidos a álcool aditivado, isto é, álcool hidratado e um aditivo já produzido em escala industrial, misturados em proporções que variam de 4 a 8%. A frota experimental da Mercedes rodou mais de um milhão de quilómetros. Actualmente, 150 camiões da empresa prepararam-se para serem utilizados na safra deste ano no estado. A Scania tem seis camiões a álcool aditivado funcionando normalmente na fábrica São José, na cidade de Macatuba, interior paulista. Como os camiões da Mercedes, no entanto, eles são viáveis somente nas fábricas que têm o combustível ao preço do custo de produção.

Além das experiências com o álcool, a Scania testa o uso de óleos de soja em motores do ciclo Diesel. Um autocarro da Viação Cometa abastecido com óleo de soja circulou entre São Paulo e Itapetininga (cerca de 200 quilómetros) fazendo três viagens diá-

rias. O problema do acúmulo de resíduos no motor foi resolvido por um processo de reesterificação ou transesterificação (que consiste na injeção de álcool e um catalisador no motor e aquecimento da mistura para divisão do óleo em três camadas — glicerina, sabão e éster. O componente combustível é o éster).

Como ocorre com o álcool aditivado, os óleos vegetais também não apresentam problemas técnicos para utilização em motores — a questão é o preço: em Junho passado, o litro do éster custava 480 cruzeiros, mais que o óleo diesel e a própria gasolina. Os óleos vegetais apresentam ainda complicadores económicos para o seu uso como combustível: dos 3,2 mil milhões de litros produzidos no ano passado no país, 1,3 mil milhões de litros foram consumidos na alimentação e o restante exportado gerando divisas de 3,4 mil milhões de dólares. Um litro de óleo vegetal, hoje, vale mais que um litro de petróleo bruto no mercado internacional. E, por último, o consumo de óleo diesel em 1982 foi de 18,3 mil milhões de litros, o que impede no momento não só a sua substituição pelos óleos vegetais como a adopção da mistura na proporção de 30%, pretendida pelo governo.

Tractores

A utilização de tractores movidos a combustíveis alternativos em relação ao óleo diesel enfrenta os mesmos problemas de custos antieconómicos que os camiões, agravados por uma crise conjuntural do mercado: devido à descapitalização dos agricultores e às elevadas taxas de juros nos financiamentos para compra, as vendas dos 13 fabricantes nacionais caíram de 100 mil unidades em 1976 para 35 mil em 1981 e 31 mil em 1982. Para este ano, a expectativa de venda é de apenas 22 mil tractores.

A Ford realiza pesquisas de campo com 12 tractores de motor Diesel adaptados para álcool, mas tem relutância em os lançar no mercado, embora prossiga com os testes. A Companhia Brasileira de Tractores (CBT) também faz experiências e a Valmet, que já lançou quatro modelos, tem cerca de 200 tractores com motor do ciclo Otto movidos a álcool a trabalhar em fábricas no interior de São Paulo. Os modelos da Valmet funcionam com injeção piloto: o motor necessita de uma pequena quantidade de óleo diesel para dar a partida e, depois, o álcool hidratado é responsável por gerar a energia. Em funcionamento a plena carga, o consumo é de 90% de álcool e 10% de diesel.

(Paulo Cannabrava/Octavio Tostes)



Quem ganha com o Proálcool?

Por enquanto, ganham os industriais do açúcar, os fabricantes de destilarias e a indústria automobilística

Valdir Afonso



DO outro lado da cerca de ripas e plantas secas que envolve a sua casa, Alcêa Maria Batista, de 31 anos, explica que trabalha desde os nove anos na lavoura da cana. Depois de ter trabalhado em oito das 19 fábricas da região de Campos, no estado do Rio de Janeiro, está empregada na Santo Amaro, a 60 quilômetros da cidade, mas vive na Favela do Espinho, a 15 quilômetros do centro de Campos. Na casa de seis pequenas divisões, moram Alcêa, o marido, quatro filhos, os pais e irmãos, uma família de 16 pessoas. Alcêa levanta-se entre as quatro e as cinco horas da manhã, faz o almoço e prepara as marmitas. Às seis, acompanhada pela mãe, Marieta Lima Batista, de 47 anos, apanha a camioneta. Ambas trabalham das sete às dez, almoçam em meia hora, trabalham de novo até à uma da tarde, tomam café, e só param às quatro. De regresso, Alcêa faz o jantar, vê as telenovelas e o noticiário na televisão ligada à bateria do carro — a casa não tem energia eléctrica — e vai dormir às 11 horas. Leva esta vida de segunda a sábado. No domingo, lava roupa: “o meu domingo é na bacia”, sorri.

A cerca de 35 quilômetros da casa de Alcêa, num dos canaviais da fábrica Barcelos, também de Campos, João Francisco Rangel, o “Doca”, de 38 anos,

pára de cortar cana, ajeita o chapéu de palha e dá que na roça, onde está desde os 13, “o sujeito pesa direitim”. Mora com a mulher e dois filhos a 12 quilômetros dali, numa casa de seis divisões. Como Alcêa, trabalha das sete às quatro para receber um salário mínimo.

“Doca” e Alcêa são dois dos milhares de trabalhadores da agroindústria canavieira do Brasil. As suas vidas parecem-se com as de todos os outros trabalhadores brasileiros da cana — a imensa fadiga de uma actividade geradora de muitas riquezas que passam para as mãos de poucas famílias. Uma face feita de rostos de homens, mulheres, velhos e crianças, corpos magros, mãos calosas e olhos quietos. E, em frente do silêncio e da indiferença de quase todos os pais que estes lavradores têm sido vítimas de um processo económico avassalador.

“Plantation” ineficiente

O Brasil é hoje, do extremo sul à Amazônia, um vasto campo de lutas pela posse da terra, afirma o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva no estudo “Proálcool e questão agrária”, publicado pelos “Cadernos do Ceas” n.º 77, de Janeiro-Fevereiro de 1972.

Neste quadro conflituoso, acrescenta o engenheiro agrônomo, a secular agroindústria canavieira — agora estimulada pelo Programa Nacional do Alcool — é a máxima expressão da concentração de rendimento e terra, fenómeno sempre conjugado nas sociedades que vivem da agricultura. Gomes da Silva aponta outras cinco características da cultura da cana-de-açúcar no Brasil — baixa produtividade, relações injustas de trabalho, formas primitivas de posse e uso da terra, dependência permanente de favores governamentais e promoção da monocultura — e demonstra como os investimentos do Proálcool as têm actuado de forma violenta e fora da lei.

O problema básico é a adopção, pelo Programa, do modelo de grandes lavouras — as *plantations* — para grandes projectos industriais de produção de álcool. Um modelo de desenvolvimento, aliás, bem coerente com a história dos latifúndios no país. Os financiamentos subsidiados do Proálcool servem aos fabricantes tradicionais e aos novos empresários do álcool sem tradição no sector, como forte instrumento de pressão sobre os pequenos e médios fazendeiros, assediados por correctores que operam em nome das fábricas. Proliferam arrendamentos e formas de parceria que constituem, na verdade, estágios intermediários da inevitável expropriação da terra pelos grandes proprietários.

A produção brasileira de cana para açúcar e álcool só é grande porque as lavouras são ainda maiores. A produtividade deste sistema de latifúndios é de 4,03 toneladas por hectare ao ano, contra 5,40 t/ha/ da Índia; 5,62 t/ha/a das Filipinas; 5,77 t/ha/a da Indonésia; 7,82 t/ha/a da Formosa e 10,62 t/ha/a da Austrália. Em todos estes países, prevalece porém a pequena unidade de produção agrícola. Enquanto a área agrícola média dos estabelecimentos produtores varia de 0,13 na Índia até 49,70ha na Austrália, a média das propriedades brasileiras é semelhante à australiana, com 51,20ha, mas 82,11% da produção estão concentrados em imóveis rurais com área superior a 10ha.

Injustiça e sonegação

"A cultura da cana-de-açúcar", afirma Gomes da Silva, "gerou a mais injusta relação de trabalho hoje existente na agricultura brasileira: o trabalhador volante, conhecido regionalmente pelos depreciativos de 'bóia-fria' — porque a comida esfria na marmita —, 'birolo' e 'clandestino', entre outros". É o caso de Alcêa e "Doca": trabalhadores expulsos do campo pela cidade, pela expansão das áreas cultivadas e contratados directamente pelas fábricas ou por meio de empreiteiros, com salário mínimo e sem quaisquer direitos laborais ou benefícios sociais. "O trabalhador volante", acrescenta o engenheiro agrônomo, "é actualmente o padrão da relação laboral vigente na *plantation* açucareira e está a servir para igualmente modelar as lavouras das novas destilarias montadas a partir do Proálcool".

Além de explorarem os trabalhadores, as *plantations* sonegam impostos e, quando vão à falência por incompetência, têm os prejuízos cobertos pelo governo. Dividindo-se em várias empresas, elas con-

tornam os já benevolentes tributos estabelecidos pelo Estatuto da Terra (Lei n.º 4504, de Novembro de 1964) para a exploração dos imóveis agrícolas. Assim, os latifundiários acabam por pagar alíquotas bem menores que as devidas pois as suas várias "médias" propriedades são, de facto, um só latifúndio. No entanto, quando o empreendimento sucumbe, aplica-se a fórmula de socializar os prejuízos com recursos públicos. Este expediente, usado inicialmente apenas no Norte e Nordeste, tem-se deslocado por força do Proálcool para o Centro-Sul. O caso mais rumoroso foi o episódio Atalla¹: a ajuda governamental, reivindicada para solver débitos em salários, acabou por ser negociada em dólares.

Ao arrepio da lei

Ao expulsar o trabalhador do campo com a expansão da cultura da cana e utilizar-se predominantemente do trabalho volante, as *plantations* do Proálcool ferem frontalmente o Estatuto da Terra, que estabeleceu ser dever do Poder Público "promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade de terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita". Mas há outras transgressões: o conhecido "decreto dos dois hectares"², que prevê a concessão de uma área em torno da habitação do trabalhador para culturas de subsistência, tem sido sistematicamente ignorado e, na prática, não existe.

Mais: O Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei n.º 3859 de Novembro de 1941), que regula a agroindústria do sector, estabelece que a fábrica não pode moer mais de 50% de cana das suas próprias plantações, a "cana própria", e deve adquirir o restante de fornecedores. Em Janeiro de 1965, foi promulgado o Decreto n.º 4870, que reduzia para 40% a margem de "cana própria" das fábricas. No entanto, 70% da cana actualmente moída em fábricas e destilarias, é própria: o estudo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) mostra que os projectos aprovados pelo Proálcool até Fevereiro de 1979 previam fornecimento de cana da ordem de apenas 37,2% em São

¹ O caso Atalla iniciou-se no fim da década de 70, pouco depois do empresário Jorge Worney Atalla — principal dirigente do grupo — ter comprado em 1976 a fábrica norte-americana de café Hills Brotherd por 51 milhões de dólares com ajuda do governo brasileiro. A empresa teve prejuízos e paralelamente a este problema, o grupo valeu-se de vários expedientes comerciais e contraiu dívidas com bancos de 37 mil milhões de cruzeiros (cerca de 60 milhões de dólares).

² "Trata-se talvez do dispositivo mais 'legalizado' da jurisprudence brasileira: incluído inicialmente no Estatuto da Lavoura Canavieira, foi reiterado pelo Decreto-Lei n.º 6969 de Outubro de 1944, por sua vez regulamentado pelo Decreto n.º 57 020 de 1965 e posto em vigência pelo Acto 18 de 1968 do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Em Outubro de 1979, foi incorporado no acordo para pôr fim à greve dos trabalhadores da cana em Pernambuco. (José Gomes da Silva, "Proálcool e questão agrária".)

Paulo, 31,7% no Paraná e 33,2% em Minas Gerais. Em Alagoas, o Programa chegou ao absurdo de condicionar a aprovação de um projecto à produção exclusiva de toda a cana por parte da fábrica.

Gomes da Silva observa que, diante deste quadro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) "ignora o Estatuto da Terra e enquanto velhos e novos fabricantes se apropriam dos imóveis, o Instituto continua a distrair-se com a discriminação de terras públicas": como um grande cartório, dá títulos a rendeiros que por conta e risco próprio, ocupam e cultivam a terra. Isto quando não negocia grandes projectos agroindustriais — como o JICA (*Japan International Cooperation Agency*) — dentro da perspectiva de internacionalização da economia.



Os trabalhadores são os mais prejudicados com o Proálcool

O engenheiro agrônomo afirma ainda que a relutância da Comissão Nacional Executiva do Alcool (CENAL) em aprovar projectos de micro e minidestilarias (ver matéria nesta edição) contribui em muito para o processo de concentração: no Rio Grande do Sul, 15 cooperativas de pequenos produtores têm projectos para montagem de minidestilarias mas continuam arredadas do programa. Em São Paulo, as fábricas de pequeno porte são instaladas com recursos próprios e a produção, comercializada na clandestinidade.

Os ganhadores

Gomes da Silva distingue três grandes ganhadores com o Proálcool: os grandes fabricantes, os fabricantes de equipamentos de destilarias e a indústria automobilística. Podem-se acrescentar três beneficiados — a Petrobrás, a classe média urbana motorizada e os motoristas de táxi. Há também três grandes grupos de prejudicados: os pequenos produtores e os trabalhadores do campo e os da cidade.

Os fabricantes aumentaram o seu património em terra e instalações. Em Pernambuco, a agroindústria

canaveira estava concentrada, em 1966, nas mãos de 48 famílias que mantinham relações de parentesco. Um estudo do CNPq revelou que metade dos projectos aprovados pelo Proálcool até Julho de 1978 foram deslocados para São Paulo e, deste total, de percentagem semelhante beneficiaram apenas duas famílias de fabricantes. Em contrapartida, reduzida fracção de cana-de-açúcar do Brasil é produzida por 32 595 pequenos e 9411 médios agricultores.

No sector de equipamentos, o quadro é semelhante às empresas dos grupos Dedini — uma das maiores do Brasil — e Zanini detêm 80% do mercado, garantido pelos projectos do Proálcool. Na instalação de uma destilaria, 65% dos investimentos destinam-se aos equipamentos e só em 1979, foram investidos 500 milhões de dólares do programa compra de bens de capital. A indústria automobilística, por sua vez, ganhou um combustível alternativo que beneficia, à custa de subsídios, a classe média que anda de carro e os motoristas de táxi — "impertinente e agressivo segmento da opinião pública", observa Gomes da Silva. A Petrobrás, finalmente, beneficia ao vender como litro de gasolina o que, na verdade, é 80% gasolina e 20% álcool anidro. A mistura rendia à empresa, aos preços de Junho, cerca de 26 cruzeiros por litro que, no total comercializado, perfaziam uma soma considerável. A ponto de os fabricantes ao reivindicarem aumentos nos preços dos produtos, argumentarem com "os lucros fabulosos da Petrobrás com o Proálcool".

Programa inflacionário

Os trabalhadores perdem com o Proálcool por ao vincular os preços do álcool à evolução dos preços do petróleo importado, o Programa resulta inflacionário sobre todas as actividades e produtos dependentes do sistema de transportes. E isto já foi conhecido pelo próprio ministro do Planeamento Delfim Neto.

Por outro lado, a expulsão das lavouras de alimentos pela cultura canaveira eleva os preços dos géneros, de peso importante no orçamento das famílias de baixa renda. O arroz e o feijão, por exemplo, culturas afastadas ou substituídas pela cana-de-açúcar, foram responsáveis por 32% das calorias e 39% das proteínas consumidas por essas famílias em São Paulo, no ano de 1971. Nas famílias de baixo rendimento, os gastos com alimentação consomem em 49 e 63% do orçamento, contra 12% nas de rendimento acima de 20 salários mínimos. Deste modo ao encarecer os alimentos, o Proálcool contribui para piorar a distribuição do rendimento — exactamente o oposto de um dos seus principais objectivos.

O novo rumo possível

Gomes da Silva acredita que nada pode ser feito para mudar a orientação elitista e concentradora do Programa ainda na primeira fase, que visa à produção de 10,7 mil milhões de litros de álcool. "Qualquer rendimento", acrescenta, "deveria ser tentado na terceira e última fase do programa, na década

QUADRO I

Área necessária para o Proálcool e famílias que poderiam receber terras próprias (segundo a Hipótese II do MIC: 70 mil milhões de litros até ao ano 2000)

Etapa	Período	Meta da Produção de Alcool (10 ⁶ litros)	Área Ocupada ^(a) (1000ha)	Famílias Instaladas ^(b)
Primeira	1975-1980	2000	677	42 312
Segunda	1980-1990	23 000	7784	486 544
Terceira	1990-2000	45 000	15 231	951 937
TOTAL		70 000	23 692	1 480 793

(a) Considerando o rendimento em álcool de 3564 l/ha/ano para a cana-de-açúcar (média de 72 t/ha em três cortes em 42 meses; e de 2532 l/ha/ano para a mandioca; média de 29 t/ha em 24 meses).

(b) Módulo de 16 ha por família para a cana-de-açúcar e de 16 ha/família para a mandioca (107,92 HD para os 3 cortes em 42 meses ou 16 ha/família/ano para a cana e de 62,29 HD em 24 meses para a mandioca ou 16 ha/família/ano, dados do IEA; tomou-se 250 HE/ano e 2 HD/família).

(a) e (b) Considerou-se metade da produção de álcool proveniente da cana e metade proveniente da mandioca.

Valdir Afonso



A vitória dos lavradores na greve de Pernambuco

1990, 2000, mediante preparação feita durante todo o transcorrer da segunda etapa (1985-1990)."

A modificação, segundo ele, deveria afectar fundamentalmente o actual sistema de produção baseado na grande unidade agrícola monocultora e de posse e uso da terra, além da estrutura do sector da agroindústria canavieira. A transformação começaria pela aplicação das leis existentes, passaria pela adopção de pequenas propriedades mais eficientes em termos energéticos com a conjugação de várias fontes (ver matéria nesta edição), e beneficiaria cerca de 1,5 milhão de famílias (ver quadro I).

Por se tratarem de mudanças estruturais, estas medidas dependem da evolução do processo democrático no país e das conquistas populares.

O facto mais significativo da luta dos trabalhadores da cana por melhores condições de vida — que a realidade actual transforma em luta por condições de sobrevivência menos ruins — foi a greve de Pernambuco, em 1980. Cerca de 250 mil trabalhadores de 45 sindicatos pararam. O movimento ocorreu um

ano após a paralisação de 20 sindicatos em 1979 e 16 anos depois do golpe militar de 1964, que desbaratou as Ligas Camponesas (uma das mais importantes mobilizações de trabalhadores rurais já ocorridas no Brasil e que originou a condenação à prisão, desaparecimento e exílio dos seus dirigentes). A greve de 1980 conseguiu o aumento de salário, área para cultura de subsistência, assistência médica, balanças honestas para pesar a produção e permanência dos delegados sindicais nos engenhos. Pouco depois, porém, chegavam à Justiça do Trabalho reclamações de não-cumprimento do acordo pelos patrões.

Alcêa e "Doca" falaram-me das suas vidas em 1979. Hoje, a situação de "Doca", Alcêa, dos lavradores de Pernambuco e dos milhares de trabalhadores brasileiros da cana é bem diferente: está ainda pior. No entanto, hoje já se pode discutir esta realidade, denunciar as injustiças e sugerir novos rumos. E fazê-lo agora, depois de um tempo calado, planta no futuro próximo a esperança de mudar as coisas. (Octavio Tostes) □



O jogo de pressões em África

A produção de álcool está a ser encarada como um problema político que ajudará a superar a dependência

Carlos Castilho



Em África como no Brasil, predomina as grandes fábricas de açúcar

DURANTE quase 200 anos, o açúcar foi conhecido na África como o "ouro branco", tal o volume de riquezas que forneceu para as companhias coloniais responsáveis pela implantação de grandes levouras de cana do continente. Mas a partir de 1940 o outrora milionário negócio do açúcar entrou em crise por causa do aumento da produção da beterraba na Europa, e do rápido desenvolvimento de adoçantes baratos à base de milho nos Estados Unidos. O último grande boom das exportações de açúcar aconteceu em 1974 quando o preço da tonelada de açúcar atingiu a inédita cotação de aproximadamente 100 dólares. Mas logo em seguida, o mercado controlado pelas grandes transnacionais sofreu uma reavolta e em 78, a tonelada já custava apenas 200 dólares.

Países que haviam investido milhões de dólares em objectos de larga escala como o Sudão, Quênia, Costa do Marfim e ilhas Maurício ficaram sem empradores. Sem as esperadas vendas externas necessárias para pagar dívidas contraídas, estes países passaram a viver o drama da escassez de dinheiro

para saldar débitos com o Banco Mundial, firmas transnacionais e com os bancos europeus, o trágico balanço da dependência levou estes países a apostar alto no momento em que os preços do açúcar estavam elevados. Como nenhum deles tem possibilidade de controlar as variações do mercado, os preços baixaram abruptamente no momento da colheita e o que ganharam não deu para cobrir os débitos contraídos na compra da tecnologia.

Este é o quadro actual da indústria da cana-de-açúcar em África, num continente que teve no passado todas as condições para ocupar uma posição chave no mercado internacional do açúcar se tivesse conseguido romper a dependência. A produção africana de açúcar de cana está calculada em torno de 60 milhões de toneladas, menos de um décimo da produção mundial. E as exportações de açúcar para a Europa e Estados Unidos estão a cair continuamente. Os norte-americanos acreditam que em 1990 já não precisarão de importar açúcar. Assim, os países africanos exportadores começaram a pensar em re-

orientar a sua produção no sentido do álcool combustível.

O Quênia, Zimbábue, Sudão, Costa do Marfim, Malawi e Zâmbia foram os primeiros a interessarem-se pela produção de combustível a partir da cana. E mais uma vez as grandes companhias transnacionais estão envolvidas nos novos projectos. A empresa austríaca VEW está a fornecer *know-how* para o complexo agroaçucaireiro de Kisumu, no Quênia. A britânica Tate & Lyle, a maior transnacional de açúcar do mundo, tenta monopolizar a tecnologia de produção de álcool na Zâmbia. No Zimbábue, os maiores interessados são os vendedores da Anglo-American, um gigantesco conglomerado que controla o comércio de ouro e diamantes no mundo.

Uma decisão difícil

A política das transnacionais tem sido no caso do álcool exactamente igual à adoptada quando foram iniciados os enormes projectos açucareiros do Quênia, Sudão e Costa do Marfim. Os países interessados não têm dinheiro para financiar sozinhos o custo dos projectos. Recorrem então às fontes creditícias externas, nomeadamente o Banco Mundial. Os bancos emprestam dinheiro mas vinculam a libertação dos recursos à compra de tecnologia das transnacionais, cujo projecto básico prevê investimentos maciços de capital, com baixo índice de absorção de mão-de-obra e utilização de grandes áreas agrícolas. Assim, muitos países acabam por optar por grandes fábricas, capazes de processar mais de 20 mil toneladas de cana por dia.

A opção mais barata e mais racional oferecida por pequenos projectos, como os desenvolvidos pelo Brasil, Índia e Formosa (Taiwan), acaba por ser abandonada por pressão financeira e política. As pequenas fábricas capazes de processar entre seis a mil toneladas de cana por dia não provocam o endividamento externo, utilizam grande quantidade de mão-de-obra e podem ser distribuídas mais racionalmente em África, onde os caminhos-de-ferro e as estradas são escassos. Estes permitem ainda uma melhor distribuição dos projectos agrícolas porque podem ocupar terras que não estão a ser usadas para cultivos de auto-consumo ou para o mercado interno.

Embora quase todos os países africanos produtores de cana estejam interessados no projecto do álcool, estão a demorar na tomada de uma decisão final por vários motivos, o principal dos quais é o custo

final do combustível. Segundo cálculos feitos pelos autores do livro *Agribusiness in Africa*, o custo do barril do etanol produzido em África deve ficar entre os 60 e 70 dólares, enquanto o barril de petróleo custa actualmente menos de 40 dólares. Isto em condições normais, porque no projecto do Quênia, o alto custo pago pelo *know-how* inglês, somado à amortização de dívidas e ao preço pago pela construção de estradas de acesso, fez com que o preço do barril de etanol a ser produzido ficasse em torno dos 150 dólares, no mínimo. Estes factores juntamente com os erros cometidos pela Tate & Lyle obrigaram já o governo queniano a abandonar o projecto de produção de etanol na destilaria de Nyanza, hoje totalmente desactivada.

Um problema político

Outro problema enfrentado pelos países africanos é o da distribuição de terras. Os solos africanos não são, na sua maioria, tão férteis quanto os do Brasil e dificilmente darão mais de um corte anual de cana, quando em São Paulo são feitos até três no mesmo período. Por isso, as novas lavouras de cana para serem rentáveis terão que disputar as terras mais férteis com produtos que já fornecem divisas de exportação cruciais para o equilíbrio financeiro do país em questão, ou estão ocupadas com plantios destinados ao mercado interno de alimentos.

Estes dados mostram porque razão a questão do álcool está a ser encarada actualmente, em África como um problema basicamente político. Negócio por negócio, também lá, o álcool ainda é mais caro do que o petróleo. A questão básica, no entanto, é a procura da autonomia e o fim da dependência das importações de petróleo pelos países não produtores como o Zimbábue, a Zâmbia, Moçambique, Malawi, Uganda, Quênia, Tanzânia, Maurício, Ruanda, Burundi, Madagascar, Gana, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Uma questão política que começa na escolha entre os projectos de larga escala oferecidos pelas transnacionais ou os pequenos projectos. Entre a procura de financiamento nas fontes tradicionais ou no recurso à poupança interna. Na decisão entre manter os cultivos existentes ou reorientar a economia. Uma decisão tão política que o primeiro país africano a partir decididamente para a produção de etanol foi a África do Sul, cujo regime racista procurou uma alternativa energética para fugir às sanções impostas pelos adversários do *apartheid*.

Cuba usa bagaço de cana

CUBA criou recentemente a Comissão Nacional da Energia, a fim de utilizar a energia mais racionalmente e conseguir uma reserva substancial. Joel Domenech, vice-presidente do Conselho de Ministros, foi nomeado presidente da Comissão, o que demonstra a importância que o governo cubano lhe atribui.

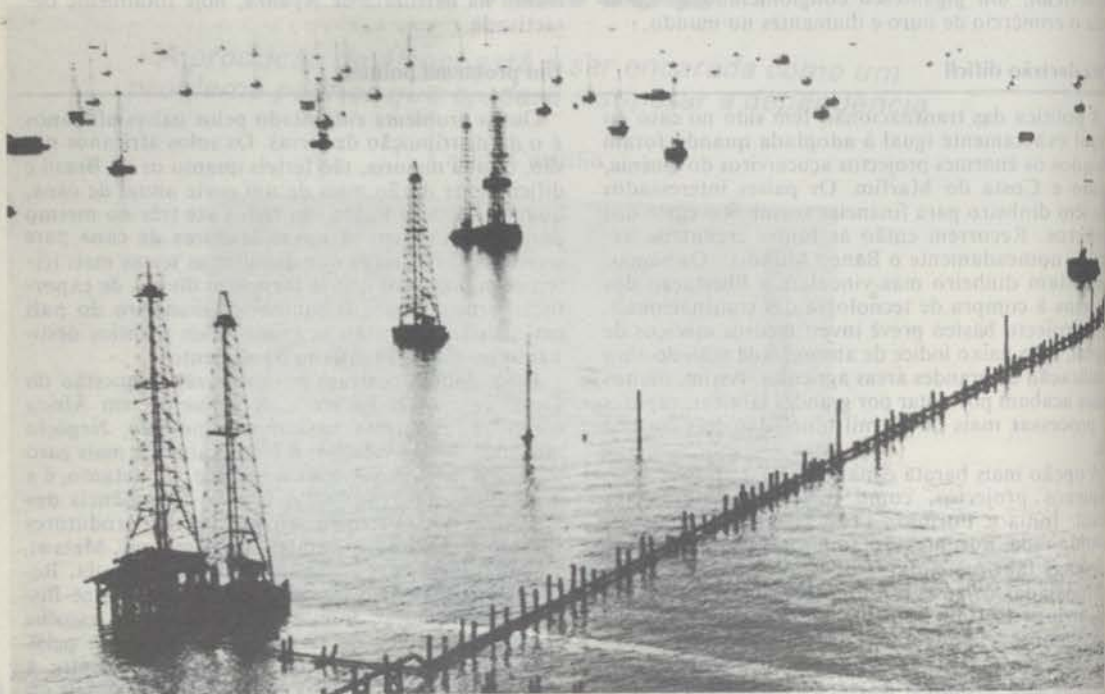
Segundo Domenech, ainda que Cuba não conte com fontes energéticas definidas, "tem um ponto de partida valioso: o bagaço da cana, uma fonte renovável de energia".

"Uma das tarefas mais importantes da Comissão — afirmou Domenech — é transformar de imediato o bagaço de cana numa fonte de energia."



As fontes da energia do futuro

O Terceiro Mundo tem que encontrar fontes alternativas de energia. E já há pesquisas e resultados



O petróleo vai acabar. Quais serão as energias do futuro?

A pesar de questionado, o Programa Nacional do Alcool desenvolvido no Brasil representa uma procura de fonte de energia alternativa ao petróleo. Na China fabricam-se já turbinas de eixo horizontal para aproveitar a força dos ventos abundantes no país. Na Mongólia, experimenta-se o uso das energias eólica, solar e hídrica. Em Samora, restos de madeira geram energia eléctrica para as comunidades rurais. Há igualmente exploração de energia da biomassa na Índia e Egipto, projectos para a utilização da energia solar no México e Venezuela e calcula-se que em 1990, apenas uma década antes do ano 2 000, os carros das mais de sete mil ilhas que formam as Filipinas serão movidos a suco de fruta: o combustível extraído do fruto da *hanga*, uma árvore nativa, usado até agora para curar dores do estômago e mordeduras de insectos.

Estes são alguns dos esforços realizados em países

do Terceiro Mundo no sentido de se encontrarem fontes alternativas de energia. Há também acções conjuntas no plano de estudos e troca de informação e a mais recente foi a reunião do Grupo dos 77 — que congrega 125 países — entre os dias 5 e 8 de Julho passado na sede da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL), em Santiago do Chile. Participaram representantes do Brasil, Uruguai, Chile, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Nigéria, Tunísia, Zâmbia, Egipto, Índia, Bangladesh, Coreia, Tailândia e Filipinas, entre outros.

No encontro foi analisado o Plano Rio de Janeiro que propõe a cooperação entre países em desenvolvimento no campo específico das novas fontes renováveis de energia: hidroeléctrica; geotérmica; solar; eólica; das ondas e marés; da lenha; do carvão vegetal; da biomassa; energia térmica oceânica; da tracção animal; das areias alquitranadas e os esquistos (xistos)

betuminosos. O Plano Rio de Janeiro, por sua vez, foi elaborado a partir das propostas do encontro de Caracas, Venezuela, em 1981.

Cooperação

Além dos estudos da CEPAL para o Grupo dos 77, há igualmente planos para exploração de energia alternativa elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Ao nível dos países, no entanto, a execução destes planos é prejudicada pela falta de planeamento que compatibilize o desenvolvimento energético com o económico e social e pela ausência de vontade política que imponha programas para romper com a dependência aos interesses estrangeiros.

Existem ainda estudos de energias alternativas feitos em conjunto por países do Norte e do Sul. A primeira reunião ocorreu em 1981 em Nairobi, Quênia, e seguiram-se outras em Roma, Itália, no ano passado, e Nova Iorque, EUA, no início deste ano. Em entrevista durante a reunião do Grupo dos 77, em Santiago, o chefe da Divisão de Carvão e Novas Energias Renováveis do ministério das Minas e Energia da Venezuela, Eduardo Prato Moros, observou que "os encontros de Nairobi, Roma e Nova Iorque geraram grupos de trabalho estáveis dentro das Nações Unidas mas falta uma ainda maior institucionalização dos contactos". A colaboração Sul-Sul parece mais adequada aos países em desenvolvimento que a Norte-Sul e, segundo os especialistas, não se deve restringir à pesquisa de novas fontes mas abranger igualmente as experiências de consumo racional das energias.

A importância de se explorarem fontes alternativas de energia deixa de parecer mania de cientistas, para ganhar contornos de necessidade imediata quando se examina o peso que o custo da energia representa para a economia dos países do Terceiro Mundo não exportadores de petróleo. Antes da primeira alta do preço do óleo, em 1973, os países em desenvolvimento importadores pagavam cerca de 2,2 mil milhões de dólares — perto de 8% das suas receitas de exportação — pela energia importada, principalmente de petróleo. Em 1978, o gasto elevou-se para 20 mil milhões de dólares — correspondentes a 20% das divisas da exportação — e, em 1980, para 50 mil milhões de dólares — mais de 40% da receita. Este custo — entre outros factores — contribuiu para a acumulação da dívida externa do conjunto dos países em desenvolvimento, que ultrapassou os 600 mil milhões de dólares o ano passado.

Dos países do Terceiro Mundo, apenas 40 produzem petróleo e só 27 são exportadores. Segundo os técnicos, só mais 15 países têm condições de se tornar produtores de crude. Da mesma forma, o número de nações que dispõem de carvão mal chega a 40. O quadro é agravado pelo dado de que a oferta de petróleo diminuiu de 46,3% em 1970 para 44,6% em 1980. Embora os especialistas diverjam quanto ao tempo pelo qual ainda se terá petróleo, há um con-

senso quanto à previsão de que o combustível deve ser reservado cada vez mais aos usos nobres, em especial nos sectores da indústria química em que é insubstituível.

Por enquanto, o Terceiro Mundo consome pouco mais de 10% da energia produzida mundialmente e, desta percentagem, mais de metade é obtida através da exploração rudimentar da biomassa — queima directa. No entanto, o consumo de energia dos países em desenvolvimento deve aumentar para 60% do total consumido no mundo no ano 2000 e esta é ainda uma estimativa conservadora diante da perspectiva de que a população duplicará nos próximos 25 anos e se concentrará nos centros urbanos.

"As novas fontes renováveis de energia", afirma o venezuelano Eduardo Moros, "serão o suporte energético da humanidade no século XXI e a sua utilização em grande escala depende do avanço das tecnologias para a sua exploração, actualmente em desenvolvimento". Como vantagens das fontes de energia do futuro para os países do Terceiro Mundo, aponta o facto de estas requererem técnicas em que o uso de capital é menos intensivo que o de mão-de-obra. Eduardo Moros acredita que esta característica facilita o aperfeiçoamento e a difusão destes métodos entre os países do Terceiro Mundo e, sobretudo, a sua aplicação em regiões rurais de modo a que estas se tornem auto-suficientes e não mais dependam da energia distribuída actualmente de forma centralizada.

O próprio especialista venezuelano, observa entretanto que o desenvolvimento das energias alternativas — solar, eólica, hídrica, geotérmica e da biomassa — "está a ocorrer a um ritmo mais lento do que se imaginava entre 1965 e 1970". Segundo ele, a causa principal desta lentidão baseia-se no facto das fontes alternativas apresentarem, de momento, pouco interesse comercial devido aos altos custos das pesquisas para a sua exploração. Actuam ainda como factores inibidores, a falta de recursos dos países pobres para investimentos e a própria crise decorrente da alta dos preços do petróleo, por encarecer esta fonte e os produtos dela derivados. Diante deste quadro, de acordo com Eduardo Moros, cabe aos governos incentivar as pesquisas sem esperar lucros imediatos mas como investimento na futura autonomia energética dos seus países.

De maneira geral, o maior problema técnico apresentado pelas fontes alternativas de energia é a sua exploração em larga escala. Nos testes de laboratório, têm óptimos resultados. "Tem sido muito fácil", comenta Eduardo Moros, "dominar a tecnologia para a produção de pequenas quantidades de electricidade através de moinhos de vento mas a geração de grandes quantidades em moinhos gigantescos tem apresentado complicações insuspeitadas". O especialista observa, no entanto, que nos próximos 20 a 60 anos, a tendência será o uso de fontes renováveis e ressalta a importância de os países do Terceiro Mundo iniciarem já a corrida no sentido de dominarem a tecnologia destas fontes, "aproveitando a conjuntura actual que os brinda com a oportunidade de desenvolver os sistemas adequados para o fornecimento de energia ao mundo no século XXI que já se anuncia". (P.C. O.T.) □

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

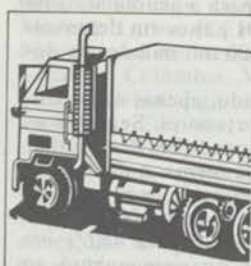
PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



Nicarágua: entre o bloqueio e a invasão

Cortar o abastecimento seria mais fácil do que desembarcar, mas o problema não é invadir, é permanecer

Neiva Moreira

O poderio militar dos Estados Unidos em torno da Nicarágua é um dos maiores já reunidos por esse país depois das guerras da Coreia e do Vietname ou fora da Europa. Duas frotas, capitaneadas pelos porta-aviões *New Jersey* e *Ranger*, ambos integrados por mais de dez modernas unidades de superfície e mais de uma centena de aviões e helicópteros, patrulham as costas da Nicarágua, tanto no Atlântico como no Pacífico.

Todos os dias, aviões com base no *Ranger* e de outras procedências sobrevoam o território nicaraguense em todas as direcções. Na vizinha Honduras, virtualmente ocupada pelos Estados Unidos, mais de quatro mil soldados fazem manobras militares na fronteira com a Nicarágua enquanto unidades especializadas de engenharia constroem à pressa naquele país pistas de aterragem, nas quais são usadas tecnologias experimentadas no Vietname. Uma das características destas pistas é que nelas poderão operar os enormes aviões de transporte *C-5 Galaxy*, os mais poderosos da força aérea norte-americana.

Toda esta gigantesca concentração militar seria demasiada para uma simples medida de intimidação e extremamente exagerada para uma mera demonstração de força.

Repercussões negativas

É impressionante como esta nova explosão belicista de Reagan não encontrou apoio nem nos governos mais reaccionários ou dependentes da América Latina, como o da Costa Rica. O sr. Luis Alberto Monge, que encontrei

por aí afora quando candidato, posando de democrata independente e, no governo, está a deixar saudades da administração democrata-cristã do presidente Carazo —, nem ele foi em socorro de Reagan, considerando que "as manobras não contribuem para criar uma atmosfera de diálogo".

Na Colômbia, o ministro dos Negócios Estrangeiros Rodrigo Lloreda Caicedo declarou que "as preparações bélicas, a instalação de guarnições, a presença de assessores militares na região, não são correctivos para a paz na América Central". Os mexicanos denunciaram a "acção guerreirista" de Reagan, os panamanos consideraram que estas manobras militares chocam com os esforços de paz, ao mesmo tempo que a Acção Democrática da Venezuela, a caminho do poder, e todos os partidos de esquerda venezuelanos denunciaram a acção norte-americana.

Em coincidência com esta demonstração belicista, que os nicaraguenses consideram um real preparativo de invasão, Reagan confiou ao sr. Kissinger a elaboração de um plano para a região. Ora, ninguém que sencesse realmente em paz poderia pedir, logo ao sr. Kissinger, que concebesse uma fórmula de entendimento.

E como enfrenta a Nicarágua todo este amontoado de provocações e ameaças? "O que mais nos impressiona é a serenidade, que nos parece realmente sincera, dos dirigentes sandinistas face a uma situação tão grave", escreve um correspondente francês depois de uma visita à Nicarágua.

Poderia dizer-se que, historicamente, os nicaraguenses estão habituados às agressões norte-ameri-

canas. Para eles, o que se passa hoje não é novidade. Inspirados no exemplo do seu herói máximo, o general Augusto César Sandino, que derrotou de maneira inapelável os *marines*, o povo da Nicarágua prepara-se para este novo momento decisivo da sua história de luta e sofrimentos.

Recebo de um diplomata latino-americano que serve em Manágua, um relato muito expressivo deste estado de espírito e, também, da maneira como a quase totalidade de Corpo Diplomático na Nicarágua avalia a agressão norte-americana.

Diz ele que, enquanto a luta política se travava internamente entre conservadores, liberais e revolucionários ou entre diferentes opções revolucionárias, havia um apreciável sector político que se poderia considerar como oposição. A agressão unificou tudo, e transformou a Nação num bloco monolítico frente ao agressor. Mesmo a direita católica, em choque com a igreja popular, se opõe à agressão externa. O próprio sector liderado pelo jornal *La Prensa*, da sra. Violeta de Chamorro, está em baixa. As tiragens do jornal reduzem-se e o seu prestígio cai. Alguns desse grupo, reclamam contra a censura das notícias militares. Mas a guerra, seja na Europa ou na Nicarágua, tem as suas regras. "Que diria o velho *Times*, de Londres, que teve de se submeter à censura durante a guerra?", pergunta-nos o citado diplomata.

Mas o que mais o impressiona é o espírito do povo. As festas do quarto aniversário da Revolução foram realizadas na cidade histórica de León, com mais de 200 mil pessoas presentes, sob a palavra-de-

-ordem de "todas as armas ao povo". E isto, mais do que um lema, é um dado da realidade. "Aqui, estão todos armados", escreve-me o informador. "A minha cozinha anda de revólver à cintura e o motorista com uma metralhadora. Ninguém pensa em derrubar o governo. Todos estão dispostos a dar a vida pela Pátria".

O bloqueio

O bloqueio, que estaria nos cálculos dos belicistas fanáticos da Casa Branca, seria absolutamente inócuo. A burguesia está quase toda na Costa Rica ou em Miami e a própria classe média, muito reduzida sob o somozismo, não tem maior peso. Assim, o que conta é o povo, que não consome perfume francês, não usa electrodomésticos sofisticados e come tortilha de milho em vez de pão. Poderá resistir a um bloqueio por tempo ilimitado.

Mas, as armas? Esse é outro capítulo. Além das armas em stock que não são poucas, não é fácil bloquear todas as fontes de reabastecimento bélico de um país em guerra.

O velho Basil Zaharoff, na I Guerra Mundial, fornecia armas, ao mesmo tempo, aos franceses e aos alemães. Na II Guerra Mundial, os norte-americanos furaram o bloqueio japonês na China e Filipinas, apesar disso parecer impossível.

Os países amigos procurariam continuar a sua ajuda, mas isso não seria tudo. A Nicarágua tem

hoje duas fontes importantes de fornecimento de armas: o "mercado livre de Miami, capaz de superar qualquer bloqueio e levar canhões de qualquer calibre a qualquer cliente em qualquer parte. A outra, as armas que militares das Honduras e os guardas somozistas vendem aos sandinistas.

Na Nicarágua não se exclui a possibilidade de que, montando uma operação de grande porte, os norte-americanos possam conseguir desembarcar e internar-se no território nacional. O difícil é permanecer. Actualmente, nenhum soldado do exército regular, um poderoso e bem treinado exército de quase 30 mil homens, entrou no fogo. Quem está a enfrentar os bandos somozistas e os seus protectores hondurenhos são as milícias populares e as territoriais, (perto de 10 mil membros), que estão encarregadas da defesa dos povoados fronteiriços. Outro grande contingente de voluntários são os vigilantes revolucionários (mais de 60 mil), que defendem as cidades, os bairros e as fábricas. O exército regular, com os seus tanques pesados e os seus mísseis, reserva-se para a hora do ajuste de contas com um velho freguês, o Tio Sam.

"Aqui, calcula-se que, para ocupar temporariamente as áreas urbanas ou os centros militares da Nicarágua, os Estados Unidos devem estar dispostos a perder nada menos de 200 mil homens e a matar igual quantidade. Um experimentado lutador, que é o ministro do Interior da Nicarágua, coman-

dante Tomás Borge, disse que se há uma maneira de evitar que a revolução sandinista continue: que, numa invasão, morram todos os nicaraguenses, já que estamos todos decididos a morrer, defendendo a nossa pátria."

E o desfecho?

Será imprevisível avaliar estando na Casa Branca um grupo de fanáticos belicistas, à frente dos quais o sr. Reagan. Os sandinistas fizeram uma proposta, através do comandante Daniel Ortega Saavedra, coordenador da Junta do Governo, que foi bem recebida na América Latina e que reforça o plano de paz dos governos da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, conhecido como "Grupo de Contadora" (a ilha panamenha, onde este grupo se reuniu pela primeira vez).

Tanto na América Latina, como no resto do mundo, há uma forte pressão junto de Washington contra a agressão em marcha. Se estes esforços resultarem positivos só os próximos meses o dirão. Uma coisa é certa: os Estados Unidos ainda não curaram as feridas do Vietname para serem metidos numa nova aventura. E seria ingenuidade pensar que uma invasão da Nicarágua ficasse por aí. O mais certo é que se pode converter numa guerra centro-americana e caribenha capaz de comprometer a paz mundial e transformar cada norte-americano no mundo num alvo de ódio generalizado de todos os democratas e oprimidos.

cadernos do

terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

"Fui derrubado pela missão militar norte-americana"

O ex-presidente Juan Bosch revela os motivos do golpe de Estado de 1963 e avalia a conjuntura das Caraíbas

Mark Fried

A eleição do escritor Juan Bosch, em 1963, para exercer a presidência da República Dominicana marcava a primeira manifestação democrática de um povo submetido durante quase 40 anos à ditadura "trujillista". Como no caso de Somoza na Nicarágua, Rafael Leonidas Trujillo também era dono de 70% das terras cultiváveis do país e da quase totalidade da indústria. Mas a experiência democrática durou pouco: uns poucos meses. Depois sobreviveu um novo golpe de Estado coordenado e impulsionado pelos Estados Unidos como revela Bosch nesta entrevista que levou novamente os militares trujillistas ao poder.

Dai em diante, a história é suficientemente conhecida, inclusive uma das mais vergonhosas páginas da história da intervenção militar no continente, que foi a invasão dos *marines* de Maio em 1965, para sufocar a revolta constitucionalista encabeçada pelo coronel nacionalista Caamano Dero.

Nesta entrevista exclusiva, o ex-presidente Bosch faz uma análise da política norte-americana e prevê um desgaste da posição dos Estados Unidos na América Latina.

Todos o conhecem como ex-presidente, historiador e escritor. Actualmente trabalha noutro livro ou dedica inteiramente o seu tempo à política?

Faço as duas coisas simultaneamente. Estou a publicar livros políticos, porque quando um livro é sobre a história, é de história política. Quando é de sociologia, é de

sociologia política. Quando é de conferências, é de conferências políticas. Enfim, dedico-me à política, nada mais. No ano passado, publiquei dois livros; acho que este ano publicarei outros dois. Estou permanentemente a escrever e a trabalhar para o Partido (Partido da Libertação Dominicana, PLD). E quando escrevo, escrevo para o Partido. O nosso jornal sai todas as semanas, há nove anos, sem falhar um só dia. Temos a revista, temos um programa de rádio que é transmitido através de várias estações. Além disto, fazemos regularmente conferências, reuniões etc.

Como caracterizaria a actual situação da República Dominicana?

A República Dominicana é um país tremendamente subde-

envolvido. A crise é muito profunda e afecta todas as classes sociais. Sob a ditadura de Trujillo (1930-1961), o país não teve qualquer desenvolvimento político, nem qualquer desenvolvimento cultural. Assim, a República Dominicana é hoje um país de subempregados. Com a morte de Trujillo, o país passa a ser de novo um território de investimento norte-americano. A *Alcoa*, a *Falcon-Bridge* e os bancos norte-americanos expandem as suas operações. Instala-se no país a *Gulf & Western*. E o país começa a ser praticamente uma colónia.

Uma colónia?

—Bom, a situação chegou a tal extremo que, sendo eu o presidente da República, o governo de John

Juan Bosch: "No passado, éramos um só país, uma só colónia espanhola"



José Bujosa

Kennedy organizou em território dominicano guerrilhas de haitianos para derrubar Duvalier — o "Papa" Doc, pai do actual presidente do Haiti — sem que eu, o presidente da República, soubesse uma única palavra disso. O então embaixador norte-americano, John Barlowe Martin, enganava-me e dizia que essas guerrilhas vinham da Venezuela. E as guerrilhas estavam aqui, formadas pela missão militar norte-americana! Um dia, por casualidade, dei-me conta de que as guerrilhas saíam de território dominicano, mas não sabia que era o governo norte-americano que as fazia funcionar. Ai, pedi que a OEA viesse investigar. Foi então que a missão militar norte-americana deu imediatamente a ordem de que fosse derrubado o governo que eu encabeçava.

Foi por causa disso?

— Este foi o motivo. Embora os jornais norte-americanos nunca tenham querido dizer... Os chefes militares dominicanos estavam ao serviço da missão militar norte-americana, já que desde a morte de Trujillo, os Estados Unidos passaram a ser os chefes militares do país.

Um poder esmagador

Isso continua válido, hoje em dia?



O almirante McDonald¹ acaba de demonstrar que sim. Chegou aqui há poucos dias e disse: "Venho para saber que armamentos são necessários, de que precisa o exército dominicano para que os possamos trazer ou dar". Em virtude de quê diz ele isso? Porque se sente o chefe do exército dominicano. Qualquer almirante ou general norte-americano se sente o chefe do exército dominicano.

Ele disse inclusive, que tinha vindo visitar o país para conhecer os territórios sob o seu comando...

— Pois claro. É que estamos cercados por todos os lados. Todas as emissoras de rádio e de televisão, são norte-americanas. Toda a propaganda que se faz aqui é de produtos norte-americanos. Todas as notícias são sobre os Estados

Unidos e os seus porta-vozes, o poder norte-americano sobre os pequenos países como o nosso, esmagador. Na realidade, não temos aqui um Estado dominicano e os Estados Unidos querem um país sem ordem, sem desenvolvimento, onde qualquer norte-americano entre, faça o que lhe dá na vontade e ninguém possa fazer nada contra ele.

Como avalia a gestão governamental do Partido Revolucionário Dominicano (PRD)?

A única coisa que fazem é receber dólares emprestados pelos bancos norte-americanos e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para pagar a dívida. Abriam as portas do país ao investimento estrangeiro.

Muitos países, até mesmo alguns cujos governos se consideram



* Porto Rico

0 KM 56

Bosh: "Qualquer almirante ou general norte-americano sente-se o chefe do exército dominicano"

esquerda, estão a pedir investimentos estrangeiros...

Sim, mas uma coisa é o investimento estrangeiro em Moçambique ou em Cuba, e outra coisa é o investimento estrangeiro num país como a República Dominicana. O que acontece é que em Moçambique ou Cuba, como

¹ Comandante da marinha norte-americana nas Caraíbas.

também em Angola, há Estados poderosos que impõem a regra do jogo. Mas aqui as regras são feitas pelos investidores.

Acha que se a crise social avançar, pode existir uma ameaça de golpe de Estado?

Não. Aqui não se pode fazer um golpe de Estado se não for autorizado pela missão militar norte-americana. E depois do que aconteceu em 1965, como resultado do golpe de 1963 que foi feito por essa missão, ela não tornará a autorizá-lo.

Porquê?

Porque a intervenção norte-americana de 1965 desacreditou os Estados Unidos.

Defender os interesses do povo

Em que consistiria a libertação da República Dominicana?

Primeiro, teria que se estabelecer um Estado dominicano autenticamente independente. Um Estado capaz de defender os interesses e os direitos deste povo.

Não existem perspectivas de se reatarem relações com Cuba?

O presidente da República disse que não. E não poderia fazê-lo. O governo de Reagan não admite a ideia de que se possa ter relações com Cuba. É que há uma militância "religiosa" por parte do governo de Reagan e em geral dessas camadas todo-poderosas da sociedade norte-americana. Definem a política internacional em termos de "pecado" e "virtude". Até falar pelo telefone com um país socialista, principalmente com Cuba ou com a União Soviética, já é um pecado. É um pecado e quem o pratica vai para o inferno. Mas vai para o inferno em vida.

Até onde pode ir este poder norte-americano nas Caraíbas?

Estados Unidos não podem actualmente, intervir unilateralmente em qualquer país como faziam há 50 anos. Ainda em 1965, há 18 anos, Johnson mandou para cá 42 mil *marines*, submarinos, aviões e porta-aviões. Hoje não o poderiam fazer. O mundo vai progredindo. As Nações Unidas já não são o que eram há 18 anos. Hoje, Reagan manda conselheiros militares a El Salvador, mas não se atreve a mandar tropas. A opinião pública norte-americana não permite. É

que a própria opinião pública nos EUA começa a acordar. A autoridade do governo norte-americano vai-se debilitando de tal forma que hoje as leis de migração não servem para nada. Até há 20 anos, não se concebia que pudessem entrar milhões de estrangeiros nos EUA e ficar lá sem visto, sem respeito pelas leis de migração. Agora, deve haver 20 milhões de "ilegais", como eles dizem.

Quantos dominicanos vivem nos Estados Unidos?

Uns 900 mil, segundo o cônsul geral norte-americano, e há 83 mil pedidos de visto para este ano de 1983. Além disso, é constante o fluxo de dominicanos que vão clandestinamente para Porto Rico ou para as ilhas Virgens para daí voarem para Porto Rico e de Porto Rico para os Estados Unidos. Fala-se muito dos 125 mil cubanos que saíram de Mariel para os Estados Unidos, mas se aqui as portas forem abertas para os dominicanos que quiserem ir embora, saem não 125 mil mas dois ou três milhões.

Não há qualquer respeito pelas leis de migração como também não há por outras leis. O Estado norte-americano já não tem a autoridade que tinha há 25 anos. E cada vez ficará mais fraco. Está num processo de desgaste.

Esse é o mesmo tipo de discurso utilizado por Reagan e pelos seus partidários: o Estado norte-americano perdeu a sua autoridade, e o desafio é restabelecê-la. Propõe medidas repressivas e militaristas partindo desse mesmo tipo de análise...

Sim, mas não é por aí que essa autoridade poderia ser restabelecida. Eles puderam evitar a revolução nicaraguense? A revolução dos salvadorenhos? O que está a acontecer na Guatemala? Os Estados Unidos foram criando os seus arsenais partindo do princípio que o poderio militar é suficiente para resolver os problemas humanos, e tal não é verdade.

Enquanto isto, dentro dos Estados Unidos, está-se a alimentar um processo revolucionário com esta política. Começam a manifestar-se as inquietações da população norte-americana através de grupos religiosos, através de movimentos marxistas. Vi cifras que dizem que



Coronel Caamaño

pelo menos meio milhão de norte-americanos lêem literatura marxista.

A perseguição à revolução nicaraguense radicalizou o processo?

Claro que sim. Porque os homens que fizeram esta revolução e o povo que os apoia não concordam em continuar a ser uma nação incapaz de manter um Estado que a organize, que a defenda e proteja. Na medida em que os povos tomam consciência da necessidade de abrir o caminho para a conquista daquilo que o processo humano oferece, nessa medida, vão-se tornando revolucionários.

O que acontece na América Central tem influência na República Dominicana?

Para lhe responder, é necessário recordar que no passado fomos um só país, um único território colonial espanhol. Além disso, quando éramos um só território, vivíamos todos em comum. Por exemplo, na guerra da independência de Cuba, o chefe do exército libertador cubano era um dominicano, Máximo Gómez, o seu lugar-tenente geral, que ganhou a guerra, António Maceo, era neto de dominicanos e filho de um venezuelano. Quando Sandino estava nas montanhas a lutar contra o exército norte-americano, foi daqui um jovem dominicano chamado Gregorio Gilbert lutar ao seu lado. Mas também foi um venezuelano que depois passou a ser líder do Partido Comunista desse país, Gustavo Machado. Também foi um salvadorenho, Farabundo Martí. E foi um argentino e um colombiano. E é assim que estamos. Qualquer coisa que aconteça num país da América Latina, é como se acontecesse no nosso país.

Os militares e o processo democrático

A poucos meses da subida ao poder de um presidente civil, as posições do general Carcagno perante a Conferência de Exércitos Americanos (CEA), em 1973, ganham actualidade

Horacio Verbitsky

DURANTE a décima Conferência de Exércitos Americanos (CEA) — Caracas, Setembro de 1973 —, a Argentina e o Peru exigiram modificações das finalidades das CEAs e do sistema de segurança colectiva, expressado na Carta da OEA e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Obtiveram o apoio dos exércitos da Colômbia, Panamá, Equador e Venezuela, mas foram derrotados pelo general norte-americano Creighton Abrahms, último chefe das legiões que viram como os pântanos viet-

namitas transformavam em pesadelo o sonho norte-americano. Abrahms teve o apoio de Anastasio Somoza e outros oito comandantes-em-chefe.

Três meses antes, a Argentina e o Peru já haviam tentado, sem êxito, a modificação da Carta da OEA e do TIAR. O sub-secretário de Relações Exteriores do novo governo peronista, Jorge Vázquez, elogiou durante a reunião especial da OEA em Lima a ideia bolivariana de construir uma comunidade latino-americana; afirmou que não existia comunhão de interesses en-

tre os Estados Unidos e a América Latina, e denunciou a permanência de bases norte-americanas no Panamá e em Cuba, e a coacção económica e financeira do imperialismo.

Vázquez disse que o TIAR subordinava as necessidades latino-americanas a considerações inaceitáveis, assinalando que todas as instituições do continente deveriam adaptar-se à multipolarização política e ao pluralismo ideológico. "A presença nesse pacto militar de uma superpotência como os Estados Unidos — disse — constitui um factor de desequilíbrio que provoca situações de dominação incompatíveis com os princípios enunciados no instrumento constitucional da OEA". E mencionou como parte de uma história sombria as invasões de Cuba, em 1961, e da República Dominicana, em 1965.

O delegado argentino criticou também a ineficiência do sistema para remediar a ocupação de territórios americanos como as ilhas Malvinas por potências extracontinentais, e reivindicou o restabelecimento de normas colectivas para a conservação e exploração dos recursos naturais diante da agressão das grandes potências e das empresas transnacionais.

Assinalou que, para a Argentina, o maior perigo para o continente decorria das novas formas de agressão económica, financeira e tecnológica, da qual forneceu extensos detalhes mencionando

Carcagno (à direita, no dia da sua posse): colocar o exército ao serviço dos verdadeiros e irrenunciáveis interesses nacionais



governo de Washington e empresas norte-americanas. Mas essa posição não contou com a maioria necessária, e Argentina e Peru prepararam-se para travar um novo combate em Caracas.

Dois exércitos diferentes

Os dois exércitos estavam em situações bem diferentes: enquanto o de Lima exercia o poder político no contexto de um processo revolucionário que estava completando cinco anos de estabilidade, o de Buenos Aires fazia os seus primeiros exercícios de subordinação ao poder civil, que se havia instalado apenas 90 dias antes, duas mil horas marcadas por convulsões e confrontações políticas incessantes.

Para o peronismo, que chegou ao governo após 18 anos de luta com os militares, a nomeação do comandante-em-chefe do exército era um assunto muito delicado. O presidente Alejandro Lanusse havia lançado, em 1972, um agressivo desafio a Perón (Não tem condições físicas para voltar), e quando o retorno do ex-presidente demonstrou o seu erro, chegou a planejar a interrupção do processo eleitoral. O general Jorge Raúl Carcagno, comandante do Corpo V, enviou uma nota ao presidente-comandante advertindo-o de que, nesse caso, se insurgiria contra a sua autoridade; e elaborou um plano de operações para isolar a Patagônia e exigir, a partir daí, a realização das eleições prometidas.

O presidente Héctor Cámpora designou Carcagno comandante-em-chefe dois dias antes de assumir o governo, o que fez com que doze generais mais antigos que ele fossem reformados.

Em 29 de Maio, no Dia do Exército, o novo chefe começou o seu discurso recordando que "sobre a Constituição Nacional se estrutura o sistema democrático, fundamentado no reconhecimento de que o povo é o único depositário da soberania, a que ninguém tem o direito de sobrepor-se", o que implicava um distanciamento óbvio dos sete anos anteriores. "Seremos verdadeiros guardiões da nossa soberania", acrescentou, "missão que não se esgota com a presença armada na fronteira, mas que se integra dentro de uma concepção



Em 1972, Lanusse (em baixo) chegou a planejar a interrupção do processo eleitoral, tendo, na ocasião, sido advertido por Carcagno

que parte da premissa de que um povo é soberano quando é dono os seus destinos e tem capacidade para adoptar as decisões que melhor convenham à sua evolução e ao bem-estar dos seus habitantes. Decisões que devem satisfazer total e exclusivamente o interesse nacional, sem nenhum tipo de ingerência nem pressões de fora, alheias às conveniências do país". Para Carcagno, "o desenvolvimento de um país e a sua segurança seguem uma relação harmoniosa, partindo do princípio de que as melhores condições de segurança são obtidas quando existe um desenvolvimento livre de tutelas estrangeiras e posto ao serviço do bem-estar de todos os habitantes".

Essa visão foi aprofundada numa Orientação Básica, que Carcagno deu ao exército a 7 de Julho, na qual destacou como uma significativa mudança de perspectiva para a tarefa militar o retorno à normalidade institucional. Explicou que as missões prioritárias eram "atingir a comunhão espiritual mais definida entre o exército e o povo", colocar a força "ao serviço dos verdadeiros, permanentes e irrenunciáveis interesses nacionais" e encontrar novas respostas para novos problemas, caminhar



"no ritmo dos tempos", fazendo a diferença entre a mera rotina e as verdadeiras tradições.

"Visualizo um exército estritamente profissional mas não asséptico, dedicado a suas funções militares mas não fechado em si mesmo e enquistado na Nação como se não pertencesse a ela. Não o vejo desinteressado do povo que o alimenta e das suas aflições. Não o concebo alheio aos problemas nacionais."

Carcagno ratificou nessa orientação o princípio de verticalismo. "O comandante-em-chefe é o único que se movimenta no campo político".

"Os demais escalões de comando cumprem ordens e realizam propostas dentro dos limites próprios

do elemento que lhes cabe comandar. Meu mandato decorre de uma decisão dos poderes constitucionais, que me concedem o cargo e a patente. Daí minha legitimidade inquestionável, da qual surge a responsabilidade unipessoal e a não participação de outros níveis na adopção de decisões."

Nem tutelas nem pressões

Ao expor as suas directrizes para a renovação e a reorganização militar, Carcagno indicou que a área de operações tinha de "dar conteúdo nacional a toda a nossa doutrina. Chegamos a uma maioria que nos obriga a pensar por nós mesmos, sem tutelas e sem pressões de nenhuma índole. O exército argentino deve ter uma doutrina argentina, e não uma que possa servir a qualquer país com ligeiras adaptações. A nossa capacidade criativa deve ser voltada para a formação de um corpo doutrinário próprio que atenda a nossa idiossincrasia, nossas formas de vida, nosso potencial humano, as características do nosso território, nossas reais capacidades logísticas e nossa situação geopolítica. Dos modelos que outros exércitos do mundo possam nos fornecer, devemos aproveitar com sentido realista aquilo que realmente nos possa ser útil, e mesmo assim após uma reflexão amadurecida."

Anunciou também que pretendia analisar a política de compras: "a indústria nacional tem capacidade de fornecer a maior parte daquilo

que o exército precisa em matéria de equipamento e é preciso recorrer a ela para procurar os fornecedores. Ao agir dessa forma não só tomamos o caminho da emancipação como contribuímos para o desenvolvimento e favorecemos o devido abastecimento".

Por último, propôs estreitar "as relações com os exércitos latino-americanos, procedendo com coerência histórica e genuíno espírito de colaboração. Esses vínculos devem ir além do que traduzem as expressões protocolares. Devem-se procurar novas formas e motivações que concretizem uma acção efectiva e irmanada, em benefício das aspirações comuns dos povos da América Latina".

A reconversão do exército

Carcagno morreu em Buenos Aires em Janeiro do corrente ano. O ex-secretário-geral do exército e seu principal colaborador, o coronel (reformado) Juan Jaime Cesio, recorda hoje que "o exército absorveu bem todas estas modificações. Todos se subordinaram e começaram a trabalhar nas suas coisas, não houve nem um único indisciplinado. Lembro-me apenas de um episódio menor, um oficial que ordenou tocar a Marcha da Liberdade (que identificava o golpe antiperonista de 1955) numa cerimónia à qual assistiam autoridades oficiais, e que foi punido por Carcagno. Ao contrário do que se acredita, a reconversão de um exército não é muito difícil se forem cumpridas certas condições. Um comandante que saiba o terreno que pisa, e Carcagno sabia, pôde fazê-lo. A carreira militar é uma função altamente especializada, mas também é uma forma de ganhar a vida, e todos os oficiais querem ser promovidos, ter bons postos, e para isso estão dispostos a cumprir ordens. Nós não tivemos problemas dentro do exército. Foi o quadro externo que frustrou o projecto de Carcagno".

"Dentro dessa reconversão, entre um exército que abusa do poder autoritariamente e está subordinado a interesses estrangeiros, e outro que se subordina a um governo democraticamente eleito e defende o interesse nacional, a preparação da Conferência de Caracas teve grande importância", continua Cesio. "Os estudos prévios foram elaborados pela Chefia V, Política e Estratégia, do Estado Maior, que eu ocupava, e que se transformou naqueles dias na Secretaria-Geral do Comando-em-Chefe.

"Houve então várias mudanças que certamente se tornarão a repetir e aperfeiçoar no ano próximo, quando chegar ao fim esse novo governo militar. Por exemplo, os comandos-em-chefe transformaram-se em comandos gerais de cada força, já que o comandante-em-chefe só fazia sentido dentro de um esquema militarista, pois, devido às suas funções e organização, constituía um organismo paralelo ao Poder Executivo, com

equipas militares para cada especialidade, como réplicas de ministérios em miniatura.

"No futuro, não só o seu nome e dependência orgânica deverão mudar. Ao prepararmos para a Conferência de Caracas, descobrimos que não havia uma doutrina escrita de segurança nacional que limitasse o uso da força militar a tarefas de segurança interna, delegando a defesa externa a uma das superpotências, mas que se tratava de uma prática, produto conjuntural e circunstancial do confronto Leste-Oeste, que devíamos e podíamos modificar.

"Para isso afirma Cesio como correspondia à nova situação constitucional, trabalhamos sob orientação do ministério das Relações Exteriores."

As conferências de exércitos

A Nona Conferência dos Exércitos Americanos tinha sido realizada em 1969, em Fort Bragg, um dos centros norte-americanos para treinamento de militares latino-americanos em contra-insurreição, e tinha adoptado a agenda para a reunião seguinte. A Décima CEA devia examinar um relatório sobre a "subversão do comunismo internacional", planificar tarefas de treinamento e instrução, formular as bases de uma doutrina comum, melhorar a eficiência das forças terrestres de cada país, recomendar normas de acção psicológica para a segurança interna e adoptar decisões sobre a aplicação de programas de cooperação, o que implicava uma clara intromissão nas soberanias nacionais e nas atribuições dos governos civis da América Latina.

A reunião preparatória, em Junho, e dos Serviços de Informação, em Agosto, acertaram a agenda da Conferência. Nelas, a Argentina e o Peru propuseram o estudo de mecanismos de defesa contra a agressão económica e não apenas contra uma eventual agressão militar externa. Os coronéis argentinos José Rogelio Villareal y Carlos Dalla Tea contribuíram com volumosos relatórios acerca das formas de agressão cultural, financeira, científica e de empresas transnacionais, e estudos sobre meios de comunicação de massa.

mortalidade infantil, desnutrição e exportação de cérebros.

"O perigo não é a subversão"

"Não nos devemos enganar, o perigo não são os guerrilheiros comunistas mas os pescadores de atum norte-americanos", disse então o representante da Junta Militar equatoriana, que aderiu à moção reformista.

"A tese que nós apresentamos às conferências preparatórias e de Inteligência não foi aceite" acrescenta Cesio, "mas de qualquer maneira concluiu-se que a conferência principal considerava também outras formas de agressão diferentes da subversão. Por isso pedimos que Cargano fosse inscrito como orador".

Contudo, quando o Chefe dos Serviços de Informação do Exército da Venezuela, general José Domingo Yopez, leu o relatório da Conferência que trazia o óbvio título de "Apreciação sobre o movimento subversivo", os argentinos começaram a desconfiar que o acordo não seria respeitado. Cargano protestou, porque não se esperou que esse relatório fosse previamente examinado pelos estados-maiores de cada exército.

A conferência foi inaugurada oficialmente na segunda-feira, 3 de Setembro, com um discurso do comandante-geral do exército do Peru e primeiro-ministro do seu governo revolucionário, Edgardo Mercado Jarrín, que propôs modificar a finalidade das CEAs e expôs a sua doutrina da segurança integral. Mas na terça-feira 4, antes que Cargano pronunciasse o discurso e alterando o que fora combinado, votou-se a proposta peruana. Estados Unidos, Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, República Dominicana e Honduras emitiram os dez votos que a derrotaram, contra seis favoráveis da Argentina, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá.

O discurso de Cargano

Cargano leu então a sua mensagem, sabendo que era um dardo cravado mais no futuro do que numa posição já ocupada. "O



Somoza: "playboy" das Conferências dos Exércitos Americanos (CEA)

Exército do meu país apresentou-se aqui reconhecendo como princípios básicos e inalteráveis o de não-intervenção, o de auto-determinação dos povos e o de um respeito escrupuloso pela individualidade de cada país, num contexto em que carecem de sentido as diferenciações ideológicas", disse.

Diante de um auditório surpreendido pelo tom das suas palavras, Cargano postulou "a necessária renovação dos dispositivos de toda a ordem que garantam a segurança do continente" e advertiu que "as estruturas que não forem capazes de adaptar-se ao ritmo que os tempos impõem, correm o risco de ficarem caducas. O dilema é de ferro. Ou nós renovamos e compreendemos as nossas missões tal como as circunstâncias impõem em nossos países, cumprindo assim com o nosso dever, ou ficamos para trás, condenando os nossos povos a serem vítimas das agressões daqueles que estão vulnerando e afastando o seu destino".

"Quando a justiça é negada aos cidadãos de um país", acrescentou, "quando eles são objecto de perseguições ideológicas, violam-se as suas liberdades e são privados daquilo que legitimamente lhes corresponde, a subversão interna ou a provocada e estimulada do exterior podem ser a resposta. Nesse



Mercado Jarrín: pela reformulação das CEAs

caso, a guerrilha se desenvolve e actua com o apoio da população que lhe proporciona todas as facilidades necessárias e nesse caso as forças da ordem são impotentes para destruí-la. Por isso eu sustento que quando existem causas reais de subversão, só se conseguirá fazê-la desaparecer quando se actue decididamente sobre essas causas no plano económico, político e social. Do emprego do poder militar contra ela decorre um distanciamento cada vez maior entre o povo e o exército que faz parte desse povo; e gera-se, assim uma das contradições mais agudas e mais negativas. A imagem de um exército como guarda pretoriana de uma ordem política, económica e social injusta é extremamente pernicioso para a saúde dos povos, para a conquista das suas aspirações, para a conformação do ser nacional e para a sua projecção continental".

Esse texto, escrito em função da Argentina daqueles anos, é válido para outras situações latino-americanas. "Por mais que os governos possam estar bem inspirados continuou Cargano não podem satisfazer as legítimas aspirações populares porque são prisioneiros de interesses extranacionais que condicionam e até mesmo orientam as suas políticas. Assim sendo,

povos e governos estão igualmente à mercê de agressões aparentemente inofensivas que os conduzem à violência. Cabe perguntar qual é o grau de segurança de um país em que nos últimos anos se verificam aumentos dos índices de mortalidade infantil, e onde existem sectores da população que consomem menos proteínas do que aquelas que precisam. É realmente irrisório pensar que se possa chegar ao êxito confinado apenas na soma do poder das armas, quando se vai deteriorando progressivamente o homem, principal elemento da defesa e a própria razão de ser da sua existência".

Para o militar argentino, "os exércitos de cada país são obrigados, dentro dos limites das suas atribuições, a não poupar esforços nem medir riscos no seu apoio aos povos e os governos que se recusam a ser vítimas de um novo modelo de divisão internacional do trabalho, esboçado para a opulência de uns poucos e a pauperização da maioria".

Carcagno manifestou que a Argentina e o seu exército se rebelaram contra a existência, "no mundo, de homens e nações de primeira classe e homens e nações de categoria inferior", e delineou um contexto que a década transcorrida desde então só fez agravar:

"A deterioração dos termos de troca, a evolução e estrutura da dívida externa, o aprofundamento da brecha tecnológica, a manipulação dos meios de comunicação de massa, a subserviência das autoridades nacionais, a exportação de culturas e modos de vida, a exploração de vulnerabilidades e contradições, e formulações caprichosas referentes a limites de crescimento levam à conformação de uma estrutura de dependência flagrantemente injusta.

"Sustento no seio desta Conferência que essas acções atingem a segurança dos Estados e guardam, por essa razão, uma vinculação estreita com as tarefas militares. Não hesito em qualificá-las de agressões que se materializam tanto no aspecto espiritual e cultural como no económico e científico. Daí a nossa obrigação de preservar-nos contra elas e daí a necessidade imperiosa de uma mudança nas finalidades das Conferências de Exércitos

Americanos, tal como propus, sem êxito, no seio da Conferência. Continuo convencido que devemos opor-nos a essas agressões com tanta paixão, tanto zelo, tanta energia e tanta eficiência como quando colocados ao serviço das tarefas intrinsecamente militares, que devem desenvolver-se agora cobrindo um espectro muito mais amplo. Enquanto houver pessoas com uma cegueira suicida, usando e abusando do que possuem e uma maioria que carece do mais elementar, a segurança continental continuará ameaçada, porque os conflitos continuarão latentes e em aumento progressivo ou explodirão quando menos se esperar.

"Não cabe assumir compromissos que impliquem a repetição de teses anacrônicas da segurança colectiva, mas a busca de uma cooperação efectiva, com o olhar posto no conceito de que sem desenvolvimento harmónico e estruturado, não há paz estável", concluiu Carcagno. "Os próximos e sucessivos contactos a um alto nível militar no hemisfério serão úteis e trarão benefícios se forem orientados para servir a particular estratégia de segurança que cada um

dos nossos países requer, ajustadas às necessidades reais, e quando tenha sido perfeitamente delimitado e estabelecido contra quem e contra quem devemos lutar".

O poder do imperialismo

"Nós pensávamos que podíamos impor a nossa posição na Conferência", revelou Cesio a *caderno do terceiro mundo*, "porque conhecíamos pouco o poder do imperialismo. Aprendemos também que esse poder é exercido graças a indiferença de muitos. Tínhamo-nos preparado muito seriamente para a conferência porque lhe atribuíamos a importância que ainda hoje acredito que ela tinha, mas de frontámos-nos com atitudes saudosistas, com a linha do menor esforço daqueles que iam passear e tomar *whisky*. Não sei se me esqueço de alguma delegação, mas acho que, salvo o Peru e nós que defendemos uma posição, e o Brasil que se opôs a ela, o resto nem conhecia bem nem tinha muito interesse pelos assuntos em debate.

"Eu participei das tarefas de uma comissão e observei que enquanto expunha os nossos estudos e con-

1982: encontro entre Alexander Haig e o presidente argentino Galtieri. Os EUA apoiavam já abertamente a Grã-Bretanha na guerra das Malvinas



clusões, os outros aborreciam-se. Nada lhes interessava. Nessas condições, a vitória dos Estados Unidos tornou-se fácil e o seu representante nem precisou abrir a boca, apenas fez circular uma directriz mostrando como votar”.

Cesio não esquece a figura de Anastasio Somoza. “Era o *play-boy* da conferência. Dava charutos de presente. Convidava para festas. Foi ele quem liderou a posição contrária à nossa e quem nos preparou uma armadilha, colocando a moção peruana em votação antes que Carcagno fizesse uso da palavra. Carcagno ficou enfurecido e até esmurrou a mesa. Estivemos a ponto de retirar-nos da conferência. Por fim, continuámos como observadores para não prejudicar as relações com os países irmãos, mas abstivemo-nos de intervir nos trabalhos da conferência. Boicotámos, juntamente com os peruanos, a recepção que Somoza ofereceu às delegações”.

“Enquanto estávamos na conferência, ocorreu em Buenos Aires o ataque do Exército Revolucionário do Povo (ERP) ao Comando Sanitário do Exército, onde morreu um comandante. Isso fez-nos perder posição diante dos demais exércitos latino-americanos e na frente interna, já que a guerrilha se abateu no exacto momento em que nós estávamos a pôr em questão a política repressiva e a denunciar as causas da subversão. Mas, de qualquer maneira, foi a luta interna peronista e não a situação interna do exército que entrou a acção de Carcagno e favoreceu a sua passagem à reserva, diante das pressões do imperialismo”, acrescentou Cesio.

Ao voltar de Caracas, “Carcagno ordenou o estudo da possível formação de um TIAR latino-americano, sem os Estados Unidos, e apresentou ao governo um projecto solicitando a retirada das missões militares dos Estados Unidos e da França que estavam e continuam instaladas no Comando-em-Chefe do Exército. Mas isso tudo foi arquivado quando López Rega conseguiu que o Senado rejeitasse a promoção ao generalato de quatro coronéis propostos por Carcagno (eu contava-me entre eles) e forçou a sua passagem à reserva”.

“É trágico que, à luz do aconte-



Depois das Malvinas tornou-se claro que o TIAR não beneficia a América Latina, não passando de um mero instrumento dos EUA

cido nessa Conferência, os sucessores de Carcagno não entendessem o que era o TIAR e como operava o imperialismo, porque de outro modo não teria ocorrido o desastre das Malvinas. Esse tratado não beneficia a América Latina, é um mero instrumento dos Estados Unidos na confrontação com o Leste.

“A democratização da Argentina afirma Cesio — ajudará a aca-

bar com outros regimes semelhantes na América Latina. A Bolívia tomou esse rumo, mas não tem a influência que o nosso processo poderá vir a ter sobre outros países como o Chile, por exemplo. Tenho a certeza de que o futuro congresso retomará as posições que nós defendemos em Caracas. A nossa aprendizagem foi muito dolorosa, mas as palavras de Carcagno não foram levadas pelo vento”.

Ahidjo versus Biya

A disputa do poder por sectores liderados pelos antigo e actual presidente, está longe de estar decidida. Mas Biya leva vantagem e conta com o apoio popular

Alice Nicolau



Ahmadou Ahidjo

A renúncia, no dia 27 de Agosto, do ex-presidente dos Camarões, Ahidjo, ao seu cargo de presidente do partido único, União Nacional Camaróense (UNC), abriu um novo capítulo na rivalidade entre o antigo chefe de Estado e o seu sucessor, Paul Biya. Do ponto de vista estritamente político, Ahidjo perdeu a sua arma mais importante, ficando agora aparentemente incapacitado de usar o aparelho do partido contra o aparelho do Estado. Mas a luta entre os dois homens é, acima de tudo, uma luta entre dois sectores da classe dominante. Ahidjo representa a classe tradicional dos homens de negócios anglofonos do Norte, dispostos a uma secessão para se juntarem à federação da Nigéria, enquanto Biya representa outra face da mesma classe. Isto é: a geração

da burguesia nascente, ansiosa de controlar as rédeas da economia, tinta de um certo liberalismo mas vigorosamente nacionalista.

Até hoje ainda ninguém penetrou completamente no mistério de que se rodeou a renúncia de Ahidjo ao poder do Estado, no dia 4 de Novembro de 1982, após 22 anos de Presidência, que se caracterizou por um grande autoritarismo, uma feroz repressão e uma aceitação dos laços do neocolonialismo. Contudo, parece claro que Ahidjo renunciou sem renunciar, escolhendo para lhe suceder um homem que desde 1976 era seu primeiro-ministro e no qual ele depositava a maior confiança. Com sérios problemas de saúde, o exercício directo do poder de Estado começava a tornar-se um fardo intolerável para Ahidjo.

Paul Biya



que, mantendo o seu controlo sobre o aparelho do partido e escolhendo um protegido se libertava do desgaste do poder, não renunciando ao seu uso.

A lógica do poder pessoal

Mas a dinâmica dos acontecimentos escapa sempre às previsões humanas. Os regimes podem não sofrer quaisquer alterações de fundo, mas, num sistema autocrático e ferozmente repressivo, qualquer mudança de forma implica, por si só, mudanças de fundo. Se Ahidjo se transformou o longo dos seus 22 anos de poder solitário e depois de ter esmagado implacavelmente a oposição e o movimento popular, num símbolo de uma certa forma do Estado dos Camarões, devia ter percebido que a sua queda — mesmo voluntária, mesmo mais fingida que real — faria passe de mágica as enterrasse.

Certos comentaristas evocam Luís XI de França para dar uma imagem de Ahidjo, podemos evocar outros Luíses de França, por exemplo Luís XIV, não para o compararmos ao antigo ditador de Yaundé, mas para analisarmos, muito ao de leve embora, as características do poder pessoal. Como o poder nunca pode ser exercido directamente por uma pessoa, o chamado poder pessoal alimenta-se de uma camarilha, a qual, no fundo, exerce o verdadeiro poder no dia-a-dia, deixando apenas ao titular desse poder a capacidade de destituição e promoção. É um fenómeno curioso este tipo de delegação de poderes. Uma mandam directamente (a camarilha). O outro limita-se a ter nas mãos o poder de tirar o poder ou de o entregar. Em geral a camarilha não suporta o embate de uma mudança de poder. As descrições do Duque de Saint-Simon sobre as reacções das diferentes camarilhas da corte de Luís XIV podiam de certo ser transpostas, com o *granum salis* necessário e suficiente, para Yaundé, no dia 4 de Novembro de 1982.

A carta nigeriana

Logo a seguir à sua ascensão ao poder, Paul Biya, teve que enfrentar a revolta de um notável, Mussa Aya, cunhado de Ahidjo, de etnia Fula, o qual tentou congregar à sua volta a comunidade nortenha de negócios jogando na carta nigeriana. Nessa altura, Ahidjo entrou em liça para apoiar Biya, e decidiu fazer uma digressão pelo país, levando à nação um pedido de apoio para Biya. Hoje, Ahidjo regressa por inteiro, segundo consta, ao manobristo da camarilha, alia-se a Mussa Aya e parece jogar, ele também, na carta nigeriana.

As rivalidades Ahidjo-Biya tornaram-se claras no mês de Abril, quando o antigo presidente tentou impor duas emendas constitucionais através das quais a realidade do poder iria cair de novo na sua clientela, aquando das eleições marcadas para 1985, e o actual titular do cargo se veria manietado, subordinado ao aparelho do partido, que então estava sob férreo controlo dos "ahidjistias".

Paul Biya começou por nomear em Novembro um gabinete, onde se mantinha o predomínio das figuras "ahidjistias" e se seguia o critério de um certo equilíbrio regional, política que Ahidjo implantou, embora



90% do petróleo dos Camarões tem por destino os EUA

mantivesse a supremacia dos nortenhos. Pouco a pouco, através de um jogo de acusações contra o séquito do ex-presidente (ao que parece, culpado de uma conspiração verdadeira para assassinar Biya), Paul Biya tem procurado solidificar o seu poder, através de sucessivas remodelações, todas elas caracterizadas pela queda dos notáveis da era anterior e pela ascensão de tecnocratas do Sul, relativamente jovens (entre 35 a 50 anos), representantes de uma burguesia nativa, em ascenso, disposta a dar um certo impulso novo aos destinos do país.

Em Junho deste ano, nas vésperas da visita do presidente Mitterrand aos Camarões, Paul Biya decidiu-se por uma remodelação, que foi considerada uma "declaração de guerra" contra o Norte. Não se sabe se foi ou não. O que se sabe é que se tratou de uma atitude de firmeza contra os "ahidjistias".

Penetração de capitais "made in USA"

País enredado, nas teias do neocolonialismo, é natural que a sua política seja combinada, pelos próprios políticos, também fora da capital e se trame de longe, na Europa. Considerando-se traído, vendo o poder a escapar-se-lhe das mãos, Ahidjo fez a sua peregrinação a França. Ao que parece, não encontrou apoios no Eliseu. Paris, segundo consta, joga na carta Biya. Mas haverá decerto outros — figuras do poder-sombra — que jogarão mais a fundo na continuidade sem mudança que na mudança na continuidade.

A verdade é que se passa um fenómeno curioso nos Camarões: a chamada "camaroição" da economia. Em 1972, a França detinha 52% dos capitais no sector industrial-comercial, em 1980, essa percentagem era já apenas de 31% e no ano passado reduziu-se para 23,6%. Por outro lado, em relação ao capital estrangeiro, a França dispunha em 1973, de 77,4%, em 1980, de 63,1%, e em 1982, de 60,8%. Enquanto o capital francês recua nos Camarões, assiste-se a uma espectacular penetração dos capitais norte-americanos. Estes concentram-se em dois sectores: petróleo e gás e banca. A *Pecten*, a *Mobil* e a *Gulf* estão envolvidas na indústria petrolífera *offshore* e os bancos *Bank of America*, *Chase Manhattan* e *First Boston* estão particularmente activos em Yaundé.

SOGUIPAL (ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:
Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:
Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
Áreas administrativa e financeira

**ÁREA GEOGRÁFICA DE
ACTUAÇÃO:**
Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38.62.85

É certo que a França controla ainda 44% do mercado do país e que o défice comercial de Yaundé em relação a Paris não cessa de se agravar. Mas também é certo que os EUA - com uma modesta participação de 8% no mercado - adquirem cerca de 90% do petróleo dos Camarões.

Esta tendência tem-se vindo a reforçar sob Paul Biya, o qual continua a controlar firmemente os sectores-chave do país, pois é ele quem coordena na realidade as questões económico-financeiras.

Apoio popular a Biya

Talvez esta viragem, lenta, mas segura, no andamento dos negócios dos Camarões explique os comentários da imprensa francesa à situação no país. Não desaprovando Biya, os comentaristas gauleses consideram que ele vai longe de mais, depressa de mais na conquista do poder real e efectivo, e apontam o perigo de divisões, tribais e regionais, o risco de uma nova guerra civil, aconselhando a moderação, calma e muito respeito pela "figura carismática" de Ahidjo.

Não parece, no entanto, que esses receios tenham grande razão de ser. Paul Biya tem pelo menos agora um trunfo de marca: o apoio popular. Tem, além disso, o apoio dos movimentos oposicionistas no estrangeiro, incluindo a União da População dos Camarões (UPC), esmagada a ferro e fogo por Ahidjo.

Contudo, resta saber até que ponto esse apoio popular vai permanecer. Até agora, os Camarões têm tido uma economia saudável: um crescimento anual de cerca de 6,7%, uma dívida externa que em 1981 representava apenas 2% da riqueza nacional, um PIB que estava em aumento (média anual de 16,8%).

Mas... estes números não nos devem iludir. A economia do país confere grande margem de manobra aos governantes para não aticarem as decepções de uma independência que não se traduziu em bem-estar para a maioria da população e da qual todos os frutos têm sido retirados para as empresas estrangeiras e para uma burguesia, que agora luta entre si pelo bolo. Contudo, qualquer desequilíbrio, qualquer receita "à smi" poderá exacerbar todos os males de uma economia que não abastece o país de produtos agrícolas necessários para a subsistência, de uma economia onde campeiam o desemprego, a inflação, o êxodo das populações rurais, todas as taras, enfim, que acompanham a via capitalista de desenvolvimento.

Neste momento, os Camarões parecem longe de uma situação explosiva. Mas as expectativas geradas pela queda de Ahidjo, as manobras dos capitalistas deslocados do poder, o jogo de interesses estrangeiros, que são internamente suportados pela burguesia agora insanavelmente dividida, o reacender dos antagonismos regionais e tribais de que tão habilidosamente se sabem servir os exploradores das nações africanas - tudo isso é uma situação susceptível de desembocar num período difícil para os Camarões. A menos que a renúncia final de Ahidjo no dia 27 de Agosto seja uma capitulação incondicional dos estratos sociais que em torno dele se congregam. Coisa na qual ninguém acredita.

Eleições para adiar a crise

*A crise económica e política
levou o presidente Moi a tentar
sobreviver através de eleições
gerais antecipadas*

Carlos Castilho



Moi: "encostado à parede"

DURANTE vinte anos, o Quênia foi apresentado à opinião pública ocidental como um modelo de transição pacífica para a independência, e uma espécie de "paraíso" social, sem grandes conflitos étnicos, onde foi possível uma convivência tranquila com os interesses económicos estrangeiros. Esta visão exaustivamente divulgada pelos meios de informação dos Estados Unidos e da Europa entrou num processo de acentuada deterioração a partir de Agosto do ano passado. As profundas desigualdades sócio-económicas do país, bem como o sistema autoritário de governo provocaram desde então uma crise que colocou o Quênia à beira do caos.

A gravidade da situação foi materializada na antecipação em 14 meses das eleições gerais previstas para Novembro de 1984. Foi um recurso adoptado pelo presidente Daniel Arap Moi para tentar impedir que a luta interna do governo, juntamente com o aumento da insatisfação popular e da crise económica, atirassem o país para um beco sem saída. Moi tenta ganhar, nas eleições de Setembro, um novo mandato, antes que a deterioração da crise torne impraticável a sua permanência no poder.

O fim do "paraíso" começou no dia 1 de Agosto de 1982, num domingo, quando os 700 mil habitantes de Nairobi acordaram com a rádio oficial "Voz do Quênia" a anunciar em edição extraordinária a formação de um Conselho Po-

pular de Redenção. Entre outras coisas, o Conselho comunicava o derrube do governo de Arap Moi, acusado de corrupção, e a implantação do recolher obrigatório às 24 horas. Logo depois das oito da manhã, uma nova edição pedia aos estudantes que saíssem à rua para apoiar o "novo governo popular". Às dez horas, milhares de moradores dos bairros pobres da periferia de Nairobi lançaram-se ao saque das lojas comerciais, supermercados e edifícios do governo. O núcleo principal da revolta concentrou-se nas unidades da força aérea em Embakasi e Nanyuki,

cujos membros montaram barricadas na avenida Uhuru, a mais importante da capital do Quênia, e passaram a apoiar ostensivamente os saqueadores.

Ao meio-dia, as tropas do exército saíram dos quartéis e atacaram os redutos rebeldes e a universidade, e investiram contra os saqueadores usando metralhadoras, granadas e até bazucas. O massacre durou quatro horas. Segundo o governo, 200 pessoas morreram no tiroteio, mas testemunhas independentes afirmam que o saldo de vítimas não foi inferior a 700.

No final da tarde do "domingo sangrento" a "Voz do Quênia" divulgou um boletim do palácio do governo afirmando que o presidente Moi continuava no cargo e que a revolta tinha sido sufocada. A repressão desencadeada na própria noite do dia 1 de Agosto foi feroz e continuou por mais dois meses, quando cerca de quatro mil pessoas, entre estudantes, oficiais e soldados da força aérea, saqueadores e políticos foram presos.

Dois golpes simultâneos

A história do golpe fracassado, o primeiro nos 19 anos de vida independente no Quênia, continua ainda envolto em mistério uma vez que nem o próprio governo se preocupou em investigá-lo. Mas as informações que vieram à tona decorrido um ano, indicam que, na verdade, no "domingo sangrento"

ocorreram dois golpes simultâneos. Desde Março de 1982 havia rumores de que generais da extrema direita estavam descontentes com o governo, considerando que Daniel Arap Moi se mostrava incapaz de controlar a luta interna no partido único, a União Nacional Africana do Quênia (KANU). Paralelamente, a jovem oficialidade da força aérea, na sua maioria treinada por instrutores norte-americanos, mostrava-se desiludida com a corrupção e mantinha contactos com intelectuais e líderes estudantis de esquerda na Universidade de Nairobi.

Há indícios suficientemente seguros de que os dois grupos participaram juntos nas primeiras acções golpistas na manhã do "domingo sangrento". Mas depois do meio-dia, tudo mudou. O exército passou a atacar os rebeldes da força aérea que em poucas horas foram quase todos presos. Ao que tudo indica, os golpistas de direita perceberam que o movimento poderia ser levado para rumos mais radicais pelos estudantes e oficiais jovens, decidindo então neutralizá-lo de imediato. Outras versões afirmam que os generais sabiam da inquietação na força aérea, e resolveram estimulá-la para depois a reprimir e assim ganhar poder de influência junto do presidente Moi.

O certo, no entanto, é que a revolta e a posterior repressão, puseram a nu perante a opinião pública a crise profunda em que se debatia o governo. Uma crise gerada pelas desigualdades económicas herdadas do período colonial e que foram mantidas intactas desde a independência. Metade da população do Quênia vive abaixo da linha de pobreza, estabelecida pelo governo em 400 dólares por ano. Oitenta por cento dos quenianos moram no campo, onde o número de pessoas sem terra aumenta na proporção de 2% ao ano. Quatro milhões de pessoas recebem menos de 6% da renda nacional, enquanto um milhão ganha 40% ou mais. Este mesmo sector, associado com quatro mil fazendeiros brancos, controla 4-5 das terras férteis do país, cuja superfície tem 85% de áreas improdutivas para a agricultura e pecuária.

A extrema desigualdade na re-



Jomo Kenyatta

partição das terras é uma herança deixada pelos colonos ingleses que continuaram a controlar cerca de 100 fazendas com mais de 400 hectares de área, e 13 outras com mais de 20 mil hectares. Depois da independência alcançada através de um acordo político entre a burguesia local de origem africana e os brancos ligados ao capital estrangeiro, a estrutura económica do Quênia continuou a basear-se nas exportações de café, chá, madeira, cacau e frutas tropicais. A industrialização iniciada em 1964 limitou-se a substituir produtos importados e destinou-se basicamente ao consumo da pequena elite urbana. Hoje, o sector industrial emprega menos de 12% da mão-de-obra do Quênia e o desemprego atinge, segundo cálculos extra-oficiais, mais de 20% da população. A estrutura económica neocolonial entrou em crise quando os preços do café, cacau e chá caíram no mercado mundial. Foi então que aumentou a fome e o desemprego numa população que regista um índice de crescimento demográfico de 4%, um dos cinco mais altos de África.

Além dos miseráveis expulsos do

campo e que se aglomeraram nos subúrbios de Nairobi, a crise do desemprego afectou igualmente o 250 mil jovens que anualmente deixam a escola secundária e a universidade, sem ter onde trabalhar. As enormes dificuldades da população pobre aumentaram os contrastes com o padrão de vida da burguesia urbana, cujos hábitos são extremamente sofisticados. Isto, sem falar no afluxo de turistas ricos vindos da Europa e dos Estados Unidos para participar de "safaris" nas reservas de caça da região do monte Kilimanjaro.

A deterioração económica colocou ainda em evidência as debilidades do sistema político surgido após a independência e que teve como base um compromisso entre as elites nacionais e estrangeiras centrado na figura paternalista e autoritária de Jomo Kenyatta. O passado anticolonial e guerrilheiro do antigo dirigente dos *mau-mau* valeu-lhe um enorme prestígio interno ainda na era colonial. Os ingleses souberam manejar habilmente o nacionalismo, preferindo dar a independência para manter o controlo económico, aproveitando-se das debilidades da bur-



Nairobi: uma cidade moderna, com uma elite europeizada, em contraste com a miséria do resto do país

guesia queniana. O resultado consistiu no facto de Kenyatta se ter transformado, ao longo dos anos, num líder de estilo "bonapartista", que distribuiu favores e benefícios para manter a hegemonia dos empresários, na sua maioria ligados à etnia do *kikuyo*, a mais numerosa do país, seguida dos *luo*.

Quando Kenyatta morreu em 1978, foi substituído pelo vice-presidente Daniel Arap Moi, um ex-funcionário público que na era colonial trabalhou para os ingleses, enquanto o seu antecessor estava na guerrilha. Moi contou com o apoio de políticos influentes como Charles Njonjo, outro colaborador activo dos britânicos.

O presidente não pertence à etnia dos *kikuyo* e a palavra-de-ordem por ele adoptada logo no início do seu governo foi a expressão "nyayo", que em língua *swahili* significa continuidade, mas também pode ser interpretada como "paz e amor". Moi não tinha, no entanto, o carisma de Kenyatta, nem possuía a mesma habilidade política. O resultado foi que, na prática, a "nyayo" significou um aumento ainda maior da repressão aos dissidentes do regime.

Os meios intelectuais foram particularmente perseguidos com o objectivo de eliminar qualquer tentativa de reviver as velhas tradições de luta anticolonial e que continuam ainda muito vivas na memória popular. A referência à guerrilha dos *mau-mau* foi praticamente banida. O romancista e teatrólogo Ngugi wa Thiongo, que já estivera preso na época de Kenyatta por causa de livros e peças sobre os guerrilheiros, foi novamente detido e proibido de dar aulas na universidade de Nairobi. O veterano político opositorista Oginga Odinga foi banido após tentar organizar o partido opositorista, União Popular do Quênia (KPU).

Imediatamente após a morte de Kenyatta, Moi libertou vários presos políticos, mas as suas acções não passaram de uma manobra destinada a ganhar prestígio nas eleições gerais de 1978, vencidas pelos candidatos da KANU, sem que os dissidentes pudessem concorrer. Depois das eleições, o presidente voltou ao sistema autoritário, que nessa altura apresentava já sinais de uma acelerada corrupção. Entre 1979 e 1980, o Quênia enfrentou

uma aguda escassez de alimentos, no meio de rumores generalizados de que grande parte da produção de milho e trigo estava a ser contrabandeada para o Uganda. No auge do racionamento de milho, Moi resolveu importar o produto da África do Sul, mas mesmo assim a fome não diminuiu.

A corrupção tornou-se tão séria que os Estados Unidos fizeram sérias advertências a Moi, que na época alegava falta generalizada de milho no mercado interno, mas o produto estava a ser vendido em Londres por exportadores quenianos. A impotência do governo para anular a corrupção alarmou o presidente Moi que resolveu investir contra a poderosa união de fazendeiros *kikuyo*, a Gema, comprando a animosidade aberta dos principais elementos da burguesia nativa. A vulnerabilidade económica e os problemas políticos atiraram o governo para as mãos dos Estados Unidos que na época, 1980, estavam interessados em ampliar as suas bases militares no oceano Índico.

Acordos militares

Nesse mesmo ano, foi assinado um acordo cedendo aos EUA facilidades na base naval de Mombaça, e na base aérea de Nanyuki. O porto de Mombaça passou a sofrer reformas no valor de 50 milhões de dólares para o tornar apto a receber porta-aviões gigantescos e submarinos nucleares. A pista do aeroporto de Nanyuki foi ampliada para receber esquadrilhas de aviões F-5 e bombardeiros de longo alcance. Em Wajir, no norte do Quênia, começou a ser construída uma base subterrânea que, segundo versões não confirmadas, serviria para abrigar mísseis atômicos intercontinentais.

Este conjunto de três bases servirá de ponto de apoio para a Força de Deslocação Rápida (FDR), através da qual o Pentágono espera poder interferir em qualquer país africano ou da região do Índico, criada ainda durante a administração Carter.

Quase na mesma altura, o comandante do exército do Quênia, general Abdul Mohammed, intensificou a cooperação militar com Is-



Oginga Odinga: banido



Kibaki: corrupção consentida?

rael, Inglaterra e Coreia do Sul. Os israelitas têm um comando militar estacionado na base aérea de Embakasi com o objectivo declarado de proteger a aterragem dos aviões israelitas da *El Al* (a companhia aérea israelita). Mas há informações de que além da espionagem, dão apoio a aviões militares de Telavive que usam o Quênia como escala de reabastecimento em voos para a África do Sul. A Inglaterra tem 700 assessores militares na base aérea de Nanyuki, e a Coreia do Sul dá assessoria técnica à polícia.

No começo de 1982, as críticas contra o regime autoritário tornaram-se mais intensas com o aparecimento de um jornal clandestino chamado *Pambana* (luta), editado por intelectuais e estudantes do Movimento 12 de Dezembro. O jornal teve um enorme impacto porque denunciava a corrupção de altos funcionários públicos, ministros e até mesmo de parentes do

presidente Moi. O prestígio do *Pambana* teve como contrapartida uma campanha de "caça às bruxas" deflagrada pelo jornal *Standard*, ligado a Charles Njonjo e à transnacional britânica *Lonrho*, detentora de enormes interesses mineiros, industriais e financeiros em todo o sul da África.

Em vésperas da revolta de Agosto de 1982, o presidente Moi chegou a declarar num discurso oficial que estava "encostado à parede". Logo em seguida, depois de uma série de advertências e ameaças de prisão contra deputados dissidentes, o governo forçou a aprovação de uma reforma constitucional declarando a KANU partido único *de jure*. A manobra foi articulada pelo ministro dos Assuntos Constitucionais, Charles Njonjo, que, segundo alguns jornalistas de Nairobi, já naquela altura era o principal rival de Moi dentro do governo.

Depois do golpe fracassado, o prestígio do presidente continuou a descer apesar do seu governo ter sobrevivido à crise. Passou a sofrer pressões dos Estados Unidos para aliviar a perseguição a estudantes e oficiais da força aérea, que foi totalmente desmobilizada depois do "domingo sangrento". A Casa Branca emprestou 30 milhões de dólares, a Inglaterra mais 15 milhões e a promessa de novos créditos a médio prazo. Mas a soma de todas as verbas prometidas não chega para cobrir o déficit de 300 milhões de dólares na balança comercial do Quênia.

Mas passou também a ficar sob a vigilância directa dos militares. Depois de revolta de Agosto, um grupo de coronéis começou a fiscalizar todos os actos do governo. Conhecidos nos meios políticos de Nairobi como os "jovens turcos", os coronéis mostraram-se particularmente irritados com as denúncias de corrupção envolvendo os dois principais assessores de Moi, o ministro Charles Njonjo e o ministro do Interior, Mwai Kibaki.

Njonjo é uma das personalidades políticas mais controversas do Quênia. Estudou na África do Sul para onde viaja frequentemente. Veste-se ao rigor da moda (casaco de riscas e colete) apesar do clima tropical de Nairobi e tem ligações de longa data com o governo is-



raelita. Em Maio de 1983, começaram a circular rumores de que Njonjo estava a conspirar contra o governo contando com a ajuda israelita e inglesa. Teria ido, inclusive, a França numa viagem secreta para pedir apoio para o seu movimento.

Em Abril, o próprio presidente Moi rompeu o silêncio para mencionar que havia um traidor no governo. Em Julho, Njonjo foi demitido do cargo, sem no entanto sofrer qualquer represália. O ex-ministro dos Assuntos Constitucionais foi transformado numa espécie de "bode expiatório" das dificuldades de Moi, que na mesma época anunciou que as eleições gerais seriam antecipadas para 28 de Setembro.

O anúncio provocou um tumulto completo nos meios políticos quenianos porque a data fatal para a desincompatibilização passou a 31 de Maio. As eleições foram marcadas antes da realização do congresso da KANU onde são escolhidos os candidatos do partido que concorrerão nas listas imediatas.

Assim, ao que tudo indica, Moi e a sua equipa decidiram, na prática, quem podia ser eleito. A oposição popular, a convocação das eleições não chegou a provocar grandes expectativas. No final de Junho apenas 10% dos 1900 mil eleitores tinham regularizado os seus títulos eleitorais por falta de tempo, e mesmo assim muitos líderes tradicionais da KANU devem deixar seus cargos a políticos mais jovens.

Colecção
«UMA TERRA SEM AMOS»

TEMPO DA MORTE CRUEL

Alex La Guma



As contradições e os dramas explosivos da África do Sul, numa linguagem rica e densa, a par de igual exactidão no retrato do mundo negro, que resiste.

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

MEDIO ORIENTE

Palestina

Uma última hipótese para a paz?

O boicote israelo-norte-americano e o comportamento de certos países europeus ocidentais favoreceram as teses sionistas e reduziram o impacto das conclusões da Conferência internacional sobre a questão da Palestina, promovida pelas Nações Unidas

Alberto B. Mariani

RODEADA por excepcionais medidas de segurança, decorreu em Genebra, junto do Palácio das Nações, a primeira Conferência internacional sobre a questão da Palestina.

Respondendo ao apelo da Assembleia Geral das Nações Unidas, que na sua resolução ES 7 7 de 19 de Agosto de 1982, adoptada a 10 de Dezembro do mesmo ano, havia convocado esta conferência "com vista a procurar os meios eficazes que permitam ao povo palestino obter e exercer os seus direitos", 137 Estados, 52 ministros e vice-

-ministros de Negócios Estrangeiros, 110 organizações internacionais, numerosas personalidades do mundo da política participaram nos trabalhos que decorreram entre 29 de Agosto e 7 de Setembro passado.

Desde o primeiro dia que parecia evidente que o boicote israelo-americano, bem como a participação a título de observador dos principais países europeus, acabariam por impedir o normal decurso dos trabalhos previstos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Com efeito, se a participação do

Estado de Israel era à partida uma hipótese afastada por toda a gente, o boicote norte-americano e, sobretudo, o comportamento de certos países da Europa Ocidental acabaram por favorecer, indirectamente, as teses sionistas e, de uma forma directa, minimizaram o efeito e o impacto das conclusões desta conferência.

"Não compreendemos", salientara o secretário geral da Liga dos Estados Árabes, Chedli Klibi, na sua intervenção, o comportamento desses países europeus como a França, que preferiram

Panorâmica da Conferência da ONU sobre a Palestina





Arafat: "Temos confiança na legalidade internacional..."

adoptar o estatuto de observadores durante esta conferência, quando era necessário participar activamente para tentar resolver o problema que está na origem, desde há 35 anos, do conflito israelo-árabe".

Mas teriam, de facto, esses países a vontade de resolver esse problema? — essa a questão que se coloca.

Para o secretário geral da Liga Árabe não há outra explicação: "Para passar uma esponja sobre a responsabilidade do Ocidente nos crimes cometidos na Europa contra os judeus, o sionismo exige da consciência ocidental que esta passe uma esponja sobre os crimes perpetrados pelos sionistas contra os árabes, bem como todos os crimes que eles tencionam cometer para conseguir a realização dos seus planos expansionistas e agressivos na região".

"Israel continuaria Chedli Klubi, em nome desta velha dívida de que se procura aproveitar, reclama aos países europeus que recusem toda e qualquer ajuda militar aos países árabes".

"E é esta 'troca de amabilidades' entre Israel e os ocidentais o verdadeiro obstáculo à capacidade destes últimos porem em prática as suas convicções, o que explica a hesitação que os caracteriza, o seu receio de verem aplicadas às decisões da comunidade internacional em relação aos direitos dos palestinos".

Mutilada, portanto, pela não participação directa desses países, nem por isso a conferência deixou de desenvolver os seus trabalhos, que culminariam na adopção de um documento final onde se exige, nomeadamente, a persecução de toda a acção susceptível de encontrar uma solução para o problema palestino, "por todos os meios possíveis, incluindo a luta armada".

Ao longo dos nove dias de trabalhos, foram inúmeros os oradores que intervieram na tribuna do Palácio das Nações de Genebra.

Os temas, fora uma ou outra excepção, não deixaram de reflectir as argumentações já empregues no decurso das diferentes reuniões preparatórias regionais de Arusha, Manágua, Sharjah, Kuala Lumpur e de Genebra.

Mais uma vez falou-se de violação de direitos humanos em Israel... do desrespeito pelo governo de Israel de 1967 aos nossos dias pelas resoluções da ONU... da implantação de colonatos judeus na Cisjordânia e na Faixa de Gaza... de anexação de Jerusalém e dos Golan.

Mas, para além dos discursos do secretário geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, do presidente do Comité pelos direitos inalienáveis do povo palestino, Massamba Sarré, do presidente do Movimento dos Não-Alinhados, Narasimha Rao e do secretário geral da Organização da Conferência Islâmica, Habib Chatty, as "peças for-

tes" desta reunião internacional foram — sem dúvida — as alocuções de Farouk Kaddumi, chefe do departamento político da OLP e de Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP.

"Onde estão os intransigentes?"

"Eis-nos hoje em Genebra — diria Kaddumi —, a poucos quilómetros de Basileia para responder, 85 anos depois, à mentira sionista segundo a qual "a Palestina é uma terra sem povo, para um povo sem terra" e para afirmar ao mundo que o povo palestino existe, que ele tem o direito, como todos os povos, de viver em liberdade e em paz na sua pátria".

"A nossa adesão aos princípios da Organização das Nações Unidas, a nossa constante participação positiva no seu seio e nos trabalhos das suas organizações especializadas, ou a nossa presença aqui, não constituem os únicos sinais da vontade da OLP em participar em todo o esforço sincero com vista a uma solução justa para a questão da Palestina. Expressimos posições assentes na convicção que os nossos princípios e a nossa prática constituem a antítese dos princípios e das práticas racistas e sionistas, que só conhecem o terrorismo como meio para atingir os seus fins".

"Quem formulou — sublinharia



“Os palestinos começam a estar fartos de soluções a longo prazo...”

o chefe do departamento político da OLP — o projecto de Estado palestino unitário, laico e democrático, onde todos os cidadãos coabitariam sem distinção de religião ou credo político, com os mesmos direitos e os mesmos deveres?”

“Quem aceitou a criação de um Estado palestino independente sobre toda a parte da Palestina que fosse libertada ou evacuada por Israel graças aos esforços da comunidade internacional?”

“Quem aceitou a legalidade internacional como base para toda e qualquer solução justa com base nas resoluções 181 e 3236 da Assembleia Geral (da ONU)?”

“Quem exprimiu a sua consideração face ao comunicado conjunto soviético-americano de Outubro de 1977; comunicado a propósito do qual os Estados Unidos da América acabariam por dar o dito por não dito algumas horas após a sua publicação, permitindo a Moshe Dayan declarar triunfalmente à imprensa que ele estava na origem desse recuo norte-americano?”

“Quem declarou que acolheria favoravelmente a iniciativa do defunto presidente soviético, Leonid Brejnev, no decurso da sessão do Conselho Nacional Palestino realizado em Damasco em 1979?”

“Quem aceitou a iniciativa árabe da Cimeira de Fez adoptada por

unanimidade, em 1982, pelo Mundo Árabe?”

“De que lado — concluiria Kaddumi — estão, pois, os intransigentes?”

A “fenix” palestina

A mesma abertura de espírito e idêntica fé na legalidade internacional exprimiria Yasser Arafat na sua alocução.

Usando como sempre a sua *kef-fieh* de xadrez branco e preto, o líder palestino não se limitaria a traçar o esboço da história e da tragédia palestina de 1947 aos massacres de Sabra e Chatila, iria mais longe...

“São os Estados Unidos da América — sublinharia — que são directamente responsáveis pelo calvário do meu povo”.

“A sua política cega no apoio à entidade sionista, favorece a estratégia expansionista de Israel e a manutenção desse perigoso foco de guerra em que se transformou o Próximo Oriente”.

“Brezinski, em 1978, declarava numa entrevista *Bye, Bye OLP*” (“Adeus, adeusinho, OLP”); Begin, o ano passado, afirmava que a Organização de Libertação da Palestina tinha sido destruída durante a guerra do Líbano.

Mas como vêm, a “fenix” palestina ressuscita sempre...”

“Temos confiança na legalidade internacional... termos paciência até que a paciência perca a paciência... atravessamos um escuro túnel, mas já entrevejo uma luz ao fundo: vejo Jerusalém e um Estado palestino independente...”

Nós, os palestinos — acrescentaria o líder palestino durante uma conferência de imprensa pouco depois — estamos habituados a lutar contra a colonização. Quando fomos invadidos pelos romanos, ripostámos enviando a Roma um pescador palestino. Chamava-se São Pedro... e converteu todo o Império!”

“Longa Marcha” ou “última hipótese”?

Isso não nos é dado saber, ainda que à luz das últimas dissensões no interior do movimento palestino pareça bastante mais provável que esta Conferência tenha constituído a “última hipótese”.

“Os palestinos — declarava-nos um dos responsáveis árabes presentes no Palácio das Nações — começam a estar fartos de soluções a longo prazo...”

“Trinta e cinco anos de insucessos diplomáticos começam a fazer empalidecer a imagem de alguns dirigentes palestinos”.

“Aos olhos do refugiado palestino em geral e do jovem exilado que se tornou adulto na esperança de recuperar os seus direitos e a sua nacionalidade, a resolução da questão palestina passa cada vez mais pela... “mira de uma kalachnikov”...”

“Os movimentos extremistas palestinos — dir-nos-ia ainda esse diplomata árabe — como a FPLP de George Habache e de Jibril, tornam-se cada dia mais credivel e... a sua influência cresce a olhos vistos...”

“Que acontecerá — interrogava — no dia em que a maioria desse gente se convencer da validade das suas teses e deixar de acreditar nos propósitos moderados dos antigos chefes históricos da OLP?”

Seja como for, a situação no Próximo Oriente continua explosiva. Tudo pode acontecer.

E, não obstante os bons propósitos da Conferência Internacional sobre a questão da Palestina, as hipóteses de uma paz justa e equitativa continuam mais do que nunca presas por um fio.

O ramo de oliveira e a espingarda

Kaddumi, chefe do Departamento Político da OLP, declarou a "cadernos do terceiro mundo", em Genebra que a resistência palestina continuará, como no passado, a lutar em dois campos: no plano diplomático e na acção armada

AO escutar os discursos proferidos pelos dirigentes palestinos durante a Conferência Internacional sobre a questão da Palestina poder-se-á deduzir que o "ramo de oliveira" da sua diplomacia se impõe sobre as perspectivas até aqui esperadas e indicadas pela sua "espingarda".

Do lado árabe e terceiro-mundista em geral, considera-se esta atitude da OLP positiva e capaz de dar resultados concretos a esse interminável conflito que se arrasta no Médio Oriente desde 1947.

A análise israelita e norte-americana é, obviamente, oposta. Para eles, a actual "predisposição ao diálogo" dos dirigentes palestinos não passa de uma alteração táctica: a OLP não mudou. Permanece uma organização "terrorista" que neste momento gosta de esconder a sua silhueta de "lobo" para melhor disfarçar as profundas feridas da guerra do Líbano.

Qual o seu balanço dos resultados desta Conferência Internacional sobre a questão da Palestina?

"Atingimos os nossos objectivos"

É muito difícil responder-lhe.

Antes da Conferência, nós esperávamos que todos os países membros das Nações Unidas participassem nesta reunião internacional para encontrar, finalmente, uma solução para o problema que é o centro do conflito árabe-israelita desde 1947: o problema palestino.

Infelizmente isso não foi possível...

Como sabe, israelitas, norte-



Kaddumi: "A acção diplomática, que sempre exercemos, não é sinal de fraqueza. É a prova da nossa fé inabalável na justiça"

americanos e canadianos decidiram boicotar a Conferência, e os países europeus ocidentais, como a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha Federal etc., optaram por representar o papel de "espectadores", limitando-se a participar nos trabalhos a título de observadores.

Pode-se falar num "semi-sucesso, semi-fracasso", desta Conferência?

Evidentemente que não. Estamos muito satisfeitos porque atingimos os objectivos que nos tínhamos fi-



xado. E isso apesar da não-participação dos países referidos.

Com efeito, contra a sua vontade, explícita ou implícita, de levar a Conferência ao fracasso, a grande maioria dos países membros da ONU participou nos trabalhos e quis marcar, com a sua presença activa, a importância que dedica à resolução deste problema.

Ao longo desta Conferência, os países participantes reiteraram o seu apoio e solidariedade ao povo palestino.

A opinião desses países manifestou-se sempre muito claramente, do início ao fim dos trabalhos: os palestinos têm direito a estabelecer o seu Estado, devem recuperar os seus direitos inalienáveis à independência, à autodeterminação e regressar aos seus lares.

Agora cabe à comunidade internacional demonstrar a sua boa fé. Se ela quiser, pode facilmente resolver este crónico problema da nossa época.

Como poderá fazê-lo?

É simples. Através da acção das comissões especiais encarregadas de encontrar os "bons meios" e os "bons caminhos" para aplicar as resoluções que a ONU adoptou até hoje. Ou através da organização de uma nova Conferência Internacional onde todas as partes interessadas deverão participar para discutir, negociar e resolver, uma vez por todas, o problema palestino.

"Não fomos destruídos no Líbano"

Depois da destruição, no ano passado, do aparelho militar da OLP no Líbano, isso significa que já não há outras alternativas, senão a acção diplomática?

Nada disso! Nunca fomos destruídos no Líbano. Os israelitas tentaram destruir o nosso poderio militar, mas não conseguiram. Lembre-se dos três meses de resistência em Beirute. Pensa que se os israelitas tivessem podido entrar na cidade para destruir as nossas forças, eles não o teriam feito? Ou acredita que nos "pouparam" por espírito humanitário?

Não tenha ilusões...

As nossas forças, depois de terem retirado sãs e salvas de Beirute,

mantêm a mesma potencialidade operacional que antes.

A acção diplomática, que sempre exercemos, não é sinal de fraqueza; é a prova da nossa fé inabalável na justiça.

Mas como pode confiar na eficácia do vosso aparelho militar, quando as vossas forças, depois da queda de Beirute, estão espalhadas por mais de onze países?

Essa situação não reduz a nossa potencialidade militar. Nunca pretendemos ser um exército convencional, que para a sua eficácia deve, necessariamente, estender-se em massa sobre uma certa linha da frente... Somos um exército de guerrilha e, enquanto tal, podemos facilmente, e sem demasiados riscos, mover-nos de um local para outro, atacar o inimigo ou fustigá-lo como o fazemos nos territórios ocupados, no Bekaa, no sul do Líbano. Lembre-se do recente recuo das forças israelitas no Líbano para posições mais seguras...

Se nós fossemos ineficazes e inexistentes, como o afirma a propaganda israelita, porque se teria retirado o exército sionista de Chouf e das montanhas libanesas?

"Estamos de acordo nos objectivos essenciais"

No Líbano, como sabe, há outros combates... Nomeadamente aqueles em que se envolvem os guerrilheiros fiéis a Yasser Arafat e os insurrectos do coronel Abou Moussa. Que pensa disso?

Não negamos que há uma certa dissensão no seio de uma fracção importante da OLP, ou seja, na Fatah.

Mas não se deve exagerar — como gostam de o fazer os mass media ocidentais — a real importância dessas dissensões.

A OLP não está atada a uma ideologia bem definida. Somos um movimento de libertação nacional que engloba opções políticas muito diferentes. Entre nós, todos têm o direito de exprimir a sua opinião, mas todos devem também nunca esquecer de o fazer através de meios democráticos que existem na base da nossa organização. Dada a natureza heterogénea da nossa organização, podem surgir, de tempos a tempos, problemas, excessos...

Mas isso não quer dizer que não estejamos de acordo sobre os objectivos essenciais da nossa luta.

Diz-se que as dissensões começaram a surgir imediatamente após a aceitação do Plano Fahd, na Conferência árabe de Fez, pelos actuais dirigentes da OLP...

Os dirigentes da OLP não são ditadores. Eles actuam sempre sob mandato explícito das instituições que os designam, ou sejam, o Conselho Nacional Palestino, o Conselho Central, o Comité Executivo, etc. E nesses organismos, todas as organizações e todas as opiniões políticas estão representadas. Mesmo as mais minoritárias.

Quer com isso dizer, que, em Fez, não aceitaram aquilo que antes recusavam?

Nós nunca aceitámos aquilo que recusávamos anteriormente. O Plano de Fez é muito claro a esse respeito: primeiro, os israelitas devem retirar dos territórios ocupados e os colonatos judeus nesses territórios devem ser desmantelados. Segundo, deve ser estabelecido um Estado palestino independente. Terceiro, o Conselho de Segurança deve formular o processo para as relações entre todos os Estados da região, incluindo o Estado palestino.

E quanto à resolução 181 das Nações Unidas em 1947?

É uma das referências da causa palestina. Israel foi criado segundo a resolução 181, que reconhece o direito do estabelecimento de um Estado árabe. Por isso, referimo-nos a essa resolução porque ela nos ajuda no que respeita à criação de um Estado palestino.

Mas como traduzir esse Estado na realidade, dado que a "espingarda" e o "ramo de oliveira" da vossa estratégia mostraram-se até agora ineficazes para conseguir a independência?

Não temos outras alternativas.

Como no passado, devemos continuar a avançar pelo nosso caminho, com um ramo de oliveira numa mão e a espingarda na outra. Sem a espingarda, seria muito aleatório querer prosseguir os nossos objectivos. Sem o ramo de oliveira, nenhuma solução justa e durável do problema palestino poderia existir.

(A. B. M.)

ASIA Indonésia

Ontem, bonança. Hoje, crise

As previsões de uma lenta saída da recessão econômica pressagiam maiores inquietações sociais

Narinder Koshla

A bonança petrolífera já há tempo que abandonou a Indonésia e desde o início do ano até agora, o governo, para enfrentar a crise econômica, aplicou cortes drásticos nos planos de desenvolvimento e nos subsídios a produtos de consumo popular.

Os números são eloquentes. Nas últimas semanas, chegaram a 47 os projectos apoiados pelo Estado que sofreram cortes, adiamentos, e até cancelamentos, totalizando 11 mil milhões de dólares que foram economizados nos investimentos inicialmente previstos.

Apesar disto, estas severas medidas de austeridade não foram suficientes para resolver os problemas econômicos e o governo do tenente-general Suharto contraiu para este ano dívidas no valor de 2,2 mil milhões de dólares aos Estados Unidos.

Em Março passado, a *rupia* indonésia foi desvalorizada em 28% e a medida que teve maiores consequências sociais foi o corte de subsídios a alimentos de primeira necessidade e aos combustíveis.

A causa imediata desta crise encontra-se na queda do preço e do volume do petróleo exportado. No ano passado, a cotação do crude caiu em cinco dólares por barril, enquanto se reduzia consideravelmente a cota exportável. Actualmente, a produção petrolífera da Indonésia é estimada em 1,3 milhão de barris diários, enquanto em 1979 era de 1,6 milhão.

Como quase 70% da receita do arquipélago provém do petróleo, a

Lebru/Syigma



A crise indonésia não difere da de outros países do Terceiro Mundo

diminuição de divisas foi considerável. Ao mesmo tempo, a recessão mundial abateu-se sobre o resto das matérias-primas que o país exporta, causando acentuadas quedas na cotações de madeira e borracha.

Em consequência, os produtos não-petrolíferos que a Indonésia exporta trouxeram para o país no ano passado quatro mil milhões de dólares, o que significou uma perda de 35% em relação aos valores do ano anterior.

A primeira vista, pode parecer que a sorte deste país asiático não difere da de outros exportadores de

matérias-primas do Terceiro Mundo. Há, no entanto, características próprias, devido ao tipo de desenvolvimento escolhido pelo autoritário governo do general Suharto, cujas deficiências foram minimizadas pelo *boom* petrolífero. Mas, agora que o *boom* acabou, estas deficiências aparecem à flor da pele.

A economia indonésia expandiu-se rapidamente nos anos passados, a um ritmo médio de oito por cento, uma taxa elevada, obtida graças ao petróleo. No ano passado começou a queda, chegando a três por cento, e enquanto



1 AUSTRÁLIA 2 FILIPINAS 3 TAILÂNDIA



O modelo econômico implantado por Suharto (ao lado) não dá mostras de solucionar a crise gerada pela queda das exportações de petróleo. Em cima, campo petrolífero em Pakambarum



o governo afirma que em 1983 se alcançará um número aproximado deste, noutras esferas pensa-se que o crescimento poderá ser nulo ou quase.

Graves problemas de emprego

O modelo econômico implantado por Suharto é do tipo capitalista tradicional, apoiado na penetração das empresas transnacionais. Além de ser cara, esta fórmula privilegia os investimentos em projectos de alta participação de capital e baixo emprego de mão-de-obra.

Isto quer dizer que em nada concorre para solucionar (antes agrava) os problemas de emprego do arquipélago, que apresentam um difícil quadro. Apenas 23 dos 155 milhões de indonésios têm emprego assalariado e em cada ano, 1,5 milhão de jovens entram no mercado de trabalho. É evidente que a diminuição das possibilidades de encontrar emprego

devido aos cortes do plano de desenvolvimento e, a um nível mais geral, à recessão, somada aos cortes de subsídios, pioraram a situação social.

Os observadores ocidentais simpáticos ao regime indonésio consolam-se destes infortúnios, assegurando que a dura mão de Suharto, que tem neutralizado os opositores, impedirá levantamentos populares. Os interesses das transnacionais e os empréstimos dos bancos internacionais (em particular de origem norte-americana) estariam, portanto, a salvo,

Entretanto, até os maiores defensores do regime de Suharto sabem que, durante um longo período, o país será marcado pela crise.

Uma das características do sistema indonésio consistiu em contrair empréstimos volumosos, imaginando que o boom petrolífero continuaria durante os anos 80. Mas não foi isto que aconteceu, e os pagamentos dos juros absorvem grande parte da receita em divisas. Em 1982, calculou-se que os pagamentos do serviço (juros mais amortização) da dívida externa captavam 27% das exportações e posteriormente esta pesada percentagem aumentou.

Reformular o modelo?

Apenas com um crescimento constante das vendas de petróleo ao exterior se poderia obter algum alívio, mas o mercado está notoriamente saturado e a retração da procura prosseguirá nos próximos meses e até talvez durante vários anos.

Um estudo do Banco Mundial calcula que, só para compensar os efeitos do aumento do custo das suas importações, a Indonésia deveria aumentar as exportações dos seus produtos não-petrolíferos (que contribuem com cerca de 30% das exportações) a um ritmo de nove por cento ao ano. A mesma fonte julga que o país só poderá conseguir uma pequena parte desta percentagem.

Poderia pensar-se que, face a estes resultados, as autoridades estariam empenhadas em reformular o modelo, a procurar um tipo de desenvolvimento adequado à realidade do arquipélago e, sobretudo, às necessidades da sua numerosa população. Nada disso. O governo garante e reitera que, passados os efeitos da recessão mundial e da saturação do mercado do petróleo, tudo voltará a ser como antes e o plano de desenvolvimento emprenderá uma marcha impetuosa.

Os prognósticos dos círculos económicos e financeiros internacionais prevêem, pelo contrário, que a saída da crise será muito lenta e que a recuperação petrolífera, em relação às grandes altas do crude (anos 1973-74 e 1979-80) é apenas uma hipótese pouco provável.

Uma ilha em chamas

Os distúrbios inter-raciais servem de pretexto para o regime se manter e reprimir os seus adversários

UMA nova onda de violência étnica abateu-se sobre o Sri Lanka. O fenómeno é cíclico, pois na sua origem encontra-se a secular contradição entre a maioria cingalesa (72% da população) e a minoria *tamil* (12,6%). Porém, o confronto que sacudiu a ilha em fins de Julho passado, prolongando-se nas semanas seguintes por causa de duras medidas repressivas, não só foi de extrema gravidade, como também serviu de pretexto para acentuar o autoritarismo governamental.

A fúria que explodiu a pólvora foi acesa por um grupo de guerrilheiros *tamis* que matou 13 soldados. As "batidas" das forças policiais levaram às prisões de Colombo numerosos suspeitos de participação no atentado. Estes foram massacrados no próprio presídio por detidos cingaleses. Na capital, numerosas casas comerciais e moradias *tamis* são arrasadas e incendiadas. Há confrontos no norte, onde reside a maior parte da minoria étnica de origem indiana assim como na zona das plantações de chá, onde o grosso dos trabalhadores são *tamis*. Alguns calculam serem 300 as vítimas fatais; outros, dão números muito superiores.

Embora tenha sido imediatamente imposto o recolher obrigatório e fossem adoptadas medidas de emergência, o aparato policial-militar foi incapaz de refrear os desmandos, saques e crimes que se propagaram na ilha nos primeiros momentos. E surgem denúncias sobre um comportamento permissivo das forças de segurança que não teriam intervindo podendo fazê-



Bandaranaike: a oposição censurada



Jayewardene: abuso do poder

-lo em diversos saques e ataques.

Como as forças armadas e a polícia são corpos nos quais a população *tamil* é abertamente discriminada em favor dos cingaleses, e como é indiscutível a brutalidade

com que os soldados executam as ordens de reprimir os *tamis*, pode-se prever que o ressentimento que deixarão esses tristes acontecimentos tornará ainda mais difícil a já tensa convivência.

Um abuso sem precedentes

Nessas condições, é compreensível que o governo do presidente Junius Jayewardene tenha imposto medidas de excepção. Porém a perseguição simultânea de todos os seus adversários políticos, relacionados ou não com a causa *tamil*, constitui um abuso autoritário sem precedentes. O governo declarou fora da lei três pequenos partidos opositores de esquerda, prendendo os seus dirigentes; pôs em vigor uma censura total proibindo o órgão do Partido da Liberdade da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike, que constitui a principal oposição, e virtualmente privou dos seus mandatos os 16 deputados da Frente Unida de Libertação *Tamil* (TULF), que eram os únicos parlamentares de oposição na Assembleia cingalesa de 160 lugares. Essa proibição atinge todos os grupos que advoguem o separatismo.

O TULF favorece o separatismo, expressando assim os desejos unânimes da minoria étnica, porém fá-lo por via legal, ao contrário dos responsáveis pelos atentados e actos terroristas, os "tigres *tamis*", assim chamados para fazerem o contraste com o símbolo do leão de Sri Lanka. Esses grupos guerrilheiros não crêem que pela via democrática se chegue a uma organização estatal autónoma e op-

Um golpe de Estado



A onda de violência interracial deu ao regime o pretexto para a repressão generalizada

taram pela luta armada. O TULF e os seus parlamentares constituíam o único interlocutor institucional do regime para debater os problemas inter-raciais. E ao exigir dos 16 deputados que renunciem ao separatismo como condição para poderem regressar ao Parlamento, o governo conscientemente empurra-os para um beco-sem-saída.

Se antes dos sangrentos acontecimentos já se notavam sintomas de que o TULF estaria a ser suplantado pelos "tigres" na simpatia da população *tamil*, essa tendência seguramente se agravará nesse contexto e portanto cabe aguardar que o círculo vicioso da violência continue a girar com o seu rasto de morte e destruição.

No campo económico-social, o saldo é lastimável. Tirando os multimilionários danos directos causados pelos saques e incêndios, calculam-se em 150 mil as possibilidades de trabalho perdidas. E o golpe sobre o turismo, uma das principais fontes de receita da bela ilha, será fatal a curto prazo, e de uma lenta e difícil recuperação.



No plano institucional, o Partido Nacional de Jayewardene já se tornou na prática uma ditadura. Obteve um resultado limpo nas eleições de 1977 e, como na ilha está em vigor o sistema parlamentar do tipo britânico, de maioria simples em cada circunscrição, a simples vitória implica que a nível nacional quase todos os lugares sejam ocupados pelo partido vitorioso.

Apesar de o Partido da Liberdade ter obtido uma percentagem importante da votação, não ganhou um só lugar parlamentar. Por sua vez, o TULF ganhou os 16 lugares exclusivamente em áreas de maioria *tamil*. Porém, Jayewardene aproveitou essa maioria de mais de dois-terços no Parlamento, para impor um sistema autoritário e evitar o recurso às eleições. A sua fórmula consiste em utilizar a maioria para a auto-renovação do mandato dos parlamentares actuais, uma vez concluído o seu período. Esse temor às eleições revela que após sete anos de um governo de direita, as forças progressistas e de oposição em geral, estão a capitalizar o descontentamento e poderiam infligir ao Partido Nacional uma derrota semelhante à que sofreu em 1977.

Se o projecto de se manter indefinidamente no poder sem convocar a população a votar já era seguido implacavelmente pelo regime, a onda de violência deu-lhe outro pretexto, que será empregado com a mesma falta de escrúpulos demonstrada na sua trajetória política.

Por enquanto, não se divisa a menor esperança de uma solução para o problema inter-racial. Este foi criado durante o domínio britânico no Sri Lanka. Os ingleses atraíram camponeses *tamis* do sul da Índia para as plantações de chá, introduzindo uma discórdia que deitou raízes nesse país de 15 milhões de habitantes. Nada há em comum entre cingaleses e *tamis*. Os seus idiomas, suas religiões e suas tradições são diferentes e os *tamis* são objecto de distintas formas de discriminação. Foi cavado um fosso que parece destinado a perpetuar-se. □

OPEP

A tempestade
passou

*Algumas divergências
ainda sem solução não impediram
que a unidade fosse alcançada*

Pablo Piacentini

DEPOIS de ter conhecido a crise mais grave da sua história, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) cerrou fileiras e está a recuperar lentamente o controlo do mercado desta matéria-prima.

O efeito mais palpável dessa evolução pode ser percebido na estabilidade do preço oficial do "crude", que, entre 1982 e princípios deste ano, experimentou a primeira série de baixas desde 1973.

As causas dessa regressão são várias, porém as de maior peso foram a profunda recessão sofrida pelas economias capitalistas das metrópoles e o aparecimento de novos exportadores, que, competindo com o "crude" da OPEP lhe tiraram uma importante fatia do mercado. Em consequência, os 13 países membros da OPEP, que em 1979 venderam uma média de quase 30 milhões de barris diários, só colocavam 16,5 milhões em meados deste ano.

Ao longo do ano passado, os países membros realizaram diversas reuniões com a finalidade de manter o preço, que foi estabelecido em 34 dólares por barril de referência (tipo árabe leve). Ao mesmo tempo, fixaram um tecto de 17,5 milhões de barris diários para a produção conjunta, quantidade

julgada suficiente para ajustar-se à oferta, hoje retraída.

Mas as divisões internas da Organização e as graves dificuldades económicas de alguns membros frustraram o cumprimento desse objectivo.

Essa situação deu a oportunidade que os adversários da OPEP esperavam, e eles se apressaram em declará-la definitivamente dividida, liquidada e sepultada. A primeira organização de exportadores de matérias-primas do Terceiro Mundo que tinha conseguido controlar o mercado para o seu produto, fixando o preço e invertendo o tradicional domínio do mercado por parte das potências consumidoras, deixaria de ser — segundo aqueles ardentes desejos — o pesadelo do *establishment* económico.

O poder da unidade

No entanto, o alarme vivido em todos os países membros da OPEP, levou-os finalmente a adoptar medidas extraordinárias na conferência realizada a 15 de Março passado, em Londres. Foi aí que efectuaram a primeira baixa oficial do preço, situando-o em 29 dólares e, principalmente, comprometeram-se a respeitar as quotas atribuídas então a cada país,

depois de fazerem alguns ajustes.

O respeito por esses compromissos, conseguiu o efeito esperado e demonstrou mais uma vez que só a unidade permite enfrentar os poderosos interesses dos grandes consumidores.

Um certo equilíbrio no mercado ficou estabelecido, quando os 13 países fizeram a conferência seguinte, em Helsínquia, onde acharam que o preço oficial estava firme e que a produção conjunta era de quase um milhão de barris diários, abaixo do tecto.

Era um bom presságio para os exportadores do "crude", porque a ocasião em que aconteceu a conferência (concluída a 19 de Julho) coincidia com o período da menor procura anual, isto é, com a temporada de veraneio nos países do Norte.

Em compensação, o último trimestre de cada ano, época em que as empresas transnacionais petrolíferas e os governos das potências capitalistas reconstituem as suas reservas, é o momento de maior procura. Calculou-se que, para essa época, a procura do petróleo da OPEP subiria para cerca de 19 milhões de barris diários.

Mais difícil de calcular é a influência que teria a evolução das potências industriais. A economia



A actual estabilidade do preço do petróleo reflecte a recuperação do mercado desse recurso energético

norte-americana parece recuperar da recessão, enquanto os demais países do Norte se reanimam muito lentamente e continuam em crise. Não se consegue precisar, portanto, em que medida essa recuperação mundial poderá incidir no mercado internacional de hidrocarbonetos.

O certo é que o pior período experimentado pela Organização, desde que, em 1973, assumiu a faculdade de decidir sobre os seus preços, foi superado; e agora, com base nessa experiência, os países membros deveriam planejar o futuro.

Uma cotação estável

Em Helsínquia, a prudência foi dominante e tanto os preços oficiais como as quotas definidas em Londres foram mantidos. Só no decorrer da próxima conferência, marcada para Dezembro, em Genebra, e depois de se verificar o nível da procura, é que se procederá a um novo rateio das quotas nacionais.

Em relação ao preço em geral, os analistas não acreditam que possam aparecer novidades nos próximos meses. Entende-se que, tirando o aumento temporário da procura devido à reconstituição das reservas (até que não se comprove um período de expansão real e geral das economias capitalistas), não haverá um mercado "tenso", que tenda para a alta.

Nesse quadro, discute-se uma iniciativa da Arábia Saudita, cujo ministro do petróleo, o xeque Ahmed Zaqui Yamani, preside ao Comité de Estratégia de Longo Prazo da OPEP. Yamani queria que o actual preço oficial da Organização fosse mantido até 1985, mas, ao mesmo tempo, desejava que se determinasse uma cotação real e estável.

Seria o caso de acertar um determinado preço e ajustá-lo periodicamente só em proporção à inflação dos Estados Unidos, já que a quase totalidade do comércio internacional do "crude" se realiza em dólares.

Teoricamente, essa seria a forma de se conseguir um equilíbrio entre os interesses de produtores e consumidores por meio de uma cotação liberta das oscilações que tornam os efeitos do preço do petró-



leo incertos para todos os interessados.

Mas a determinação do preço justo ou apropriado do petróleo foi um tema de discórdia dentro da Organização, onde as realidades, objectivamente, são diferentes.

A Arábia Saudita, primeiríssimo exportador mundial, sempre se inclinou para um preço relativamente baixo, não apenas para ficar bem com os Estados Unidos do qual depende, em termos estratégicos — mas também por ter

grandes capitais nas potências capitalistas. Os sauditas, assim como os emiratos do golfo Árabe, também têm reservas incalculáveis, de uma duração estimada em mais de meio século. O que eles temem, pois, é que uma cotação elevada torne rentáveis os investimentos em substitutos do "crude" e, quando isso acontecer, não consigam vender o petróleo que têm no seu subsolo.

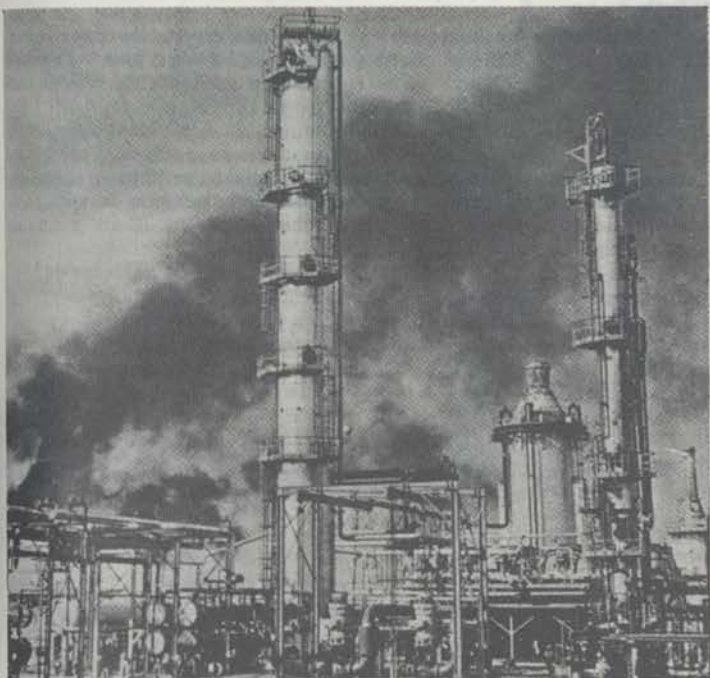
O outro grupo de países da Organização — que constituem a



Genebra.

Apesar das dificuldades dessa questão, um dos requisitos para uma unidade firme e duradoura é que a OPEP acerte uma política de preços a longo prazo. Poderá ser um preço estável ou de parâmetros de outro tipo para os ajustes, mas enquanto não existir um consenso no assunto, a organização continuará exposta potencialmente à discórdia.

A redução da extracção do petróleo e a estabilização do seu preço levaram a que a OPEP superasse os perigos que a ameaçavam. Mas ao ministro do Petróleo saudita, xeque Yamani, (em baixo, à esquerda), poder-se-á perguntar: e quando o "ouro negro se esgotar"?



maioria conta com reservas estimadas entre 15 e 30 anos. Para eles, é uma questão de sobrevivência a obtenção de um preço alto, graças ao qual poderiam financiar os programas de desenvolvimento que permitam a sua subsistência económica depois de esse recurso se esgotar, numa verdadeira corrida contra o tempo.

Foi assim que o relatório de Yamani em Helsínquia foi recebido, mas ficou decidido que se volte a considerar o assunto em

O problema dos diferenciais

Outra questão importante ainda não resolvida é a dos diferenciais, isto é, o montante dos prémios que se dão aos "crudes" de melhor qualidade. Os petróleos mais leves são encontrados nas jazidas dos produtores africanos e são semelhantes os do mar do Norte. Quando a procura ultrapassa a oferta, os que têm "crudes" leves procuram elevar os diferenciais, e devido à escassez, conseguem fazê-

-lo sem perder clientes.

O reverso apresenta-se quando o mercado está saturado e só baixando os diferenciais é que conseguem colocar a sua produção.

Mas como os petróleos leves têm maior rendimento económico, a baixa do diferencial pode fazer com que os compradores prefiram esses aos mais pesados, o seja, que a falta de um critério unívoco para dar um preço justo aos diferentes tipos de petróleo possa acarretar um quadro no qual alguns produtores considerem que, mediante essas baixas, outros produtores da OPEP entrem numa competição desleal.

Nesse período de crise passado, por exemplo, a Arábia Saudita quis impor aos produtores africanos um diferencial alto, pois afirmava que eles "roubavam" os seus clientes. A Nigéria, país de densa população e empenhado em grandes projectos, foi a que mais sofreu com a crise e viu-se obrigada a reduzir o preço antes da reunião de Londres.

O problema ainda existia em Helsínquia, pois o "crude" da Nigéria achava-se meio dólar abaixo dos demais leves da OPEP. Além dessa divergência, a Arábia Saudita insistia em que os diferenciais deveriam ser aumentados. É possível que essa falta d'acordo tenha sido supervalorizada pelo dramático quadro da conjuntura, mas assim como no caso anterior, só quando ficar estabelecido um critério uniforme e aceite por todos para os preços diferenciais dentro da OPEP, é que se terá afastado um obstáculo do caminho.

Uma coesão duradoura

Em síntese, a OPEP conseguiu manter o rumo num período muito adverso, pôde acertar um preço e cumprir com quotas que implicavam severos sacrifícios para cada um dos seus membros. Assim, conseguiu afastar os perigos que a ameaçavam.

Mas, para garantir para si o controlo do mercado a longo prazo, falta-lhe ainda acertar uma política de preços que leve em consideração os problemas aqui apontados e prolongue a unidade selada nesta emergência, numa coesão duradoura. □

As raízes profundas da América Latina

A recuperação do passado mais autêntico, os factos protagonizados pela gente humilde e desconhecida, como um dos caminhos para o reencontro da identidade perdida pela América Latina, é a proposta de "Memória do Fogo", uma trilogia do uruguaio Eduardo Galeano

Beatriz Bissio

SE a América Latina fosse uma mulher e alguém lhe pedisse para contar as suas histórias, que aconteceria? Recolher esses testemunhos vivos da história do continente é o que se propõe o escritor uruguaio Eduardo Galeano na trilogia na qual está a trabalhar e a que chamou "Memória do Fogo", "O livro fala de tudo", diz o autor. "Das cores, cheiros, sabores, do modo de comer e dos amores da América Latina... É uma tentativa de criação a partir de uma base documental certa, para conseguir que os mitos tenham tanta vida quanto tiveram ao nascerem na boca do povo, que os criou para perpetuar a sua memória."

Como o próprio Galeano comenta na entrevista exclusiva que deu a *cadernos do terceiro mundo*, "de certa forma, este novo livro é um parente do 'As veias abertas da América Latina', embora este, escrito há 13 anos, tenha sido elaborado com o objectivo de ser um livro útil, um manual para começar a abrir as portas do tema latino-americano para as novas gerações.

A história foi desfigurada, escondida pelos donos do poder. O livro conta o passado de forma a que o leitor o sinta como um tempo presente, para arrancar a história dos museus nos quais tem estado fechada a sete chaves e devolvê-la aos cenários da vida."

Galeano conta que sempre o impressionou a leitura de um livro de um antropólogo romano sobre os sacerdotes do Tibet. "Eram os sacerdotes que guardavam a memória colectiva, contando os acontecimentos do seu povo de tal maneira que, ao cabo de um dia e uma noite em torno de um círculo de terra, se falava de cavalos e se conseguia que as pegadas destes cavalos ficassem marcadas na areia. Ou seja: conseguiam o que qualquer narrador gostaria que algum dia acontecesse, contar algo de tal maneira que se tornasse real enquanto ele o está a narrar."

Levar por diante uma empresa como esta em relação à história da América Latina é o desafio de "Memória de Fogo".

"É uma espécie de romance em três volumes — agora estou a terminar o segundo — com milhões de

personagens. É também uma espécie de reportagem, como um livro meu anterior, 'Dias e noites de amor e guerra', uma reportagem em cima da minha memória pessoal. 'Memória do Fogo' é também uma entrevista com a memória da América, como se ela fosse uma mulher que pudesse sentar-se a meu lado durante muito tempo, e à qual eu arrancasse segredos, mistérios, perguntando-lhe quais foram as coisas que mais lhe doeram e quais as que lhe deram mais alegria.

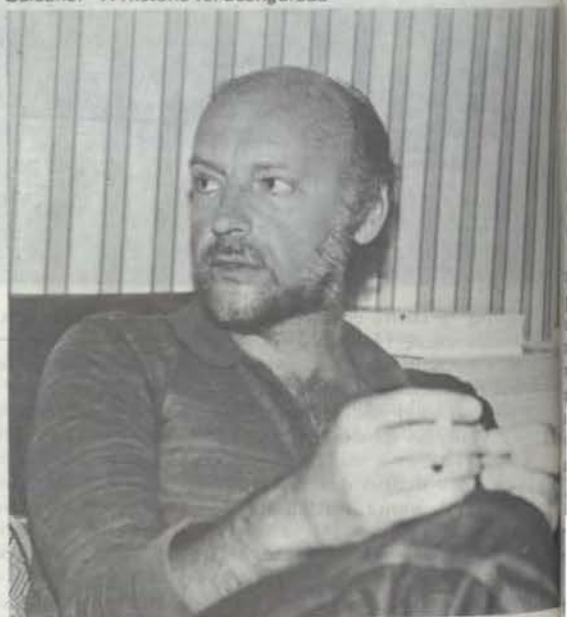
"O estilo é muito poético, mas de palavras densas. Não se trata de juntar metáforas, e sim de utilizar as que são imprescindíveis para que o texto ganhe força, brilho, poder de comunicação. A linguagem tem de ser mesmo um meio de comunicação, se não, não é Galeano: "A História foi desfigurada"

NASCIMENTOS
MEMÓRIA DO FOGO (I)



EDUARDO GALEANO

Beatriz Bissio



nada. Também há no livro uma tentativa de recriação da linguagem, despojada e poética, para que tenha vibração, transmita electricidade a quem o leia, cada página sangra quando tenha que sangrar se alguém quiser rasgá-la e que chegue até a chorar; que o livro seja capaz de fazer rir e de transmitir todos os prazeres possíveis deste mundo..."

"As pessoas mudam e isso prova que estamos vivos"

Quando perguntamos se os dez anos de exílio o marcaram, o fizeram mudar ou o enriqueceram, Galeano confirma que sim. "Mudei muito; eu mudo permanentemente. Acredito que a prova de que uma pessoa está viva é o facto de ela mudar. Não no essencial, nos princípios que nos levam desde criança à aventura da literatura, como um modo de expressão das grandes necessidades colectivas. Isto é, não a literatura como um exercício egoísta de contemplação dos labirintos do próprio umbigo, mas sim a literatura como um meio de transformação da realidade." "Já não escrevo como há dez anos, o que me parece bom, porque significa que não foram dez anos passados dentro de uma redoma de cristal."

Em relação à América Latina, estes anos forçosamente vividos fora da pátria, teriam permitido conhecê-la melhor? "Sem dúvida, por experiências novas que antes não havia tido e também por dispor de tempo para reflexão que antes tão-pouco tivera. A minha vida esteve sempre muito comprometida com o corpo-a-corpo, com a realidade mais imediata. Isso às vezes impede-nos de ter a distância necessária para ver as coisas com uma certa perspectiva crítica."

"Mas, além disso, o exílio foi uma longa lição de humildade e de paciência, uma experiência muito positiva."

Galeano considera que o seu livro não é uma auto-imposição, para uma eventual contribuição ao conhecimento do continente latino-americano. "Para um escritor que tem a palavra por ofício, dar-se ordens é o pior que pode acontecer."

"Tudo depende da alegria da mão", afirma. "Sairá muito mal aquilo que vier ditado por uma ordem da razão, ou seja, quando a consciência diz ao cérebro que ele deve obrigar a mão a escrever tais e tais coisas, porque são úteis aos demais."

"O processo dá-se ao contrário", afirma. "As coisas têm que sair do fundo das tripas. Surgir das entranhas por misteriosos caminhos difíceis de decifrar. Já escrevi algumas vezes sem estar realmente a sentir e o resultado foi muito mau. A pessoa tem que sentir muito fundo as coisas para que transmita aos demais emoções, convicções, prazer, curiosidade. A literatura de esquerda está cheia de textos *chatos* que não provocam indignação mas bocejos, embora tenham sido escritos com a intenção de criar indignação."

"Descobrir o que a história oficial despreza"

Para elaborar esta trilogia o escritor uruguaio procurou reler a base documental da história da



Bibliothèque, Paris

Recuperar o que foi menosprezado como "coisa de Índios" é o que Galeano propõe

América, "para descobrir acontecimentos que nunca tenham chamado a atenção, que a história oficial despreza por terem sido protagonizados por gente comum, ou por serem 'coisa de negros e de índios', ou que tenham sido motivo de atenção, mas que a história oficial desfigurou, torceu ou coagudou."

"Não fiz um trabalho erudito com documentos inéditos. Não estive nos arquivos de Sevilha a trabalhar durante meio ano à procura de manuscritos desconhecidos. É um livro de livros, que obrigou a 'queimar muitas pestanas' horas e horas em bibliotecas e casas de amigos, 'atrás do ouro'. E às vezes navegar nesses mares cansa, porque para um livro de 500 páginas pode haver uma só coisa que sirva. Mas aí o esforço valeu a pena. Pode parecer um trabalho erudito porque o primeiro livro tem 300 fontes e o segundo, 600. Não são livros que eu li especialmente para este trabalho. Já os conhecia há anos. O bichinho da história pica-me desde há muito tempo."

Um trabalho precursor? "Há na América, não só na América Latina como também nos Estados Unidos e na Canadá, movimentos muito interessantes de historiadores que não seguem a linha oficial de deturpação da realidade, e estão a converter a história num instrumento de revelação da realidade. Em certa medida, eu apoio-me nessa nova orientação dos historiadores que têm feito um bom trabalho de recuperação da verdadeira realidade."

"Há milhões de exemplos de coisas que estão escritas, mas que dependem dos olhos de quem as lê. Por exemplo: existe um relato, já publicado em várias línguas, de um marinheiro de Savona, Miguel de Cugno, que foi o capitão de uma das caravelas de Colombo na sua segunda ou terceira viagem às Antilhas."

"Os historiadores basearam-se muitas vezes nesse documento porque é um testemunho excelente das desventuras daquelas viagens e está cheio de dados



O choque entre as culturas europeias e americana é retratado no depoimento de Miguel de Cugno

muito úteis para os especialistas. No decorrer do seu relato, Cugno conta uma coisa que me interessa. É um facto concreto, que para mim é revelador. Assim como na vida quotidiana acontecem coisas que têm um significado maior do que elas mesmas, na história também.

"Cugno conta que Colombo lhe deu uma escrava, uma índia caraibenha muito jovem, nua. Ele levou-a para o camarote e ela resistiu. Diz que ela lhe batia e ele teve que açoitá-la várias vezes até que desmaiou. Quando ela caiu, ele violou-a. Ela acordou durante a violação, cravou as unhas nas costas dele e começou *ela* a fazer amor com ele. Esta era a primeira vez na vida de Miguel de Cugno — homem do renascimento europeu — que uma mulher tomava a iniciativa na relação. Ficou aparvalhado. E a conclusão a que chegou (que a mim me parece muito reveladora) é que 'estas índias são todas putas'. Penso que para dar uma ideia do choque de culturas que significou o primeiro encontro da América com a Europa, esta história é mais reveladora que vários ensaios sisudos."

O vestido de "poblana"

"Num livro de memórias de uma escocesa casada com um embaixador da Espanha no México em 1840, descobri uma outra história reveladora. O embaixador chamava-se Calderón de la Barca e foi o primeiro representante de Espanha no México, depois da independência. A sua esposa participava muito da vida na alta sociedade mexicana e escrevia muito bem. Tem um livro de memórias estupendo, um dos melhores testemunhos sobre a América Latina do século XIX.

"Entre outras coisas, ela conta que em determinada ocasião, se organizou um grande baile com os ricos da sociedade mexicana — um baile em benefício dos pobres, evidentemente. Aquele tipo de festa em que

os pobres ficam sempre a dever — e ela decide usar o vestido que mais gosta, o de *poblana*, ou seja, o da mexicana da cidade de Puebla de los Angeles, que depois se tornou no vestido típico do México. É uma mistura da tradição espanhola com algumas peças indígenas, como a faixa multicolorida. O vestido era muito bonito e ela decidiu usá-lo. Quando a notícia se espalhou, armou-se um enorme escândalo. E até o gabinete se reuniu para considerar o assunto. Isto também é revelador do tipo de assuntos que preocupava o governo mexicano da época, enquanto perdia o Texas e estava prestes a perder metade do seu território... O gabinete enviou dois ministros, do Interior e dos Negócios Estrangeiros, para falar com o embaixador e lhe advertir que seria muito mal visto que a sua mulher aparecesse assim vestida porque não era digno de uma senhora nobre. Também fizeram pressões através de amigos íntimos do casal. Aconselharam a que desistisse dessa louca aventura de aparecer vestida de mexicana numa festa da alta sociedade, que tal era coisa de plebeias e mulheres de vida fácil.

"A escocesa cansou-se de tantas pressões e acabou por ir vestida de aldeã da Escócia. Quando chegou à festa, reparou que as roupas das mulheres mexicanas eram imitações dos trajes europeus, que não havia um só vestido mexicano... Porque já naquele período a classe dominante mexicana desprezava o seu próprio país.

"A História parece-me reveladora, como também uma outra, que aparece no livro de memórias do chileno Vicente Pérez Rosales, escrito por volta do ano de 1830: Rosales instala no Chile uma fábrica de conhaque e com muita habilidade consegue que lhe façam uns rótulos muito bem impressos onde se dá 'conhaque francês'. E começa a vender o conhaque como se fosse francês. O negócio vai muito bem, ele ganha muito dinheiro como 'importador de conhaque francês'. Depois de algum tempo, tem uma crise de consciência. O seu coraçãozinho patriótico diz-lhe: 'Que estás a fazer, canalha, se este conhaque não é francês, é chileno?' Então decide contar a verdade. Muda os letreiros do escritório e os rótulos das garrafas: Deixa de ser 'importador' e passa a fabricante. As garrafas dizem 'conhaque chileno'. Ao fim de um mês, vai à falência.

"A história é reveladora porque mostra como a independência da América Latina deu lugar a um gigantesco processo de alienação, no qual as classes dominantes que herdaram o poder anteriormente exercido pelos espanhóis e portugueses foram incapazes de articular o desenvolvimento a partir da afirmação nacional. No fundo, sentiam nojo da sua própria realidade."

A outra cara da moeda

"A outra história é o oposto. Acontece na Califórnia, com a mesma personagem do conhaque. Como muitos chilenos, ele vai para a Califórnia quando se dá a explosão da febre do ouro, em meados do século passado. Vicente Pérez Rosales conta que começa a trabalhar nas minas, com outros chi-

lenos. Depois tem problemas (houve uma época em que os chilenos eram perseguidos) e resolve pedir conselhos ao bom deus Mercúrio tornando-se mercador. Fica a par de que nas minas de San Francisco estão a pagar fortunas por qualquer tipo de comida. Todos os micromundos mineiros da América nasceram sob o signo da fome, como Minas Gerais, por exemplo.

"Na Califórnia também havia problemas de abastecimento nos primeiros anos. Os alimentos valiam muito dinheiro. O chileno deu-se conta de que comprando em San Francisco uns quantos quilos de carne seca, umas latas de doce e uma lancha podia percorrer os acampamentos e ganhar mais dinheiro do que com o ouro. Então compra uma lancha e no momento de embarcar, um guarda aponta-lhe a espingarda e diz-lhe: 'Alto lá! O que era? O barquinho não podia navegar por qualquer rio dos Estados Unidos porque não tinha sido construído no país e porque o casco não era de madeira norte-americana. Isto acontecia nos Estados Unidos de 1849 ou 50! A história é justamente o oposto, porque mostra até que ponto já antes da guerra da secessão — 15 anos antes — e já com George Washington, os Estados Unidos começam a praticar uma política protecionista, de cuidadosa defesa do interesse nacional.

"Uma das razões da guerra de secessão é precisamente a dos escravagistas do sul quererem comprar roupas inglesas, mais baratas e finas que as das tecelagens do norte. Queixavam-se que as tecelagens lhes eram impostas desde as fraldas do recém-nascido até à mortalha do defunto. Esta foi uma das chaves do desenvolvimento dos Estados Unidos: tiveram sempre uma política de protecção e defesa muito estrita do interesse nacional. E continuam com ela, agora que estão à frente da maior parte dos países do mundo. Que teria acontecido se eles tivessem adoptado a política que se adoptou no sul, no México, de livre comércio e de portas abertas ao ingresso de mercadorias

estrangeiras? A indústria nacional nunca se teria desenvolvido.

"Ou seja, os Estados Unidos inventaram Milton Friedman para dar conselhos aos outros. Mas jamais no seu próprio processo de desenvolvimento teriam dado atenção a essas maldições.

"Este é o tipo de questões que a trilogia que estou a preparar, aborda. O risco é que o trabalho se converta num anedotário. Não o quero porque me parece que esse tipo de literatura causou prejuízos à consciência dos leitores. Ricardo Palma, em 'Tradições Peruanas', faz uma crónica social desse período. E não me parece casual que quando o Peru é derrotado pelo Chile na Guerra do Pacífico, Palma lance a culpa dessa derrota sobre os índios, essa raça 'abjecta e degradada'. Mas eu não sou cronista social. Não quero essa literatura, digamos oficial, na qual o índio morto é sempre digno de elogio e admiração, mas para a qual, em troca, quando o índio está vivo é sempre incómodo.

"Não quero um anedotário, nem uma manta de retalhos. Tem que ser uma série de histórias significativas com um fio condutor secreto que as ligue por baixo. Aparentemente, não têm nada a ver umas com as outras — uma acontece nos Estados Unidos e outra no Chile — mas no fundo é a história projectada para os tempos actuais com uma outra proposta, de uma América possível."

As raízes históricas

E que América possível é esta que Galeano pretende esboçar para os seus leitores através desse retrato histórico, das pinceladas que traça da conduta de certas camadas sociais do continente?

A proposta é mergulhar na história para tornar as raízes da identidade latino-americana. "Este projecto de realidade possível tem que ser feito a partir

"Sempre fui cigano"

"EU quero voltar ao Uruguai. Sempre fui cigano, andei por muitos caminhos, mas senti-me sempre muito uruguaio. Acho que se não tivesse tido a formação política e cultural que o Uruguai me deu — e que algumas pessoas no Uruguai me deram, como o dr. Carlos Quijano (N.R. — director da revista "Marcha" da qual Galeano foi secretário de redacção) e Viviani Trias (dirigente socialista), que morreu sem conhecer o resultado do plebiscito no qual o povo uruguaio disse NÃO à ditadura, não teve essa alegria — se não tivesse tido todas estas coisas e o desenvolvimento de uma consciência latino-americana e anti-imperialista no quadro do Partido Socialista Uruguaio, depois na *Marcha* e no trabalho na Universidade, no vínculo com a luta sindical e com a luta política, se não tivesse acontecido tudo isto, eu não seria a pessoa que sou. Sou feito deste barro.

"Por isso, não sinto este trabalho actual es-

tranho ao Uruguai. Nem incompatível com as necessidades de ressurreição do nosso país. Afinal de contas, sempre tive a ideia de que o Uruguai faz parte de outra realidade latino-americana mais ampla, que nada da América lhe é alheio.

"Sinto que não estou a fazer nada de diferente do que faria se estivesse na minha pátria. Simplesmente, a experiência do exílio permitiu-me empreender coisas de maior envergadura. 'O vento sopra onde quiser', diz a Bíblia. Mas para que o vento sopra, temos que deixar a janela aberta. Se estiver fechada, não nos damos conta de que o vento está a soprar. Acho que se voltar para o Uruguai, vou continuar a fazer o que sempre fiz. Não me vou dar ordens. Tenho a certeza da minha identidade e uma prova disto é que duvido dela todos os dias. Esta identidade não depende do meu domicílio. Vivendo em Hong Kong ou em São Paulo, no México ou em Paris, continuarei a ser o que sou..."



As classes dominantes foram incapazes de conseguir a afirmação nacional

das raízes históricas mais profundas, ser um projecto ao serviço do futuro. Porque estas raízes nos pertencem a todos, inclusive aos filhos do mais recente imigrante japonês de São Paulo. No entanto, não as conhecemos, foram desfiguradas."

Galeano considera importante, por exemplo, neste contexto, o trabalho de um pequeno grupo de psicanalistas dos Estados Unidos que prepararam documentos dos frades jesuítas franceses. Os manuscritos provam que os índios *hurões* e os *iroqueses* praticavam na América formas de psicanálise muito parecidas com as que a partir de Freud começam a ser praticadas na Europa. O mundo dos sonhos teve muita importância na cultura clássica, e depois ficou submerso durante séculos pelo cristianismo, que teve medo dos sonhos. Até que em Viena reaparece com força, a partir de Freud.

"Mas, nas chamadas culturas primitivas, o mundo dos sonhos nunca deixou de ser importante. E os testemunhos desses jesuítas franceses são apaixonantes.

"Ninguém é mais stalinista que Reagan"

NOS últimos tempos e por vários motivos, Galeano esteve várias vezes na América Central. "Sinto-me muito ligado à revolução nicaraguense", afirma. É um processo muito importante para a América Latina em muitos sentidos. Existe uma operação montada, implacável, para sufocar a revolução e a desfigurar, para a obrigar a deformar-se.

"Ninguém é mais stalinista que Reagan no mundo contemporâneo", acrescenta. Ele tem um

Eles não entendem o que está a acontecer no século XVII, no Quebec e discutem se se trata de mera estupidez ou da presença do demónio, que teria metido o rabo entre os índios, carne sempre disposta a cair em tentação. O que acontecia? Os índios tinham intérpretes profissionais dos sonhos. Acreditavam que o sonho falava uma linguagem de vários símbolos e que a alma se expressa através destes. A alma tem desejos escondidos. O corpo ignora-os. Ela conta ao corpo quais são esses desejos e se ao amanhecer ele não lhes dá importância, a alma aborrece-se e faz o corpo ficar doente ou mata-o.

"Havia sonhos particulares e sonhos da comunidade. Sonhos que pertenciam ao indivíduo que sonhava, e sonhos que pertenciam a todos. Quando alguém sonhava algo que pertencia a todos, no dia seguinte compartilhava-o com os demais. Os jesuítas diziam: 'Como são preguiçosos, deviam estar a trabalhar'... Os sonhos eram depois dançados ou cantados por todos. Era então que os padres ficavam preocupados. O que irá acontecer, diziam, se começarem a considerar que os sonhos são expressão da voz dos deuses e um dia alguém sonha que estripa um padre? Um deles acalmava os demais: 'Não se preocupem, isso já ocorreu, e não aconteceu nada. O que se tem a fazer é dar-lhes uma batina rasgada, e eles acabam de a rasgar, ou seja, os índios faziam uma catarse, uma espécie de terapia simbólica.

"E a riqueza é enorme. Há tanto material escondido, por recuperar... Com os negros, por exemplo. Os escravos que atravessaram o mar não vieram sozinhos. Vieram acompanhados dos seus deuses. Parece-me muito importante que os deuses da terra, como os deuses da fecundidade, tenham caído na água. Nenhum deles sobreviveu à travessia. Que interesse podia ter um negro em invocar a fecundidade para que a sua mulher parisse mais escravos? Que interesse podia ter um escravo em invocar as forças da fecundidade para que a terra desse mais frutos para o amo, se isso ia implicar mais trabalho para

projecto claro de expansão do poder imperialista, e isto implica operações de hostilização, de bloqueios, de asfixia dos processos revolucionários. No caso da Nicarágua isto é muito claro. Trata-se de cantarolar aquela antiga melodia cada vez que surge uma experiência revolucionária na América Latina, nascida das necessidades nacionais e com raízes históricas profundas: "Existe aí um segundo violino da Sinfónica de Moscovo". Subestima-se a capacidade latino-americana de criação e mudança.

"Surge então uma experiência como a da Nicarágua e eles alegam que é um assunto de confronto de blocos, do conflito Leste-Oeste, uma ameaça soviética, como se disse anteriormente na Guatemala, na República Dominicana, Chile, Cuba. É o cavalo de batalha predilecto. Eu acho que é exactamente o contrário. Estive várias vezes na Nicarágua e não há o menor vestígio de stalinismo. São os norte-americanos que estão a fazer o possível para que a Nicarágua se stalinize

ele? Parece-me de grande dignidade que os escravos só tenham trazido para a América os deuses guerreiros.

"Como me parece igualmente importante reivindicar mil aspectos dessas culturas de África que desconhecemos, porque desse continente só sabemos o que nos ensinou Tarzan, e isso é muito grave.

"Para um trabalho como o que estou a fazer são muito importantes as chaves religiosas dos *yorubá* e *magô*, que acreditavam e acreditam que cada um de nós tem duas memórias. A memória que se vai desintegrar como a cara de barro que usamos no mundo, que morrerá connosco, e aquela outra que, em troca, é imortal, invencível, que é a memória colectiva. Não será isto o que me ajuda e me guia no momento de recuperar a história da América? Não é isto, no fundo, o que qualquer um quer: vencer a própria morte, incorporando-se no imenso rio da memória colectiva, que não vai parar de fluir enquanto existir vida?

"Até o título da trilogia surge na sequência de um provérbio que os escravos trouxeram para a América. O livro chama-se 'Memória do Fogo' porque os escravos costumavam dizer que a erva seca incendeia a erva húmida."

O jornalismo é uma forma de literatura

Durante muitos anos, Galeano exerceu a profissão de jornalista. "Eu escrevia como algo de marginal, para mim o fundamental era o jornalismo", diz, lembrando esses anos. Foi director de jornais e de revistas no Uruguai. Aos 24 anos era director do semanário *Época*, de Montevideo, do qual guarda boas recordações: "Além de fazer os editoriais e de dar as mil voltas que tínhamos que dar para conseguir o papel da edição do dia seguinte, tinha o prazer de escrever o horóscopo e de fazer uma ou outra crónica de futebol."

Quando há uma revolução tão acossada, com sabotagens tão implacáveis como as que a Nicarágua está a sofrer, as necessidades de defesa militar começam a prevalecer sobre as demais, pois o mais importante é sobreviver. Ao preço que for. Seria o caso então de se militarizar a vida política e cultural. É o que Reagan gostaria. Poder chegar a transformar essa sociedade num quartel. Para voltar a dizer aquilo que sempre dizem dos pobres, que o subdesenvolvimento é um destino histórico, que estes povos estão condenados à opressão desde que nasceram, que apenas têm o direito de trocar uma ditadura por outra.

"Eles, que têm montada a indústria multinacional das ditaduras, como centros no Panamá e nos Estados Unidos, que fabricam nos seus moldes cada um dos ditadores da América Latina, são agora os campeões da democracia e estão a fazer a apologia das urnas. Dá vontade de chorar de emoção...

"O problema da Nicarágua são as enormes di-



"Procurar as raízes da nossa própria identidade", é o objectivo de "Memória do Fogo"

"Penso que a experiência do jornalismo de todos esses anos foi útil como são úteis as mil curiosidades que uma pessoa traz consigo, que fazem com que alguém possa ouvir uma receita de feijoada com tanto interesse quanto as últimas notícias do Uruguai ou uma gravação de relatos sobre os mitos dos índios da Bolívia, que algum amigo acaba de lhe enviar. Isto de ser especialista em assuntos gerais não é um defeito. O que é um horror é esse processo de espe-

ficuldades herdadas pelo governo sandinista, um país arrasado pela guerra e pelo terremoto que sacudiu Manágua. O facto de ser um país pobre tem influência no que está a acontecer. E é preciso destacar alguns elementos: primeiro, que eles atacam as zonas ricas em café e algodão, das quais a Nicarágua depende para obter as divisas imprescindíveis para poder transformar o país. E segundo, que aqueles que atacam esta revolução — supostamente traidores da democracia — são os carrascos perdoados. Não existe na história uma revolução mais generosa que a nicaraguense. Nunca houve uma revolução em que *ninguém* fosse faliado. É a primeira vez que isto acontece. Se os nicaraguenses exageraram nalgum sentido foi na generosidade. Foram de uma clemência e de uma amplitude inverossímeis. E estão a sofrer agora o ataque dos carrascos de uma ditadura de 40 anos, que querem recuperar o poder. De assassinos profissionais que agem em nome da democracia. Poucas vezes se assistiu na América a semelhante farsa."

cialização progressivo que faz com que cada pessoa conheça apenas um pedacinho do mundo sobre o qual está autorizado a falar pela sua função especializada. É que, isso de se perder de vista a floresta para nos estarmos com a arvorezinha, pode gerar monstros.

"Eu escrevi coisas bem narcisistas, como cartas de amor ditas em frente ao espelho, mas o jornalismo digamos que me ajudou a sair dessa etapa e a entender que os outros são mais interessantes como tema que nós mesmos.

"Acredito que o jornalismo é uma forma de literatura. A literatura não consiste apenas em escrever livros. E só uma concepção elitista da literatura conseguiu que o livro se tornasse num objecto sagrado, e lhe deu um carácter de *fetiché*, categoria de arte. Sem se darem conta que qualquer mensagem escrita é literatura, tenha a forma que tiver. E que é o conteúdo que define a forma que a mensagem terá. Há coisas que nos obrigam a invadir o espaço de um livro, como o projecto no qual estou agora a trabalhar. Em compensação, há textos que pedem o espaço curto de uma revista ou jornal. Não há contradição entre uma coisa e outra.

"Foi este truque que permitiu que o nível do jornalismo seja péssimo, e péssimo com impunidade, porque se diz: 'Isto não é literatura'. Para escrever bem, vamos escrever livros.

"Há livros excelentes que têm ajudado o homem a desenredar-se das cordas que lhe atam pernas e mãos e a arrancar a mordalha e a venda dos olhos. Mas também há livros que têm servido de jaulas para que o prisioneiro se sinta à vontade na prisão que ocupa. Pelo facto de ser livro não é bom ou mau em si mesmo, como tão-pouco a televisão tem culpa dos programas que servem para anestesiar as pessoas. A culpa do crime é do assassino, nunca da arma."

"Há intelectuais reaccionários que querem ser donos da cultura"

O escritor de hoje tem saudades do jornalista que ontem editou uma revista como *Crisis*, dedicada à divulgação cultural e que chegou a vender 35 mil exemplares?

"Para mim a tarefa é a mesma", afirma Galeano. "Escrever esta trilogia é uma forma de conversar com as pessoas. *Crisis* foi igualmente feita para conversar com as pessoas. Qualquer concepção de cultura que parta do princípio de que esta é feita por alguns

poucos — os escolhidos pelo dedo de Deus para difundir as luzes para as massas que vivem na escuridão, condenadas à ignorância —, tem uma concepção reaccionária. É isto que inclusive muita gente de esquerda sustenta, sente que acredita que o sistema capitalista impede a imensa maioria da população de conseguir ouvir a mensagem da verdade, que uma minoria selecta tem guardada para si mesma.

"É uma concepção elitista e messiânica da cultura e o problema nasce de uma espécie de auto-adoração do intelectual, que determina a sua própria tarefa passando por cima da realidade. No dia em que os meios de produção pertencem à colectividade, a cultura, em troca, continuará a ser o meio de propriedade privada mais cuidadosamente defendido. Porque, no fundo, são mais reaccionários os intelectuais que querem continuar a ser os donos da cultura, do que o presidente da *General Motors* que se apega ao seu interesse material.

"A revista *Crisis* foi posta ao serviço de outra concepção de cultura. Lutávamos para que o direito de criação fosse de todos. Não se trata só de lutar pela satisfação das necessidades materiais. Rosa Luxemburgo não se equivocou quando disse que o socialismo não é apenas um assunto de garfo e faca. Um homem que tem a barriga vazia viverá preso à sua necessidade e provavelmente não se dará conta que havia um Leonardo da Vinci ou um Shakespeare dentro dele. Os outros terão perdido o que dele poderiam ter recebido. Isto não significa que eu pense que um Cervantes, um Leonardo ou um Shakespeare não foram excepcionais. Foram e continuarão a sê-lo. Trata-se, sim, de permitir que toda a imensa quantidade de talento criador guardado no íntimo do povo possa ser projectada para toda a sociedade e não seja bloqueada de antemão por concepções racistas e elitistas da cultura.

"Por isso há uma continuidade entre o que fiz em *Crisis* e o que faço actualmente. Com aquele grupo de companheiros que depois foi engolido pela ditadura — porque uma boa parte deles foram assassinados ou desapareceram na névoa a partir do golpe de Estado de 1976 na Argentina —, o que fazíamos era recuperar a história dos que nunca foram consultados, dos verdadeiros protagonistas da História. Porque a História foi feita pelos analfabetos, pelos mortos de fome, pelos humilhados, que foram os que sempre tiveram mais mortos nas guerras. E quando as guerras terminaram, no momento de repartir, não receberam nem um miserável pedacinho do bolo." □

"Tive mil profissões"

COMO se iniciou na literatura? Muitos leitores de "As veias abertas da América Latina", obra que consagrou Eduardo Galeano a nível internacional, já se poderão ter feito esta pergunta, "Tabalhei em mil profissões" conta Galeano, "O

facto de ter trabalhado em mil coisas colocou-me em contacto com diferentes realidades. Entre outras coisas, trabalhei num banco, além disso fui operário numa fábrica de insecticidas, cobrador e taquígrafo. E desde garoto, desde os 14 anos, comecei a fazer jornalismo. A princípio como desenhista/cartoonista e depois a escrever. O jornalismo fez-me muito bem. Ensinou-me a escrever com clareza".

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-DL.
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

Património cultural de nós todos

Guiomar Belo Marques



"Não me canso de ver e de pasmar. A fortaleza, as igrejas, a mesquita, os palácios, as moradias, as cubatas... fraternidade, cobiça e sabedoria ancoradas em pleno Índico. E tudo certo, tudo ao mesmo tempo insólito e natural, como deve ser a vida..."

Miguel Torga in "Diário XII"

SÃO três quilómetros de comprimento de ilha, por 350 metros de largura média. É uma paisagem africana, de clima ameno, com culturas que coexistem e se entrecruzam, reflectidas no aproveitamento dos espaços, na arquitectura, na vida. É uma memória colectiva, agora registada em mais de cem painéis e num diaporama.

A iniciativa de realizar esta exposição sobre a Ilha de Moçambique surgiu na sequência da necessidade cada vez mais premente de encontrar formas para a preservação daquilo que é já considerado património mundial e partiu de um pequeno trabalho conjunto entre

os Ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Moçambique, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Unesco.

"Ou se faz uma intervenção urgente, ou não haverá nada para recuperar. É preciso evitar que tudo se desmorone", referiu em entrevista concedida a um semanário de Lisboa, Luís Bernardo Honwana, secretário de Estado moçambicano, que inaugurou a exposição conjuntamente com Ramalho Eanes, no passado mês de Agosto.

Patente ao público até ao próximo mês de Outubro, a exposição deverá ser encerrada pelo presidente Samora Machel por ocasião

da sua primeira visita oficial a Portugal.

Situada no oceano Índico e ligada a terra desde os anos sessenta por uma longa ponte, a ilha de Moçambique encontra-se à mesma latitude de Nampula, ao norte da República Popular de Moçambique. Paraíso desejado de escritores desde que, a 1 de Março de 1498, Vasco da Gama ali aportou, de caminho para a Índia. Camões a escolheu para nela continuar, ao longo de dois anos, a sua epopeia "Os Lusíadas".

Até ao século XIX o crescimento da ilha dá-se progressivamente e sem grandes explosões. A primeira feitoria data de 1502 e é Duarte

Melo, primeiro feitor da ilha, quem manda construir em 1507 a primeira fortaleza com o objectivo de assim aproveitar a boa localização geográfica da ilha, no contexto das travessias do Índico. Dois anos depois é construído o Forte de S. Gabriel.

Começando a ganhar real importância com a assinatura do Tratado da Índia, parece ter sido após um cerco efectuado à ilha pelos holandeses que Sebastião de Macedo resolveu iniciar a construção da Cisterna Grande, em 1606, no interior da Fortaleza de S. Sebastião para assim abastecer de água as tropas e a população portuguesa.

Mas é no século XVIII que a ilha inicia o seu maior florescimento com a separação de Moçambique do Governo da Índia, decretada pelo posteriormente Marquês de Pombal. Em 1716 a ilha de Moçambique passa a vila com Senado de Câmara e a 17 de Setembro de 1818, a cidade. Quando, em 1898 a sede administrativa da colónia é transferida para a então Lourenço Marques, inicia-se a decadência social e económica da ilha na sequência da deficiente ligação que, a partir de então, se passa a verificar entre ela e o continente.

tugueses coube a tarefa de a "ocidentalizar" à maneira lusa, ou seja, de a transformar numa magnífica simbiose cultural, de cunho ora oriental, ora africano, ora muçulmano, ora português. A Ilha de Moçambique é, com efeito, uma magnífica mistura da qual os portugueses terão sido, certamente, a trave-mestra. Tal como pioneiros na ligação encetada entre a Europa e outras culturas, os portugueses reproduziram na ilha de Moçambique, a confluência possível entre gentes distantes no espaço, na mentalidade e nos costumes.

Actualmente, muitos anos depois de os portugueses terem perdido o interesse comercial por aquela ilha indica, as marcas do passado permanecem, numa arquitectura que urge preservar, nos hábitos e



Entre Diu e o Algarve

Marcadamente oriental nas suas gentes, cultura e hábitos, aos por-



costumes da sua gente, nas diferentes raças que ali se podem encontrar, nos trajes ainda hoje usados.

Passear na ilha de Moçambique é tropeçar na História dos homens, é viajar da Índia ao Algarve, passando por África. As ruas estreitas, as calçadas e arcos traem as raízes muçulmanas que correm em sangue português. As palmeiras, o verde do mar, o azul do céu, o "m'siro", seiva leitosa com que as mulheres decoram a cara durante o dia, os fatos coloridos e variados, dão a marca africana à ilha.

É tudo isto, todo este testemunho cultural e histórico que importa preservar. É este repositório de nós todos, humanidade de hoje, que urge defender.

A exposição sobre a ilha de Moçambique é um primeiro passo para a defesa de um património que é de todos. É um alerta e um apelo, apenas começo. É necessário prosseguir agora, no terreno, a defesa da ilha, na qual se têm destacado os técnicos holandeses.

O arquitecto Viana de Lima, responsável por todo o levantamento efectuado sobre a ilha, e pela concretização da exposição, apresenta algumas propostas "para uma recuperação integrada da estrutura urbana da ilha". Pela sua importância e valor, aqui as reproduzimos, na síntese apresentada na introdução do catálogo da exposição:

"Sem dúvida que compete à

Unesco classificá-la como Património Cultural da Humanidade, mas cumprirá ao Estado de Moçambique defendê-la e revitalizá-la, tornando-a viva e progressiva nos campos da cultura, do ensino e do turismo, o todo integrado no desenvolvimento sócio-económico, com base em adequado estudo urbanístico, tendo em vista salvar essa bela Cidade Histórica.

Para tanto se deverá ter em conta a noção de "Conservação Integrada", implicando uma política cujos objectivos fundamentais se apresentam em quatro direcções de acção conjugadas, assim anunciadas:

- Necessidade de sustar as destruições;
- Combater a degradação;

— Garantir uma existência futura;

— Manter adequadamente o estabelecimento humano, combatendo os factores de desequilíbrio nas mutações sociais." □



Guia do terceiro mundo



Economia
História
Geografia
Política

Mapas
Fotografias
Dados Estatísticos
de Todos os Países
do Mundo

Guia do
terceiro
mundo
1983

1983

Indispensável elemento
de consulta para melhor
conhecer 3/4 da humanidade

Uma edição da Tricontinental Editora, Lda.

Uma obra-prima

Não seria, obviamente, necessário que Gabriel Garcia Márquez escrevesse esta "Crónica de uma morte anunciada" para que todo o mundo o considerasse um dos maiores escritores vivos deste século e para que, largamente, merecesse o Prémio Nobel há pouco concedido. A sua anterior obra, em especial, esse pasmoso "Cem anos de solidão" já o consagravam como figura máxima das letras sul-americanas e mesmo do mundo.

Segundo a publicidade à edição portuguesa terá sido, todavia, esta "Crónica" o livro que, definitivamente, espoletou a atribuição do Prémio pela sorumbática Academia Sueca.

Trata-se, afinal, de uma curta narrativa de 150 páginas, em corpo grande, espécie de breve história lativas de Márquez. Apetecia dizer obra de mais fôlego em que congeminasse, por lhe achar dimensão e *suspense* bastantes para se independentizar. Ao fazê-lo, Garcia Márquez tornou possível, pelo menos, que certo público, menos afeito ao contacto com livros de maior volume, pudesse conhecer algo do seu universo de ficcionista. E digamos que "Crónica de uma morte anunciada" é, realmente, um extraordinário texto-resumo das quase incríveis capacidades fabulativas de Márquez. Apetecia dizer que ela consubstancia, em pequeno formato, toda a sua obra anterior. Por um lado, o exotismo do mundo sul-americano, colombiano e não só, a poderosa inventiva do escritor, visível, sobretudo, na facilidade (trabalhadíssima) com que encadeia as cenas mais simples e chãs com outras de estatura fantástica, a permanente linha unificadora de todos os seus livros, que reside no drama humano, quer ele se veicule na situação trágica mais elementar, quer se envolva de uma teia fantasmagórica, de resto, sempre procurada no real; por outra banda, a inultrapassável virtualidade de Márquez para, com

Gabriel
García
Márquez
Crónica
de uma
morte
anunciada

poucas frases, nos transmitir o bruxedo realíssimo de um ambiente, a força às vezes, brutal, quase sádica, com que descreve as cenas e, acima de tudo, uma inesgotável ternura (aparentemente distanciada) pelo ser humano, ainda que ele, à face das regras, possa ser considerado um criminoso ou marginal.

A assombrosa história desta "Crónica de uma morte anunciada" (que notável guião cinematográfico de um filme que, por certo, não vai deixar de se fazer!) em que um homem vai ser morto, cruelmente, por, pretensamente, ter violado uma jovem que, entretanto, casara com outro, é um prodígio de técnica narrativa, com avanços e recuos, acções paralelas, inserções, previsões, mudanças de ritmo, tudo num crescendo de escrita quase alucinante, corrida, rápida, certa, económica, que faz do texto algo cuja leitura é imparável para o leitor que a inicie. Um homem que vai ser assassinado com o conhecimento de toda a pequena comunidade em que vive (predestinada, fatalmente, a colocar-se em posição de espectadora), que morrerá por ter, hipoteticamente, ofendido um preconceito, sem que um braço ouse erguer-se em sua efectiva defesa (ele que é amado e bem visto por essa comunidade), sem que a própria autori-



dade local, sabedora do crime que se prepara, se lhe oponha eficazmente.

Estamos assim face a uma tragédia moderna na mais pura asserção grega. Um erro (eventual) do herói, a culpa, o inelutável castigo que os comparsas, como um coro, lamentam, mas contra o qual não agem, como se os novos deuses (aqui a força dos preconceitos) não pudessem ser desafiados e, muito menos, combatidos.

E, deste modo, a ficção de Garcia Márquez vai mais além. "Crónica de uma morte anunciada" lança à nossa reflexão um problema quase diríamos filosófico: o do poder do preconceito retrógrado como o deus ex-machina das sociedades morais subdesenvolvidas. Que tanto podem existir na Colômbia ou na América do Sul, territórios característicos do subdesenvolvimento económico, como na velha Europa em pontos que talvez não andem longe do universo sociopolítico da América Latina. Seria útil lembrar, por exemplo, o poderio do preconceito na Itália industrializada e, um pouco menos de espantar, em Portugal (seria interessante, exceptuada a forma, comparar-se esta "Crónica" do escritor colombiano com a obra de Bernardo Santareno em especial "A Promessa" e "O crime de Aldeia Velha").

Em resumo, "Crónica de uma morte anunciada" é uma obra-prima cuja leitura se torna indispensável a qualquer pessoa minimamente interessada em literatura e maximamente curiosa do mal conhecido mundo da América do Sul.

Orlando Loureiro

Título Crónica de Uma Morte Anunciada
Autor Gabriel Garcia Márquez
Tradutor Fernando Assis Pacheco
Editor O Jornal
Lisboa, Julho de 1983

O negócio da fome

Desde o seu primeiro número que a colecção de Publicações Dom Quixote "Para principiantes" marcou uma posição originalíssima no panorama editorial português.

A aliança da escrita com a banda desenhada, ao serviço da divulgação de grandes temas ou grandes homens do nosso tempo, corresponde a uma necessidade característica da nossa época com a passagem do visual para o primeiro plano da comunicação entre os homens.

O último número desta colecção segue o esquema dos anteriores. Susan George escreveu e Nigel Paige ilustrou um texto intitulado "Alimentação para principiantes". Trata-se, como o nome imediatamente indica, da abordagem de um grave problema da humanidade — o da alimentação que o mesmo é dizer-se o da fome — em termos o mais simples possível, a que a ilustração, sempre bem humorada, sem deixar de ser exemplarmente atenta e eficaz, empresta uma maior penetrabilidade.

Analisando a produção e a distribuição dos alimentos, desde os recuados tempos pré-históricos até aos nossos dias, os dois autores desmistificam muitas das razões que, normalmente, se apresentam como causa do desequilíbrio alimentar no Terceiro Mundo e, a



partir daí, apontam caminhos e soluções.

Oitocentos milhões de pessoas em todo o mundo não se alimentam suficientemente ou, por outra, passam mesmo fome e daí o inaceitável e criminoso índice de mortalidade adveniente.

Mas o problema da fome é, também, um negócio de grandes dimensões económicas. Ela só existe precisamente porque esse negócio prospera. As razões por que as pessoas passam fome não são misteriosas. A fome das massas humanas a ela sujeita, não é uma calamidade natural, ao contrário do que certos sistemas económicos querem fazer crer. A fome é criada e mantida por decisões humanas,

por minorias que tiram proveito do subdesenvolvimento. E, como em todas as circunstâncias idênticas, é necessário que as populações que sofrem o flagelo que lhes é imposto conheçam as suas causas e se armem das armas que possuem para erradicar as razões do morticínio. Como é também necessário que, nos países onde o martírio da fome não existe, as pessoas conheçam a fundo o problema para, de facto, poderem auxiliar os deserdados na sua luta por um reganho da dimensão humana a que têm direito.

Esta obra de Susan George e Nigel Paige é um excelente trabalho de divulgação por um lado, e por outro, um violento libelo acusador e um expositor claro e eficaz do que há a fazer para terminar, no mais breve prazo, com o problema da fome. Só os povos esclarecidos podem contribuir para o progresso humano em todos os capítulos.

O. L.

Título — Alimentação para principiantes

Autores — Susan George e Nigel Paige

Colecção — Para Principiantes

Editor — Publicações Dom Quixote, Lisboa, Maio de 1983



Duzentos anos de presença negra

*Pela primeira vez no Brasil,
o negro-imigrante compulsório —
é homenageado oficialmente num projecto
que recupera as suas histórias e cultura*

Enrique Menezes



Giba: recuperar as raízes negras

ESTÁ-SE a desenvolver desde o passado dia 24 de Julho e até 20 de Novembro, o projecto "Feitoria — Mais de 200 anos do negro no Rio Grande do Sul", que consta de palestras, debates, *shows* e exposições de fotografias, sobre o negro no Brasil. Durante a realização do projecto será dado um curso de 40 horas, no Centro de Professores do Rio Grande do Sul, onde serão tratados, entre outros, os temas: As sociedades negras na África pré-colonial; O contacto com o europeu; O tráfico de escravos; características, intensidade e consequências; O papel do tráfico no processo colonizador; O escravo negro e o processo económico no Brasil; O negro e a cultura brasileira; O negro e a sociedade de classes; Movimentos negros de libertação, Brasil e África; O negro no Rio Grande do Sul, etc.

A comissão organizadora é presidida pelo compositor e autor Gilberto Amaro do Nascimento (Gibagiba) e a coordenação geral está a cargo de Maria Betânia do Nascimento, sua companheira. Ângela Baldino é a coordenadora de produção.

Gibagiba assinala que o projecto nasceu a partir da sua experiência pessoal, quando foi convidado a participar do Festival Teuto-Rio-grandense, em Taquara, no interior do Rio Grande do Sul, zona de colonização alemã. "Como artista negro fiquei honrado com o convite", afirma, "e quis saber o que tinha a ver o negro com a colonização alemã. Fomos descendo na história e encontramos a Feitoria

do Linho Cãnhamo, que foi a primeira entrada oficial dos negros no Rio Grande do Sul, em 1783. Esta feitoria durou 40 anos. Com a chegada dos imigrantes alemães, os negros tiveram que sair de lá, pois eles tinham um código que lhes proibia ter escravos. Os negros foram então deslocados para os pântanos, em Pelotas. Foi esse, provavelmente, o trabalho mais penoso de todos os escravos do Brasil. A vida útil de cada escravo era de 4 a 5 anos. Foi isso que sustentou a economia do Rio Grande do Sul, durante muito tempo."

"O Projecto Feitoria é importante porque o Estado do Rio Grande do Sul vinha homenageando com regularidade os seus imigrantes: o centenário da imigração italiana, o sesquicentenário da imigração alemã, etc. Há três anos, quando fizemos a música 'Feitoria', consultámos mais de 20 órgãos, ficámos meses na biblioteca, para a fundamentação histórica do projecto. Todos os dados coinci-

diam com a mesma data: 1783. Consequentemente 1983 é o bicentenário da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, mais de 200 anos de presença negra no Rio Grande do Sul. Esta data é um marco para reflexão."

Consciencializar o negro

Os antecedentes do trabalho de pesquisa realizado por Gibagiba e Maria Betânia estão no seu próprio trabalho na colecta de subsídios ao texto da Missa dos Quilombos — escrito por D. Pedro Casaldáliga e musicado por Milton Nascimento —, que foi encenada em Minas Gerais.

"O projecto Feitoria — acrescenta Gibagiba — teve apoio multipartidário e foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Vereadores de Porto Alegre.

"A grande importância deste projecto é a consciencialização do próprio negro. Tanto histórica como sociologicamente o que ocorre é que o negro não tem consciência da sua própria cultura", afirma Ângela Baldino, coordenadora da produção do projecto Feitoria. "Como pode o negro reivindicar algo que ele próprio desconhece? Outro assunto importante é que se trata da primeira manifestação oficial que se faz no Brasil ao imigrante compulsório que foi o negro." Dia 20 de Novembro realizar-se-á em Porto Alegre a grande festa de encerramento, com a participação de importantes nomes da arte e da cultura negras. □

Angola: seminário sobre línguas nacionais

O Instituto Angolano de Línguas, em colaboração com a Secretaria de Estado para a Cultura, realizou no início de Agosto, em Luanda, um importante seminário sobre as seis línguas nacionais utilizadas por vastos sectores da população deste país.

A reunião procurou unificar e regulamentar os sistemas fonéticos e fonológicos das línguas *kicongo*, *kimbundo*, *ichokwe*, *umbundo*, *mbunda* e *kwanyama*, bem como apresentar projectos para a sistematização dos respectivos alfabetos.

O material elaborado para o seminário foi recolhido a partir da linguagem oral, graças à qual estas línguas sobreviveram depois de séculos de colonialismo.

O material ouvido e estudado no seminário foi submetido a uma análise prévia, da qual resultou a sua transcrição fonética, tendo como ponto referencial o alfabeto fonético internacional. Os sistemas gráficos das seis línguas foram elaborados com base na ortografia internacional para a transcrição de línguas, especialmente as africanas, do Instituto Africano Internacional de Londres.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Angolano de Línguas levaram os especialistas não só a recolher material *in loco*, como ampliaram ainda a participação nos debates e na aprovação dos alfabetos em todas as províncias do país.

Peru: filme "Túpac Amaru"

Desde 25 de Agosto e ao longo de aproximadamente três meses e meio, será filmado, na cidade de Cuzco, ao sudeste do Peru, e nas províncias altas da região, o filme "Túpac Amaru", sob a direcção de Federico García.

As filmagens, que estão a ser coordenadas em Lima pela produtora cinematográfica "Kuntur" em co-produção com o Instituto Cubano de Cinema, conta com o apoio do Conselho Provincial de Cuzco.

Os trabalhos de pré-produção do filme são o resultado de um esforço de quatro anos e tiveram por assessores os historiadores Atilio Sivirichi, Carlos Daniel Valcárcel e Manuel Jesús, entre outros. Como se sabe, Túpac Amaru, ou José Gabriel Condorcanqui, foi o impulsor de um importante levantamento independentista que colocou em xeque o colonialismo espanhol, quase um século antes da proclamação da independência. Acabou por ser esquartejado entre quatro cavalos na praça central de Cuzco, depois de derrotado militarmente.

Declaração da ALECSO

O director da Organização Árabe para a Educação, Ciência e Cultura (ALECSO), o professor sudanês Mohieddin Saber, realçou recentemente a importância do desenvolvimento cultural árabe e da

preservação dos manuscritos em língua árabe. Numa entrevista concedida à agência marroquina MAP, Mohieddin afirmou que a ALECSO participa financeira e tecnicamente no programa de salvaguarda da cidade marroquina de Fez e de outras cidades históricas na Mauritânia e Iémen, acrescentando que esta organização cultural árabe desempenhou um papel determinante no seio da UNESCO.

Interrogado sobre a estratégia da ALECSO no sector da preservação dos documentos e manuscritos, Mohieddin Saber disse que o Instituto de Manuscritos da Organização está a formar e aperfeiçoar quadros encarregados da classificação dos documentos.

Cuba: filme de desenhos animados

A exibição em cinemas de Cuba dos desenhos animados "Elpidio Valdés contra dólar e canhão" demonstra a eficácia artística desta forma de expressão na jovem cinematografia cubana. De personagem secundário numa historieta criada pelo jovem desenhador Juan Padrón num semanário para crianças, Elpidio Valdés saltou para as telas de cinema tornando-se referência obrigatória do cinema de animação cubano.

Os desenhos animados surgiram em Cuba com o triunfo da revolução em 1959. A criação de um departamento dentro do Instituto de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), destinado a este fim, colocou a necessidade de formar pessoal especializado. A preocupação fundamental foi, desde o princípio e é ainda — dirigida para as crianças. Tratava-se de fazer filmes fora do falso conceito "recreativo" da produção comercial. Reflectir a realidade cubana, tanto do ponto de vista conceitual como formal foi o objectivo que os criadores se propuseram. Neste contexto, a personagem de Elpidio Valdés reúne os requisitos básicos para ser qualificada como a de maior aceitação popular. Através de "Elpidio Valdés", as crianças puderam conhecer histórias do passado da sua pátria, as armas utilizadas na luta contra a Espanha, a hierarquia militar e a tática da cavalaria cubana.

México: Prémio "Juan Rulfo" a escritor uruguaio

Amílcar Leis Márquez, um jovem escritor uruguaio residente no México, foi laureado com o prémio "Juan Rulfo" 1985 na categoria de romance.

O júri seleccionou a sua obra *Las ventanas del silencio* ("As janelas do silêncio") de entre 28 trabalhos apresentados no concurso e assinalou que este prémio foi concedido pelo "seu rigor narrativo, pela verdade das suas personagens e pela capacidade de reflectir a realidade da sua época".

O concurso é organizado, desde 1980, pelo Instituto Nacional de Belas-Artes para estimular os jovens escritores mexicanos ou estrangeiros residentes no México.

A ÚNICA FORMA DAS
NAÇÕES DO TERCEIRO MUNDO
PODEREM ENFRENTAR O
PROBLEMA DAS SUAS
DÍVIDAS...



É CORTANDO AS
IMPORTAÇÕES E
AUMENTANDO AS
EXPORTAÇÕES



COMO PODEM ESSES
PAÍSES AUMENTAR
AS EXPORTAÇÕES SE
NENHUM
DELES
IMPORTAR?



NÃO É NOSSA FUNÇÃO
FAZER RECOMENDAÇÕES
SOBRE POLÍTICAS
ESPECÍFICAS...



ANGOLA

A woman wearing a headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red and yellow cherries.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

N.º 4 de Fevereiro, n.º 107 — Luanda • Telefona 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes



Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional

Companhia de Diamantes de Angola